

Apren

Apresentação

Apresentamos a edição semestral da Ação Católica, compilado das atividades e documentos da Arquidiocese de Braga durante o primeiro semestre do ano de 2025, nomeadamente entre os meses de janeiro e junho.

Abrimos com a Nota Pastoral - Ministérios Laicais na Igreja Sinodal Missionária e os Estatutos do Conselho Paroquial.

1
.

Tema do Mês

O sentido cristão das festas religiosas

*Estatutos, normas e directivas,
Arquidiocese de Braga 2009, p. 291-301*

Sempre o Cristianismo se apresentou como convite à alegria, vivida no íntimo da consciência e experimentada em actos comunitários e exteriores. Não poderia ser doutra maneira.

Sinal desta alegria são as festas. Algumas foram cristianizadas e outras são características e próprias. Os santos e alguns aspectos da vida de Cristo tornaram-se pretextos para conciliar a dimensão interior — com a apresentação da vida do Santo ou do Mistério a recordar para viver — e exterior como momento de encontro de pessoas que, no convívio e concórdia, saboreavam a alegria vivenciada na interioridade das celebrações.

Nem sempre foi fácil dar prioridade ao interior que “transbordava” para as manifestações festivas. Sempre se apontou neste sentido.

O contexto da vida moderna, com tantas solicitações, exige que as comunidades realizem sérios esforços para dar um sentido verdadeiramente cristão às festas. Não se trata de condenar ou proibir a necessidade antropológica dos sinais de alegria. Torna-se

necessário discernir e criar, à volta das festas cristãs, um ambiente diferente do mero mundanismo. Importa recrear-se. Urge, porém, fazê-lo dentro dum conjunto de orientações que confirmam às festas a sua dimensão de cristãs.

É neste sentido que convidamos as comunidades a reflectirem sobre os programas das Festas Religiosas. As comissões deveriam sentir-se na obrigação de organizar um programa diferente das festas profanas. Há um vasto leque de opções que podem proporcionar muita festa exterior sem distrair ou fazer esquecer o essencial duma festa cristã.

Com estas Orientações Pastorais pretendemos colocar as comunidades na linha da renovação que o Sínodo elaborou, sendo fiel à tradição e dando-lhe novidade cristã. Será um longo caminho a percorrer. Fiéis ao Espírito, sacerdotes e leigos iremos atingir este objectivo.

Orientações Pastorais sobre festas religiosas

A Igreja estima e deseja as festas, pois fazem parte da existência humana e constituem uma das formas de viver e manifestar publicamente a nossa fé. Destinam-se a promover o culto devido a Deus, a Nossa Senhora e aos Santos e constituem um meio de são convívio, recreio e promoção cultural, na variedade das suas expressões.

Graças às festas religiosas o nosso povo, ao longo de muitos anos, aprofundou e alimentou a sua fé e sentiu o desafio à conversão e à santidade. Eram sempre precedidas de tempos fortes de reflexão da Palavra, oração, penitência, celebração de Sacramentos e formulação de propósitos em direcção à conversão constante. A vida dos Santos era um estímulo. As manifestações exteriores procuravam engrandecer a Festa em honra do Santo. O povo ficava feliz. Era cultural, recreativa e espiritualmente enriquecido.

Os tempos, porém, mudaram. A formação na fé e o seu desejo quase desapareceram. Os apelos à conversão raramente se fazem ouvir. A festa “religiosa”, em vários lugares, propriamente já não se faz em honra do Santo. O Santo é um mero pretexto. Por vezes, as Comissões servem-se do Santo, do seu Nome, da sua Capela e

da sua Imagem para sensibilizarem o povo na busca de donativos, para fazerem a sua própria festa, tantas vezes para satisfazer vaidades ou afirmações de poder pessoais ou de grupo. Nestas circunstâncias, muitas das festas já não são espaço de enriquecimento cultural e espiritual. Se ainda mantêm uma componente cultural e recreativa, esta reveste-se, por vezes, de um carácter demasiado pagão. Não raro, em vez de lugar de encontro alegre e feliz, tornam-se causa de conflitos que ferem e deixam marcas negativas difíceis de sanar.

Este contexto de mudança que nos envolve e influencia, reclama uma solicitude pastoral com sentido de discernimento lúcido e sereno, com agilidade mental e criatividade capaz de nos colocar, com dignidade e eficácia, no cumprimento da nossa missão evangelizadora e nos caminhos da história. Se reconhecemos que os tempos e os homens são outros, que a cultura, os problemas e as situações são outras e que a vivência da fé é cada vez mais débil, não podemos esquecer que este é o nosso tempo, o tempo em que nos foi dado viver e no qual temos de saber evangelizar, aceitando os novos desafios.

Cada paróquia, nas suas várias instâncias de participação e corresponsabilidade, dever-se-á sentir na necessidade de reflectir, com sentido crítico e em esforço pedagógico, sobre as festas religiosas que promove, o que haverá nelas de menos bom ou abusivo, por que é que isso acontece e como proceder para que se conformem com o verdadeiro sentido cristão, a solidariedade social, a diversão sadia e a promoção cultural da comunidade.

Se as festas são religiosas, é evidente que devem ser promovidas por pessoas que tenham a vivência da fé, o sentido de Igreja, a estima do povo e a disposição de cumprirem as normas sobre as festas religiosas. Porque nem sempre assim acontece, muitas festas – mercê de Comissões bem intencionadas, por certo, mas pouco esclarecidas na sua fé e nada firmes nos valores a defender – foram envolvidas por este processo de transformação e afastadas dos seus verdadeiros objectivos. Tais desvios, umas vezes têm gerado tensão entre comissões de festas e estruturas paroquiais; outras vezes são causadores de divisões na comunidade, de guerrilhas permanentes

e até de escândalos que a ninguém deixam ficar bem e logo são explorados por quem gosta de tirar partido da fraqueza alheia.

Apesar de a maior parte das Comissões organizadoras se constituírem com o conhecimento e a aprovação do Pároco e dos seus órgãos colegiais, nota-se, aqui e ali, uma certa tendência para se subtraírem à autoridade paroquial, nomeadamente do pastor da comunidade.

No intuito de ajudar a promover uma dignificação das nossas festas, vimos recordar, com alguma explanação, a Nota Pastoral sobre Festas Religiosas, publicada em 28 de Janeiro de 1988, para a Arquidiocese de Braga (in: *Normas Jurídicas e Pastorais – 1978-1994*, Braga, 1995, pg. 140 a 143).

Assim:

1. As Comissões promotoras devem ser formadas por cristãos convictos, que dêem garantias do cumprimento das normas da Igreja e do desejo de trabalharem de harmonia com o Pároco e seus órgãos colegiais.

2. Quem aprova e nomeia as Comissões de Festas é o Pároco, depois de ouvir as instâncias de corresponsabilidade paroquial, nomeadamente o Conselho Económico e, se existir, o Conselho Pastoral. Não faz sentido, pois, que a Comissão cessante apresente ao Pároco, no dia da festa e sem estes passos prévios, a nova Comissão de Festas para ser lida e nomeada no fim da Eucaristia ou do serviço religioso. Tudo deve ser previamente combinado, em bom espírito de entendimento e comunhão eclesial.

3. Mesmo que volte a ser a Comissão do ano anterior a fazer a festa, nenhuma Comissão deve ser nomeada ou renomeada sem que sejam apresentadas ao Conselho Económico, e por este ao povo, as contas da última festa. O saldo, que deve ser entregue ao Conselho Económico, será aplicado a bem do culto e da comunidade cristã, podendo, se o Conselho Económico achar bem,

transitar, no todo ou em parte, para a receita da mesma festa, do ano seguinte. As Comissões de festas ou mordomias de nenhum modo podem considerar-se donas dos saldos, cabendo-lhes somente a sua administração, no tempo vigente para a sua mordomia. One-ram gravemente a sua consciência, se fizerem seu o saldo das festas. Embora possam manifestar a sua ideia e gosto, não podem, por sua única iniciativa, gastar esse dinheiro em fazer esta ou aquela obra à revelia do Concelho Económico, nem tampouco podem agir como se a administração da Capela, durante o ano em que são Comissão, lhes pertença. Se as festas são promovidas por obrigação estatutária de Confrarias ou Irmandades, estas deverão também apresentar as contas à Comunidade Paroquial.

4. O Conselho Económico é o único órgão responsável pela gestão, conservação e enriquecimento de todo o património paroquial que não tenha Corpos Sociais próprios, e responde por isso. E, mesmo o Conselho Económico, não pode fazer obras sem projecto, pareceres técnicos e licença da autoridade eclesiástica competente. Não duvidamos da sua boa vontade, mas têm sido grandes os estragos feitos por Comissões de Festas com obras indevidas e impróprias em capelas, igrejas e espaços envolventes. Lembramos ainda que as verbas recolhidas para a realização das Festas devem ser depositadas em conta aberta em Instituição Bancária, em nome de “Fábrica da Igreja Paroquial deComissão de Festas de”, e ser sempre movimentada por dois de três membros da respectiva Comissão de Festas. Não é legítimo depositá-lo em nome pessoal ou de grupo.

5. A programação de qualquer festa religiosa, seja na Igreja paroquial seja numa capela ou santuário, promovida quer por uma Comissão ou Mordomia, quer por uma Confraria ou Irmandade, deve ser feita em comunhão com o Pároco que, como primeiro e principal responsável por qualquer festa religiosa, deve ser sempre o elo de unidade e comunhão. Evite-se o esbanjamento de verbas

em programas festivos com número exagerado de conjuntos, bandas, etc. tantas vezes em duplicado e amontoados, sem grande espaço no local e tempo para actuarem. Convidar por bairrismo, espírito de vaidade e de competição e porque se tem dinheiro, não deve ser o critério a utilizar. Satisfazer, com a programação feita, uma só camada etária da comunidade esquecendo a maioria do povo; gastar irresponsavelmente em festas estrondosas as esmolas dos fiéis, quando se sente a falta do mínimo de estruturas para um trabalho pastoral eficiente, ou há carências notórias nas populações; esquecer o espírito cristão e as dificuldades económicas gerais em que se vive, não é bom nem justo.

6. Para todas as festas religiosas – excepto as que se efectuam apenas dentro dos templos – requer-se uma licença prévia da Cúria Diocesana, que será concedida para cada caso, mediante requerimento assinado pelo principal responsável da equipa promotora e pelo Pároco, com a apresentação do respectivo programa. Nenhum cartaz ou prospecto de propaganda devem ser mandados imprimir sem que sejam dados estes passos prévios.

7. A par da promoção e das expressões próprias da cultura local que for possível e desejada, fomente-se, em horários nobres e concorridos e com a criatividade e métodos adequados, a cultura da fé, através da reflexão da Palavra de Deus, da celebração dos Sacramentos, da Oração, de Comunicações ou Palestras para Famílias, para Jovens... Tomem-se aquelas iniciativas eclesiás que se julgue oportuno, de forma a envolver e enriquecer a maior parte da Comunidade e a dignificar a festa. Dê-se particular importância ao Sacramento da Reconciliação, devidamente preparado com Celebrações Penitenciais e nunca com absolvões colectivas.

8. A Eucaristia é o ponto alto da festa religiosa! Deve ter lugar de relevo e ser a hora conveniente para que toda a comunidade possa fazer dela o centro da festa e nela participar, designadamen-

te, pelo canto e comunhão sacramental, sendo de apreciar que os membros das Comissões ou mordomias sejam os primeiros a dar o exemplo desta participação. Como princípio, dê-se preferência, na animação da Missa da Festa, ao Grupo Coral Paroquial para que leve a assembleia a participar com cânticos conhecidos. Se há mais do que um Grupo Coral, será bonito e eclesial que se associem, saibam ultrapassar possíveis divergências pouco ou nada cristãs e, juntos, colaborem para que a Eucaristia seja mais vivida e melhor participada. Evite-se, como norma, a missa a “grande instrumental”, com grupos que às vezes não têm qualquer formação litúrgica nem são capazes de envolver a Assembleia a participar.

9. Se houver Sermão de festa integrado na Eucaristia, quer seja ou não o Pregador quem preside à Eucaristia, faça-o em tom de homilia, não esquecendo a sua responsabilidade em apresentação, conteúdos e forma, pois também depende dele a boa vivência da Eucaristia, da Festa, da interiorização da Palavra, da conversão e da vida cristã dos participantes.

10. As procissões podem ser ocasião privilegiada de catequese. Contudo, para atingir esse objectivo, devem decorrer com dignidade e manter-se imunes de qualquer infiltração de manifestações pagãs, contrárias à doutrina da Igreja. Também elas têm de ser pensadas e preparadas. A improvisação e o desleixo banalizam e destroem. Deve cuidar-se, por isso, de um ambiente capaz, possibilitando o recolhimento e a reflexão. Os quadros bíblicos, os textos lidos e os cânticos apropriados, sobretudo quando o percurso for longo e houver amplificação sonora, podem ser muito úteis para atingir esse objectivo. O povo deve ser sensibilizado e convidado para se integrar na caminhada, ajudando-o, com informação e catequese, a descobrir o sentido da procissão e a importância do testemunho. É necessário que, sem desistir mas com prudência, se vá esclarecendo, onde ainda não se conseguiu acabar com esse costume, que não é de bom gosto nem de sentido evangélico afixar dinheiro nas

imagens ou nos seus mantos, ou figurar pessoas com trajes e idades inconvenientes ou sem capacidade de comportamento a condizer com a missão que vão a desempenhar na procissão. Para que não surjam problemas à última hora, convém que quando se convidem as pessoas para pegar ao Pálio, ou para ter outras missões destacadas na procissão, se informem sobre como se devem apresentar.

11. Mesmo que haja licença da autoridade civil, tenha-se em conta o trânsito nas estradas, sobretudo nas que têm grande movimento e sem vias alternativas, de forma a não dar lugar a justas reclamações e à revolta contra a religião por pessoas que viajam, têm os seus planos, as suas urgências e direitos que não lhes devemos prejudicar.

12. É legítimo fazer promessas como expressão de acção de graças, de despreendimento e de oferta de nós mesmos a Deus através dos seus Santos. Mas o dinheiro de promessas é sagrado. Salva a legítima intenção manifestada pelos oferentes, essas importâncias destinam-se à promoção do culto e à conservação do lugar sagrado, à evangelização, catequese e caridade, de acordo com o Pároco e seus Conselhos de participação. Reprova-se, por isso, que muitas Comissões de festas, se apoderem dele e o utilizem como entendem, coisa que nem a autoridade eclesiástica pode fazer. A venda de ouro ofertado em cumprimento de promessas ou ex-votos que se possam conservar, está também proibida e só pode ser autorizada pela Santa Sé, através da Cúria Diocesana. Não se façam promessas cujo cumprimento vai depender da vontade de outros ou os vai sacrificar, como, por exemplo, prometer ir de joelhos debaixo ou atrás do andor, pendurar dinheiro nas imagens, etc. Quando se hajam feito, sejam comutadas, junto de algum Sacerdote, pois tem poderes para isso. A melhor promessa que se pode fazer é a da conversão interior.

13. Os Santuários merecem-nos um carinho particular. São locais com significado especial. Aí se deve privilegiar a prioridade da Evangelização e a dignidade da celebração dos Sacramentos. Os locais de

Peregrinações e de Romarias, que na sua pureza já são tão poucos, devem ser preservados do ambiente tão comum às festas religiosas ordinárias. Estas existem por todos os lados e têm poucas diferenças. O povo, se aprecia as festas e o barulho da diversão, também busca os locais de silêncio, de paz, de recolhimento, de oração, de beleza contemplativa onde a natureza se associa como expressão da bondade de Deus. Ora, se os responsáveis não estão atentos a esta riqueza que, infelizmente, nesta ou naquela Peregrinação ou Romaria já se começa a perder; se entendem que enriquecer o Santuário é transpor para aí uma festa como as outras festas, então, será antes empobrecer e banalizar. A preocupação deve ser a de preservar o ambiente e o espaço, procurando que as Peregrinações e Romarias correspondam ao dinamismo da fé e se tornem interpelativas para quantos procuram devotamente esses lugares. Também não podem ser um mero cumprimento formal dos Estatutos. Devem ter uma dinâmica própria e uma ideia central – em sintonia com o Programa Pastoral – que possa estar até no acolhimento através duma amplificação sonora condigna e dum Sacerdote preparado para o efeito. Os Peregrinos não deveriam sair do Santuário sem uma ideia a viver.

14. Os Párocos, bem como os Reitores e Capelães dos santuários, devem explicar aos fiéis e de modo especial aos mordomos ou membros das Comissões de festas estas orientações. Com o esforço conjugado de todos, ir-se-á obtendo a desejada dignificação das festas religiosas, alcançando-se os altos objectivos acima indicados. Apela-se para a compreensão e colaboração das comunidades paroquiais, para que, de forma pedagógica, em diálogo sincero e com prudência, se vá dando cumprimento às orientações aqui apontadas, as quais redundarão em glória de Deus, da Virgem e dos Santos, em bem espiritual dos cristãos e em saudável recreio e aproveitamento cultural do Povo de Deus.

*Braga, 4 de Janeiro de 2004, Festa da Epifania do Senhor.
† D. Jorge Ferreira da Costa Ortiga, Arcebispo Primaz*

Nota Pastoral

Ministérios Laicais na Igreja Sinodal Missionária

Introdução

Pax!

Juntos, no caminho de Páscoa, podemos perguntar: no contexto de uma liderança pastoral partilhada / liderança pastoral sinodal, o que é específico de cada um? Qual o papel dos leigos e qual o papel dos clérigos e de uns em relação aos outros?

Concretamente, e na certeza de que sempre há uma certa dificuldade na mudança de práticas há muito instituídas, importa uma clarificação objetiva do papel dos leigos, sendo que o mesmo não pode depender da contínua diminuição do número de sacerdotes registada ao longo dos últimos anos.

Ao mesmo tempo, é fulcral nunca confundir serviço com autoridade. Este imperativo confronta-nos, mais uma vez, com uma crescente necessidade de uma formação sólida para todos os leigos e clérigos¹. Como afirma o Papa Francisco: «para os ministros e para todos os batizados, a formação litúrgica neste seu significado não é algo que se possa pensar adquirir de uma vez por todas: dado que o dom do mistério celebrado supera a nossa capacidade de conhecimento, este compromisso deverá certamente acompanhar a formação permanente de cada qual, com a humildade dos pequenos, atitude que abre ao assombro»².

O documento final da XVI Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos, na segunda sessão, que aconteceu de 2 a 27 de outubro de 2024, salienta: «em resposta às necessidades da comunidade e da

¹ Cf. Síntese da consulta sinodal da Arquidiocese de Braga, janeiro de 2023.

² FRANCISCO, *Desiderio desideravi*, n. 38.

missão, ao longo da sua história a Igreja deu origem a alguns ministérios, distintos dos ordenados. Estes ministérios são a forma que os carismas assumem quando são reconhecidos publicamente pela comunidade e por aqueles que têm a responsabilidade de os orientar, e são colocados de forma estável ao serviço da missão. Alguns estão especificamente mais voltados para o serviço da comunidade cristã. De particular relevância são os ministérios instituídos, que são conferidos pelo bispo, uma vez na vida, com um rito específico, depois de um discernimento apropriado e de uma formação adequada dos candidatos. Não se trata de um simples mandato ou de uma atribuição de tarefas; a atribuição do ministério é um sacramental que molda a pessoa e define o seu modo de participar na vida e na missão da Igreja. Na Igreja latina, trata-se do ministério do leitor e do acólito (cf. Carta Apostólica sob a forma de *Motu proprio Spiritus Domini*, 10 de janeiro de 2021), e do ministério do catequista (cf. Carta Apostólica sob a forma de *Motu proprio Antiquum ministerium*, 10 de maio de 2021). Os termos e as modalidades do seu exercício devem ser definidos por um mandato da legítima autoridade. Compete às Conferências Episcopais estabelecer as condições pessoais que os candidatos devem satisfazer e elaborar os itinerários formativos para o acesso a estes ministérios» (n. 75).

Com efeito, «há diversidade de dons, mas o Espírito é o mesmo; há diversidade de serviços, mas o Senhor é o mesmo; há diversos modos de agir, mas é o mesmo Deus que realiza tudo em todos. A cada um é dada a manifestação do Espírito, para proveito comum»³. O primado é da ação do Espírito Santo que distribui os seus dons. Porém, não se descuida o valor da edificação da comunidade.

Neste sentido, o Papa Francisco entregou às Conferências Episcopais a responsabilidade de «estabelecer critérios adequados para o discernimento e a preparação dos candidatos e das candidatas aos ministérios do Leitorado e do Acolitado – e de Catequista

³ 1Cor 12,4-7; cf. Ef 4,11-13.

–, ou de outros ministérios que considerem instituir, segundo o que já foi disposto no Motu proprio *Ministeria quaedam*, com a prévia aprovação da Santa Sé e de acordo com as necessidades da evangelização no seu território»⁴.

É o que a Conferência Episcopal Portuguesa propõe no documento: Ministérios laicais para uma Igreja ministerial, aprovado em junho de 2022 e publicado em setembro de 2022⁵. No referido documento, a Conferência Episcopal Portuguesa aponta, de forma sintética, as dimensões características dos ministérios instituídos: vocacional, laical, necessário, eclesial e estável. Sublinhamos a dimensão vocacional: o ministério brota de uma “vocação” que é dom e graça do Espírito Santo, e é um “carisma” que reconduz à fonte de todos os carismas; daí a invocação da bênção de Deus na celebração da instituição. Os ministérios devem ser considerados uma verdadeira vocação, isto é, um chamamento da Igreja que reconhece em tal pessoa um projeto divino sobre ela, a fim de servir o Povo de Deus e a sua missão.

Para que alguém possa ser admitido aos ministérios, é exigido: o requerimento, livremente escrito e assinado pelo aspirante, que há de ser apresentado ao Arcebispo, a quem compete a aceitação; a apresentação feita pelo Pároco ou Superior(a) da comunidade; a idade conveniente, isto é, pelo menos 25 anos; os dotes peculiares, conforme estabelecido pela Conferência Episcopal Portuguesa, e a vontade firme de servir fielmente a Deus e ao povo cristão.

Com exceção dos candidatos ao Sacramento da Ordem, cada fiel, em princípio, apenas receberá um dos ministérios instituídos, e deve exercê-lo por um período de cinco anos, renovável.

⁴ Francisco, *Carta ao Prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé*. Para o Ministério de Catequista, cf. FRANCISCO, Carta Apostólica Motu proprio *Antiquum Ministerium*, nn. 8, 9, 11.

⁵ Esta Nota pastoral sintetiza e aplica à realidade da Arquidiocese de Braga o documento “*Ministérios laicais para uma Igreja ministerial*” da Conferência Episcopal Portuguesa.

Se a admissão aos ministérios instituídos pressupõe a disponibilidade declarada do sujeito e a sua reconhecida idoneidade, a falta subsequente de alguma destas duas condições é motivo de suspensão ou exclusão do exercício dos mesmos ministérios. Compete ao Arcebispo dispensar, temporária ou definitivamente, do exercício do ministério recebido.

Para instituição nos ministérios laicais de Leitor, de Acólito e de Catequista reconhecemos: o testemunho da comunidade, do Pároco, do Arcipreste e dos serviços pastorais diocesanos; o serviço contínuo e responsável numa Paróquia ou comunidade; a vontade de formação permanente; o sentido de pertença eclesial e a capacidade de diálogo com o mundo de hoje. Reconhecemos também a formação realizada: curso graduado de Teologia ou Ciências Religiosas; Curso Teológico-Pastoral e a Escola de Ministérios Arciprestal e os cursos de Formação Inicial e Fundamental para Catequistas.

A formação inicial, a formação contínua e o acompanhamento dos ministros instituídos de Leitor e de Acólito serão da responsabilidade do Departamento Arquidiocesano de Ministérios Litúrgicos. No que lhe concerne, o ministério de Catequista será da responsabilidade do Departamento Arquidiocesano da Catequese.

A veste litúrgica comum a todos os ministros ordenados e instituídos é a alva, evocando claramente o Batismo como fonte do sacerdócio comum dos fiéis⁶.

1. O Ministério de Leitor

A função própria do Leitor instituído é proclamar a Palavra de Deus nas assembleias litúrgicas. Com efeito, a leitura dos textos bíblicos na assembleia não é ofício presidencial, mas sim ministerial: com exceção do Evangelho, cuja proclamação é reservada ao diácono ou, na sua falta, a um presbítero, todas as restantes leituras são da competência dos leitores, que as devem efetivamente pro-

⁶ Cf. *Instituição Geral do Missal Romano*, n. 336.

clamar, mesmo que estejam presentes ministros de ordem superior.

Para além dessa sua função própria, os leitores podem ser chamados a desempenhar durante as celebrações litúrgicas, a título de suplência, funções de outros ministérios: na falta de Salmista, recitará os Salmos interleckcionais; na falta de diácono ou cantor, poderá ser ele a apresentar as intenções da Oração universal; na falta de comentador, poderá ser ele a orientar a participação dos fiéis nas celebrações. Por fim, o Diretório para a celebração do Domingo na ausência de Presbítero coloca-os, a par dos acólitos, entre os leigos a dar precedência para a condução desse tipo de assembleias litúrgicas⁷.

Seria minorar a missão do Leitor instituído ao limitá-lo a um simples desempenho ritual. De facto, «a Liturgia é simultaneamente o cume para o qual se encaminha a ação da Igreja e a fonte de onde dimana toda a sua energia»⁸. Coerentemente, a epifania litúrgica do ministério confiado aos Leitores obriga a alargar os horizontes do serviço eclesial que lhes é confiado para além do momento da celebração. Assim, o *Motu proprio Ministeria Quaedam* propõe-lhes tarefas de mais largo alcance pastoral, como preparar os fiéis para a receção frutuosa dos sacramentos (catequese...), ajudar na organização da liturgia da Palavra⁹, e assegurar a formação do grupo dos leitores aos quais, por encargo temporário, se pode confiar o exercício de facto deste ministério.

Longe de ser uma tarefa simples ou improvisada, ser Leitor,

⁷ Congregação para o Culto Divino, *Directório para a celebração do Domingo na ausência de Presbítero* de 2 de junho de 1988, n.º 30: Enquirídio dos Documentos da Reforma Litúrgica (=EDREL) 4007; CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *celebração Dominical na ausência de Presbítero*, Coimbra 2006.

⁸ *Sacrosanctum Concilium*, n.º 10.

⁹ Este serviço dos Leitores instituídos é previsto em Ordenamento das Leituras da Missa 51: «O ministério do leitor, conferido pelo rito litúrgico, deve ser tido em apreço. Os leitores instituídos, se estiverem presentes, devem exercer a função própria ao menos nos domingos e dias festivos, sobretudo na celebração principal. Também lhes pode ser confiado o ofício de ajudar na organização da liturgia da Palavra e, se for preciso, preparar outros fiéis que, por encargo temporário, fazem as leituras na celebração da Missa».

exige uma grande responsabilidade, considerando o vasto conjunto de funções atribuídas. Com efeito, os leitores devem ser aptos e diligentemente preparados. Em primeiro lugar eles devem deixar-se imbuir, impregnar, inteiramente pela Palavra de Deus que hão de amar, de que farão o seu tesouro mais precioso e o seu alimento quotidiano. Hão de aprofundar o seu conhecimento da Sagrada Escritura mediante uma leitura assídua, um estudo diligente, uma oração fervorosa e um testemunho credível. Sintetizando, diremos que a sua preparação há de ser geral e particular; remota, prévia, permanente e concomitante ao exercício da função.

Se toda a vida cristã deve ser bíblica, muito mais assumidamente o deve ser a espiritualidade do Leitor: uma vida de oração inspirada e nutrida continuamente no contacto familiar com a Palavra de Deus, que vive e floresce na Liturgia e é a alma de todo o apostolado. A atitude do Leitor em relação à Palavra de Deus deve corresponder à de João Baptista em relação a Cristo, a da «Voz» em relação ao «Verbo»: «convém que Ele cresça e eu diminua»¹⁰.

2. O Ministério de Acólito

2.1. Acólito instituído

O Acólito é instituído para ajudar o Diácono e para ministrar ao sacerdote no serviço do altar. O serviço do altar compreende diversas atividades que é conveniente distribuir entre vários acólitos. Havendo apenas um, será ele a fazer o que for mais importante, e distribuem-se por outros ministros as demais tarefas¹¹. Desdobrando esta função genérica, compete ao Acólito: levar a cruz na procissão de entrada; servir o livro e ajudar o sacerdote e o diácono em tudo o que for preciso; na ausência do diácono, preparar o altar, colocando sobre ele o corporal, o sanguíneo, o cálice e o missal;

¹⁰ Jo 3, 30.

¹¹ Cf. *Instituição Geral do Missal Romano*, nn. 187-193.

ajudar o sacerdote, se for necessário, na receção dos dons do povo, levar ao altar o pão e o vinho e entregá-los ao sacerdote e, se se utiliza incenso, apresentar ao sacerdote o turíbulo e assisti-lo na incensação das oferendas e do altar; nas condições previstas, pode ajudar o sacerdote e o diácono na distribuição da comunhão, como ministro extraordinário¹²; na distribuição da comunhão sob as duas espécies, oferece o cálice aos comungantes ou segura-o, se a comunhão é por intinção; terminada a distribuição da comunhão, ajuda o sacerdote e o diácono na purificação dos vasos sagrados, purifica-os e arruma-os; na falta de ministros ordinários ou no impedimento destes, o Acólito pode fazer a exposição do SS. Sacramento da Eucaristia à adoração dos fiéis, e repô-lo na reserva, sem, contudo, dar a bênção; o Acólito pode também instruir os demais ministros que, por encargo temporal, ajudam o sacerdote ou o diácono nas ações litúrgicas, levando o Missal, a Cruz, as velas, etc., ou realizando outras funções semelhantes. Salvaguarde-se que todos os serviços têm de ser assegurados, mas cada pessoa deve fazer tudo e só aquilo que lhe compete, nunca assumindo mais do que um serviço na mesma celebração.

O Acólito é também «Ministro extraordinário da Sagrada Comunhão» e é-o, pela sua Instituição, de forma estável. Casos há também – e cada vez mais frequentes entre nós – em que, por falta de sacerdote, não é possível celebrar a Eucaristia em todos os Domingos e festas. Em tais circunstâncias, um leigo, devidamente autorizado, pode reunir a assembleia litúrgica, dirigir uma celebração da Palavra de Deus e distribuir a Comunhão. Os Acólitos instituídos estão entre aqueles que, de preferência, podem ser mandatados para esse serviço¹³.

¹² Para que o acólito atue como Ministro extraordinário da Comunhão requer-se que não haja ministros ordinários em número suficiente, ou que o número dos fiéis seja tão elevado que alongue em demasia o tempo da celebração (cf. *Ministeria Quaedam*, VI; cf. cân. 943).

¹³ Cf. *Sacrosanctum Concilium* 35, § 4; cân. 230 § 3 e 1248 § 2; CONGRE-

Ao Acólito competem-lhe também responsabilidades como educador de todos os que, na comunidade, prestam serviço nas ações litúrgicas. O ministério dos Acólitos exige uma preparação conveniente que terá aspectos comuns à dos Leitores e a outros ministérios de âmbito litúrgico.

A espiritualidade do Acólito não pode deixar de ser uma “espiritualidade eucarística” que implique o sentido muito vivo da multiforme presença de Cristo, a dedicação ao serviço dos irmãos e o testemunho e compromisso na edificação da comunhão e da unidade eclesial. O ministério do Acólito não se esgota no serviço cultural: é também um serviço fraternal à comunidade cristã e, particularmente aos presbíteros, aos diáconos e aos fiéis aos quais o acólito leva a comunhão como ministro extraordinário. O respeito e a veneração com que deve tratar o Corpo do Senhor e todos os objetos litúrgicos, devem levá-lo também a reconhecer a presença de Cristo, a amá-lo e a servi-lo nos seus irmãos, particularmente nos necessitados e nos enfermos¹⁴.

2.2. Ministro extraordinário da comunhão

«O sacerdócio ministerial não pode ser substituído de modo nenhum. Se numa comunidade faltar o sacerdote, ela estará privada do exercício da função sacramental de Cristo, Cabeça e Pastor, que pertence à própria essência da vida da comunidade»¹⁵. A ministerialidade da Igreja Sinodal Missionária implica, como anteriormente foi aludido, a diversidade de ministérios. Portanto, para que não falte o alimento espiritual necessário à vida de cada comunidade cristã, urge que os Ministros extraordinários da Eucaristia (MeC) sejam escolhidos do seio da própria comunidade, para servirem em

GAÇÃO PARA O CULTO DIVINO, *Directório para a celebração do Domingo na ausência de Presbítero*: EDREL 3978-4027.

¹⁴ Cf. 1 Cor 11,29b; Mt 25,40.

¹⁵ CONGREGAÇÃO PARA O CULTO DIVINO E A DISCIPLINA DOS SACRAMENTOS, *Redemptionis Sacramentum*, n. 146.

comunhão com toda a Igreja e se sentirem responsáveis por gerar comunhão fraterna.

Neste sentido, ainda que a função de suplência dos ministros ordenados lhes seja confiada, a sua vocação reside na condição de batizados e confirmados na fé, pela qual são chamados a exercer este ministério em comunhão com a mesma Igreja. Daí que, mesmo quando substituem um ministro sagrado no exercício do ministério que lhe está confiado, não estão apenas a suprir uma ausência, mas a cumprir a sua vocação ministerial, em comunhão e articulação pastoral com aquele. Como recomenda o supramencionado documento, «não aconteça, portanto, que os sacerdotes nas paróquias permutem indiferentemente com diáconos ou leigos as funções do serviço pastoral, confundindo assim o que é específico de cada qual»¹⁶.

A missão do MeC só acontecerá, então, quando faltarem ministros ordenados; quando estes¹⁷ estiverem impedidos de distribuírem a Sagrada Comunhão ou quando o número de fiéis assim o exigir. Estas circunstâncias extraordinárias ou excepcionais aplicam-se aos dois âmbitos de ação que se confia ao MeC: o acompanhamento pastoral dos mais frágeis da comunidade em suas casas ou instituições, bem como a distribuição da Comunhão aos fiéis na Sagrada Liturgia ou noutras ações, como as celebrações na ausência do presbítero, ou ainda o culto divino fora da Missa, nomeadamente a exposição do Santíssimo Sacramento. Em qualquer dos casos, esta missão deve ser exercida bem, com nobreza, dignidade, simplicidade e beleza. É absolutamente proibido levar para casa a Santíssima Eucaristia.

Os fiéis que forem escolhidos para este ministério terão de ser nomeados pelo Arcebispo, através do Departamento Arquidiocesano de Ministérios Litúrgicos, só podendo começar a exercer o referi-

¹⁶ Congregação para o Culto Divino e a Disciplina dos Sacramentos, *Redemptionis Sacramentum*, n. 152.

¹⁷ Neste ordenamento de corresponsabilidade ministerial, o acólito instituído também terá precedência sobre o MeC.

do ministério após receberem o mandato, segundo o rito previsto para o efeito. Depois de serem apresentados à comunidade, através de rito próprio, exercerão o ministério sob a responsabilidade do sacerdote responsável pela mesma comunidade que tiver pedido a sua nomeação, no âmbito da sua paróquia ou comunidade. A não ser em caso de urgência, não devem levar a comunhão a doentes de outra paróquia ou comunidade, sem consentimento do respetivo pároco ou do responsável da comunidade.

Para o exercício deste ministério requerem-se as seguintes faculdades dos candidatos: terem recebido os três sacramentos da iniciação cristã; fé na presença sacramental do Senhor, sólida piedade eucarística e comunhão frequente; maturidade humana, honestidade reconhecida e comportamento equilibrado; compromisso na vida pastoral da comunidade que vão servir; boa aceitação pela comunidade a que se destinam; nível cultural adequado à comunidade que vão servir; reconhecida idoneidade cristã, fé esclarecida, adequada preparação doutrinal, comunhão eclesial e vida cristã íntegra; ter recebido o sacramento do matrimónio, se viver em união conjugal; ter completado os 25 anos e não ultrapassar os 70 anos de idade. No processo de escolha dos candidatos, deve evitar-se, sempre que possível, a acumulação de outros serviços e ministérios na comunidade.

O pedido de nomeação de Ministros extraordinários da Comunhão deve ser feito pelo pároco ou responsável da comunidade cristã que apresenta o candidato, usando para isso o formulário próprio, que deverá ser entregue ao Departamento Arquidiocesano de Ministérios Litúrgicos, nos Serviços Centrais da Arquidiocese. Este pedido deverá ser entregue até quinze dias antes da data da formação inicial, reservando-se o organismo diocesano que superintende a coordenação deste ministério de não aceitar o pedido de nomeação ou apresentar alguma sanção.

A primeira nomeação é assinada pelo Arcebispo, sob proposta do Diretor do Departamento de Ministérios Litúrgicos, e é válida para o período de três anos. Para ser emitida a carta de nomeação

(cartão de MeC), é preciso que o candidato participe na formação inicial proposta pela entidade diocesana que a tutela.

A missão do Ministro extraordinário da Comunhão não é permanente. Os mandatos podem ser renovados por períodos de três anos, a pedido dos responsáveis que os apresentam, se forem válidas as razões pastorais para pedir este ministério e se as condições pessoais requeridas para o exercício do mesmo se mantiverem. A renovação é concedida pelo Diretor do Departamento de Ministérios Litúrgicos, por delegação do Arcebispo. O mandato será renovado apenas a quem participar regularmente (pelo menos uma vez por ano) nas ações de formação indicadas pelo Departamento de Ministérios Litúrgicos, em articulação com os Arciprestados. Não será renovado o mandato a quem tiver completado 70 anos de idade ou deixe de cumprir algum dos critérios exigidos para a nomeação, a não ser que o responsável que apresenta o candidato considere que o serviço da pessoa em causa seja imprescindível para a comunidade, justificando o motivo no pedido de renovação. A fim de não multiplicar o número de MeC, sem justo motivo, só serão designados novos servidores para comunidades onde se verifique uma real necessidade.

Os fiéis que desempenham este serviço devem cuidar da sua vida espiritual e empenhar-se na sua formação cristã, participando em exercícios espirituais e em atividades de reflexão teológica, litúrgica e pastoral. Os Ministros extraordinários da Comunhão devem participar nas ações de formação permanente propostas para eles pelo Departamento de Ministérios Litúrgicos, em estreita articulação com os Arciprestados.

Os Ministros extraordinários da Comunhão nomeados por outras Dioceses só podem exercer legitimamente o ministério em toda a Arquidiocese de Braga em situações pontuais e sempre com autorização expressa do responsável da comunidade local. Para desempenharem de forma estável e regular este serviço, necessitam de se submeter ao processo de apresentação e nomeação previsto nestas orientações.

3. O Ministério de Catequista

Entre os novos ministérios instituídos está o antigo ministério de Catequista, que o Papa Francisco designou pela Carta Apostólica em forma de Motu proprio *Antiquum ministerium*, assinada no dia 10 de maio de 2021. O ministério de Catequista faz parte daqueles ministérios, dos quais dizia São Paulo VI: «são novos na aparência, mas muito ligados a experiências vividas pela Igreja ao longo da sua existência»¹⁸.

A decisão do Papa Francisco de instituir o ministério de Catequista está em linha com o Diretório para a Catequese, que atribui ao ministério do Catequista um lugar significativo no conjunto dos ministérios e serviços de evangelização, tendo em conta a importância da Catequese e da pessoa do Catequista no crescimento da fé: «este ministério introduz à fé e, juntamente com o ministério litúrgico, gera os filhos de Deus no seio da Igreja! Por este motivo, a vocação específica do catequista tem a sua raiz na vocação comum do Povo de Deus chamado a servir o desígnio salvífico de Deus a favor da humanidade»¹⁹.

Tendo este ministério «uma forte valência vocacional que requer o devido discernimento por parte do Bispo»²⁰, e sendo o seu conteúdo definido pela Conferência Episcopal Portuguesa, em conformidade com o que está expresso no Motu proprio *Antiquum ministerium*, nem todos os que se chamam «catequistas», desempenhando um serviço de catequese ou de colaboração pastoral, devem ser instituídos.

Em princípio, não deverão ser instituídos como Catequistas: aqueles que já iniciaram o caminho para o Sacramento da Ordem; os religiosos e as religiosas (independentemente da sua pertença a Institutos que têm como carisma a catequese), a não ser que desempenhem um papel de referência para uma comunidade paroquial

¹⁸ PAULO VI, *Evangelii Nuntiandi*, n. 73.

¹⁹ Conselho Pontifício para a Promoção da Nova Evangelização, *Diretório para a Catequese*, n. 110.

²⁰ Francisco, *Antiquum ministerium*, n. 8.

ou de coordenação da atividade catequética; os que desempenham um serviço direcionado exclusivamente a membros de algum movimento eclesial; os que ensinam religião católica nas escolas, a não ser que desempenhem simultaneamente outras tarefas eclesiás ao serviço da paróquia ou da diocese²¹.

Como de todo o catequista, e mais ainda do Catequista insituído, espera-se que se revele: um cristão que recebe o chama-mento particular de Deus, o qual, acolhido e amadurecido na fé, o habilita para o serviço da transmissão da fé e para a tarefa de iniciar na vida cristã. Um cristão que participa da missão de Jesus e se deixa guiar pelo Espírito Santo, verdadeiro protagonista da missão. Uma testemunha da fé: no testemunho de vida assenta a credibilidade do seu ministério; apesar das suas fragilidades, graças à misericórdia de Deus, não deixa de ser sinal de esperança para os irmãos. Uma testemunha da Tradição viva da fé e mediador que facilita o encontro com Cristo; um Mestre e mistagogo que introduz no mistério de Deus; uma companhia e educador de todos aqueles que lhe são confiados. É um perito na arte do acompanhamento; um educador cristão, que goza de competências pedagógicas, sabe escutar e entrar nas dinâmicas do amadurecimento do coração humano; um companheiro de viagem, dotado de pa-ciência na docilidade ao Espírito Santo, capaz de ajudar os irmãos a amadurecer e a crescer na fé gradual e progressivamente. Um perito em humanidade, conhecendo as alegrias e as esperanças do ser humano, as suas tristezas e angústias e colocando-as em relação com o Evangelho.

O Diretório para a Catequese acentua a formação integral do catequista, enquanto processo permanente de transformação da sua pessoa, para o habilitar a comunicar o Evangelho, a acompanhar e a educar na fé. Esta formação integral e permanente tem o seu lugar

²¹ Congregação para o Culto Divino a Disciplina dos Sacramentos, *Carta*, n. 8.

privilegiado na comunidade cristã, no seio do grupo de catequistas, e desenvolve-se na experiência ‘laboratorial’ do exercício do próprio ministério (na preparação, realização e avaliação da catequese). No já referido Motu proprio, especificam-se os quatro âmbitos da formação: bíblica, teológica, pastoral e pedagógica.

O ministério de Catequista é conferido pelo Arcebispo, ou por um sacerdote delegado por ele, mediante o Rito litúrgico *De Institutione Catechistarum*, promulgado pela Sé Apostólica²², com as adaptações que se julgarem convenientes. O ministério pode ser conferido durante a Missa ou durante uma celebração da Palavra. A estrutura do Rito prevê, depois da liturgia da Palavra, uma exortação (texto adaptável pelas Conferências Episcopais locais de acordo com a forma em que desejem especificar o papel dos catequistas), um convite à oração, um texto de bênção e a entrega do Crucifixo.

Conclusão

A sinodalidade é uma vocação essencial da Igreja e, só neste caminho realizado em conjunto, é possível valorizar os diversos ministérios. Será a prática pastoral, concretamente desenvolvida, a suscitar a necessidade e o reconhecimento de novos ministérios. Com este propósito, queremos evitar uma precipitação no que se refere a novos ministérios criados por Decreto, pois também aqui se impõe o critério pastoral, segundo o qual, a realidade é mais importante do que a ideia²³.

Estamos confiantes que também esta nota pastoral ajudará a orientar os passos da ministerialidade na vida da nossa Arquidiocese, proporcionando uma caminhada em conjunto. É preciso dar cidadania à vitalidade criativa do Espírito Santo, que não deixa

²² Cf. Decreto da Congregação para o Culto Divino e a Disciplina dos Sacramentos, de 3 de dezembro de 2021.

²³ Cf. FRANCISCO, *Evangelii Gaudium*, nn. 231-233.

de tornar fecunda a sua Igreja, abrindo «novos caminhos para a ministerialidade eclesial»²⁴.

Juntos, servidores do Servidor, no caminho de Páscoa, sob o olhar da Virgem Santa Maria, Mãe da Esperança.

Braga, 22 de janeiro de 2025, memória de São Vicente, diácono e mártir.

† José Manuel Cordeiro
Arcebispo Metropolita de Braga

“Na Cruz esperamos a Luz”

Mensagem para o tempo de Quaresma-Páscoa

Estimados irmãos e irmãs em Jesus Cristo, nossa Esperança,
Pax!

1. A Cruz, que traçamos sobre nós em cada dia ou que trazemos ao peito, não é apenas um gesto automático ou um símbolo religioso, mas é a consciência viva de que somos habitados pelo Espírito de Jesus Cristo, nosso Salvador. Portanto, sempre que fazemos o sinal da Cruz, tornamo-nos “sinais da Cruz”, presença de Jesus na cruz que o mundo hoje vive.

A nossa presença como cristãos no meio do mundo pretende mesmo ser um sinal de Jesus, mostrar que faz sentido acreditar n’Ele e viver como Ele. No fundo, quando somos verdadeiramente “sinais da Cruz”, então suscitamos a esperança em nós e nos

²⁴ FRANCISCO, *Carta ao Prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé*, citando o quinto capítulo do documento final da Assembleia Especial do Sínodo dos Bispos para a região Pan-Amazónica (6-27 de outubro de 2019).

outros, porque mostramos e damos a conhecer Aquele que é a nossa Esperança, Jesus Cristo.

Ao iniciarmos a etapa de Quaresma-Páscoa – que na nossa Arquidiocese será vivida sob o signo de “Passos de Esperança”, como nos propõe o Departamento de Pastoral Litúrgica –, somos convidados, então, a ser “sinais de esperança” para cada pessoa, para cada família, para cada comunidade cristã, para aqueles que estão afastados da vida da Igreja ou que não acreditam em Deus, para todos os que habitam qualquer periferia humana, para todas as pessoas de boa vontade.

No caminho de Páscoa somos convidados à conversão de coração, isto é, a “re-orientar os passos” da nossa vida, para sermos um sinal mais visível de Jesus no mundo, como rezamos na liturgia do I Domingo da Quaresma: “concede-nos, Deus todo-poderoso, que pelas práticas anuais do sacramento quaresmal, alcancemos maior compreensão do mistério de Cristo e demos testemunho dele com uma vida digna”.

2. Conscientes desta esperançosa responsabilidade, não nos alheamos, antes nos tornamos mais comprometidos com as cruzes da vida, com as dores e os sofrimentos do mundo atual.

Por isso, rezamos pela paz, onde a guerra teima em permanecer; rezamos pela dignidade das pessoas, onde a violência persiste em pairar; rezamos pela conjugalidade e pela fecundidade das famílias, onde a secura de amor chegou e esterilidade relacional passou a imperar; rezamos pela amizade e pelo valor dos idosos, onde se descartam as pessoas; rezamos pela equidade e pela solidariedade, onde a pobreza fala mais alto; rezamos pela justiça e pelas segundas oportunidades para os migrantes e refugiados, onde a desigualdade reina; rezamos pela saúde, onde a doença se torna um desafio a combater; rezamos pela felicidade, onde as relações são cortadas e feridas; rezamos pelo trabalho honesto, onde o desemprego bate à porta; rezamos pelos sonhos dos jovens, onde o desespero é gritante; rezamos pela liberdade interior, a quem vive preso à culpa e ao pecado; rezamos pela renovação das comunidades cristãs, onde a manutenção pastoral ainda é uma realidade.

3. “A caridade ama aquilo que é... / a esperança ama o que será” (Charles PÉGUY, *Os portais do mistério da segunda virtude*, 21-22). Se a oração é a fonte da nossa vida cristã, como relação vital com Deus, a segunda virtude teologal, que somos impulsionados a cultivar neste Jubileu, como “Peregrinos de Esperança”, leva-nos a ver mais longe e mais largo, a ser criativos no nosso modo de estar presentes no mundo, a entrar em modo missionário, e a comprometer a nossa vida em situações concretas, com gestos de caridade. Como refere o Papa Francisco, “a esperança nasce do amor e funda-se no amor que brota do Coração de Jesus trespassado na cruz” (*Spes non confundit*, 3).

Daí que a nossa renúncia quaresmal, fruto da nossa partilha, se destinará à *aquisição* de livros litúrgicos, especialmente do *Missal Romano*, para oferecer às Dioceses de Bafatá e de Bissau, na Guiné-Bissau, bem como para o Fundo Arquidiocesano “Partilhar com Esperança”. Podem parecer pequenos gestos, mas feitos com inteireza de vida, estaremos certamente a semear esperança nos corações daquelas pessoas a quem a nossa partilha se destina.

4. É “o Espírito Santo, com a sua presença perene no caminho da Igreja, que irradia nos crentes a luz da esperança: mantém-na acesa como uma tocha que nunca se apaga, para dar apoio e vigor à nossa vida” (FRANCISCO, *Spes non confundit*, 3). Com estas palavras do Santo Padre, recordamos que a nossa fé na ação vivificante do Espírito Santo nos faz reconhecer que Ele é o “Senhor que dá a vida”. Portanto, a Cruz, aquela que traçamos sobre nós, que se estende sobre o mundo de hoje, é sempre a Cruz de Jesus. Mas, como acreditamos, a Cruz abre-se ao sentido e, por conseguinte, à Vida, na sua inteireza e total autenticidade, que é dom de Deus, pura graça. A Ressurreição de Jesus, que dá sentido e sabor ao nosso existir, é precisamente a plenitude deste mistério.

“O Jesus pascal revela-se o ícone da esperança que somos chamados a transportar no tempo, aconteça o que acontecer” (J. T. Mendonça, *Esperar contra toda a esperança*, 40). Por isso, a Páscoa é a luz da Esperança, que nós queremos que continue a brilhar

na vida da Igreja e do mundo, já que transportamos em nós estas centelhas da luz divina, para gerar nos corações alegria, paz, bondade, caridade. Haja Esperança!

Santa Quaresma! Feliz Páscoa!

*D. José Cordeiro, Arcebispo Metropolita
D. Delfim Gomes, Bispo Auxiliar*

Decreto e Estatutos do Conselho Pastoral Paroquial

A Paróquia é “uma determinada comunidade de fiéis, constituída estavelmente no âmbito da Igreja particular” (cân. 515) e o lugar privilegiado da comunhão eclesial, no qual todos os fiéis, com os seus diversos carismas e ministérios, são chamados a participar ativamente na ação evangelizadora da Igreja. Ela apresenta-se em estado permanente de conversão pastoral para integrar e evangelizar a todos, implicando, por isso, que os fiéis batizados assumam responsávelmente o seu ministério evangelizador.

O Concílio Ecuménico Vaticano II e, subsequente ao Concílio, o Código de Direito Canónico, consideraram muito recomendável, como órgão de corresponsabilização e comunhão eclesial, a instituição do Conselho Pastoral em todas as paróquias (cf. AA, 26, cân. 536 § 1). Neste sentido, também exortamos a que se constitua em cada paróquia ou unidade pastoral um Conselho Pastoral, como meio para facilitar eficazmente a corresponsabilidade diferenciada entre presbíteros, diáconos, pessoas consagradas e leigos, a fim de promover a comunhão e a atividade pastoral (cf. CL, 27).

O caminho percorrido pelos Conselhos Pastorais Paroquiais da nossa Arquidiocese - desde que foi decretada a sua constituição em 30 de novembro de 1978 e revista em 26 de novembro de 1987 - tem sido fecundo. Pareceu-nos, contudo, necessário proceder ao fortalecimento deste órgão de comunhão paroquial, como expressão da sinodalidade na Igreja. Daí a revisão que decidimos fazer do texto dos estatutos do Conselho Pastoral Paroquial de modo a torná-lo mais adequado às reais exigências e necessidades pastorais da Arquidiocese.

O objetivo da reforma é que os Conselhos Pastorais Paroquiais assumam um renovado carácter sinodal missionário, constituídos por discípulos missionários e evangelizadores, que promovam a participação e a corresponsabilidade diferenciada na vida e na missão da Paróquia em comunhão com a Igreja Arquidiocesana.

Estes Conselhos são dotados de um Estatuto próprio, no qual se determinam os elementos comuns que a lei da Igreja - universal e particular - estabelece para todas as paróquias, juntamente com os elementos específicos de cada comunidade que possibilite responder às suas próprias necessidades pastorais.

Depois de ter feito as consultas pertinentes, e tendo examinado a situação atual com vista a uma renovação sinodal missionária da nossa Arquidiocese de Braga, de harmonia com o itinerário pastoral “juntos no caminho de Páscoa” até 2033, em virtude das faculdades que nos são conferidas pelo Direito universal, previstas no Código de Direito Canónico:

Decretamos

A constituição do Conselho Pastoral Paroquial ou Conselho Pastoral da Unidade Pastoral em todas as paróquias desta Arquidiocese de Braga, onde ainda não existir, e

Promulgamos

Os **Estatutos-Modelo** do Conselho Pastoral Paroquial da Arquidiocese de Braga, que consta como anexo único do presente

Decreto, dele fazendo parte integrante, cujas páginas se encontram carimbadas e autenticadas pelo Chanceler.

O presente Decreto e os **Estatutos-Modelo** serão publicados no Órgão Oficial da Arquidiocese e entrará imediatamente em vigor, sendo difundido através dos meios de comunicação da Arquidiocese, guardando um exemplar no Arquivo da Cúria Arquidiocesana **sob o n.º 42/2025.**

Braga, 12 de janeiro de 2025, Domingo e festa do Batismo do Senhor.

*† D. José Cordeiro, Arcebispo Metropolita
Con. João Paulo Coelho Alves, Chanceler*

ESTATUTOS-MODELO DO CONSELHO PASTORAL PAROQUIAL

Os fiéis cristãos, ungidos e consagrados pelo Espírito Santo por meio dos sacramentos da iniciação cristã, “para formarem um templo espiritual e um sacerdócio santo” (LG 1 O), são chamados, pelo próprio Senhor Jesus Cristo, a cooperar ativamente na missão salvífica do Povo de Deus (cf. LG 33; AA 3; AG 11), na comunhão orgânica da Igreja e, segundo a sua própria condição (cf. AA 2; LG 32; PO 2). Assim, a missão de salvação do povo de Deus não pode limitar-se exclusivamente à missão dos pastores. Todos os fiéis têm responsabilidade de acordo com a sua vocação na Igreja. Os pastores “sabem que a sua excelsa função consiste em pastorear os fiéis e reconhecer os seus serviços e carismas, de tal forma que cada um, a seu modo, colabore unanimemente na tarefa comum” (LG 30).

O Concílio Ecuménico Vaticano II apresentou vários canais para esta colaboração:

O Conselho Pastoral Diocesano, fortemente recomendado no Decreto *Christus Dominus* (CD 27), e o Conselho Pastoral Paroquial, explicitamente referido no Decreto sobre o apostolado dos leigos *Apostolicam Actuositatem* (AA 26): “Se possível, devem estabelecer-se estes conselhos (destinados a ajudar o trabalho apostólico da Igreja) também a nível paroquial...”. O Código de Direito Canónico

reflete este desejo do Concílio e estabelece que “se for oportuno, no parecer do Bispo diocesano, ouvido o Conselho Presbiteral, seja constituído em cada paróquia um Conselho Pastoral, presidido pelo Pároco, em que os fiéis, juntamente com aqueles que participam através do seu ofício na pastoral paroquial, prestam a sua colaboração na promoção da atividade pastoral” (cân. 536 § 1 CIC).

O documento final da XVI Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos, na segunda sessão de 2 a 27 de outubro de 2024 (nº 103) também sugere: “A participação dos batizados nos processos de decisão, bem como as práticas de prestação de contas e de avaliação, realizam-se através de mediações institucionais, antes de mais os órgãos de participação que, a nível da Igreja local, o direito canónico já prevê. Na Igreja latina são eles: Sínodo Diocesano (cf. cân. 466), Conselho Presbiteral (cf. cân. 500, § 2), Conselho Pastoral Diocesano (cf. cân. 514, § 1), Conselho Pastoral Paroquial (cf. cân. 536), Conselho Diocesano e Paroquial para os Assuntos Económicos (cf. cân. 493 e 537). (...) Os membros participam neles em razão da sua função eclesial, de acordo com as suas responsabilidades diferenciadas (carismas, ministérios, experiência ou competência, etc.). Cada um destes organismos participa no discernimento necessário ao anúncio inculturado do Evangelho, à missão da comunidade no seu ambiente e ao testemunho dos batizados que a compõem. Participa também nos processos de decisão nas formas estabelecidas e constitui uma esfera de responsabilidade e de avaliação. As instâncias de participação constituem um dos campos mais promissores de atuação para uma rápida implementação das orientações sinodais, conduzindo a mudanças perceptíveis de forma célere”.

Neste sentido, sublinha o referido documento: “Uma Igreja sinodal baseia-se na existência, eficiência e vitalidade efetiva, e não apenas nominal, destes organismos de participação, bem como no seu funcionamento de acordo com as disposições canónicas ou os costumes legítimos e no cumprimento dos estatutos e regulamentos que os regem. Por isso, devem ser obrigatórios, como se exige em

todas as fases do processo sinodal, e poder desempenhar plenamente o seu papel, não apenas formalmente, mas de forma adequada aos diversos contextos locais” (nº 104).

Dom Eurico Dias Nogueira, de veneranda memória, aprovou os estatutos do Conselho Pastoral Paroquial em 30 de novembro de 1978 e reviu-os em 26 de novembro de 1987. Entretanto, a situação eclesial e social mudou muito. Encontramo-nos num contexto que apela à conversão pastoral e ao impulso missionário. O Papa Francisco, na exortação apostólica *Evangelii Gaudium*, é porta-voz desta urgência: “Sonho com uma opção missionária capaz de tudo transformar, para que os costumes, os estilos, os horários, a linguagem e cada estrutura eclesial se tomem um canal adequado para a evangelização do mundo de hoje e não para a auto preservação. A reforma das estruturas que a conversão pastoral exige só pode ser entendida neste sentido: garantir que todas se tomem mais missionárias, que a pastoral ordinária, em todas as suas instâncias, seja mais expansiva e aberta, que coloque os agentes pastorais numa constante atitude de saída e assim favoreça a resposta positiva de todos aqueles que Jesus chama à sua amizade” (EG 27).

O supracitado documento final da XVI Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos, no número 106, insiste: “Deve ser dada igual atenção à composição dos órgãos de participação, de modo a favorecer um maior envolvimento das mulheres, dos jovens e dos que vivem em condições de pobreza ou marginalização. Além disso, é essencial que estes órgãos incluam pessoas batizadas empenhadas em testemunhar a fé nas realidades ordinárias da vida e das dinâmicas sociais, com uma reconhecida disposição apostólica e missionária, e não apenas pessoas empenhadas na organização da vida e dos serviços no seio da comunidade. Deste modo, o discernimento eclesial beneficiará de uma maior abertura, capacidade de análise da realidade e pluralidade de perspetivas. De acordo com as necessidades dos diferentes contextos, pode ser oportuno prever a participação de representantes de outras Igrejas e Comunhões cristãs, à semelhança do que acontece na Assembleia Sinodal, ou de representantes de

outras religiões presentes no território. As Igrejas locais e os seus agrupamentos podem indicar mais facilmente alguns critérios para a composição dos órgãos de participação adequados a cada contexto”.

Hoje a matiz evangélica deve ser tão forte que uma das chaves dos nossos conselhos é tomarem-se a “equipa missionária” da paróquia ou da unidade pastoral, com o objetivo de promover e acompanhar a comunhão entre todos os membros da paróquia – com graus de pertença muito diferentes – e a ação missionária no território confiado. Caminhamos para uma Igreja mais pequena, queira o Senhor que mais significativa na comunhão e na presença pública e, por isso, chamada a ser comunhão e corresponsável na promoção dos ministérios e da vida vocacional, na gestão dos recursos humanos e materiais e, de modo especial, anunciar o evangelho e transmitir a fé de que somos depositários.

Uma marca importante do novo impulso dado aos conselhos é que sejam um canal permanente de discernimento daquilo que o Senhor nos suscita e pede. Este discernimento eclesial segue o paradigma sinodal de “muitos, alguns, um”:

“Muitos”: Prioridade em ouvir e chamar à participação todos aqueles que participam na Assembleia Dominical e também acolher a voz daqueles que não comparecem ou participam esporadicamente (escutar é sempre uma exigência da missão). Por isso, seria oportuno realizar uma assembleia paroquial (ou da unidade pastoral paroquial) ao longo do ano e estar atento ao que se passa na cidade, vila, aldeia ou arciprestado onde se situa a paróquia. Aqui reside o apelo a “ampliar a tenda”, indicado pelo Sínodo.

“Alguns”: Os membros da comunidade que assumem responsabilidades de qualquer tipo, ministérios mais ou menos estáveis. Daqui nasce o Conselho Pastoral Paroquial, para realizar, como equipa missionária e fermento permanente da comunidade cristã, a animação da comunhão e da missão na paróquia, em ligação ao Arciprestado e à Diocese. Esta equipa requer cuidados especiais na formação e na espiritualidade. São as “cordas” da tenda que garantem a tensão e a unidade entre o tolde e as

estacas. De entre eles surgirão o Conselho Pastoral Arciprestal e o Arquidiocesano.

“Um”: O Pároco, unido ao Arcebispo e ao presbitério diocesano, confirma o discernimento na comunhão da Igreja. É-lhe confiado servir a fidelidade de todos os fundamentos da fé que recebemos e que iluminam o discernimento. É a razão pela qual os conselhos são consultivos, mas a tarefa do Pároco a favor da comunhão não justifica o clericalismo. Por isso, o “único” deve exercer o seu ministério acolhendo e discernindo as propostas dos conselheiros e promovendo a comunhão com o presbitério e com o Arcebispo. Por esta razão, os conflitos ou as graves faltas de comunhão que possam ocorrer devem ser submetidos ao discernimento arciprestal e diocesano e, em qualquer caso, ao Ordinário Arquidiocesano. Esta comunhão habitual, com o Arciprestado e a Arquidiocese, ajuda-nos a interiorizar que todos somos corresponsáveis pela ação evangelizadora da Igreja que peregrina em Braga. Uma missão também importante dos conselhos pastorais há de ser o discernimento e a colaboração no desenvolvimento e na aplicação dos planos pastorais da Arquidiocese.

Importa ter presente que muitas das nossas paróquias estão unidas entre si, pelo menos no Pároco que as serve e preside, existindo várias paróquias agrupadas em “unidade pastoral”. Nestes casos, os conselhos pastorais podem ser constituídos com esta referência. Em muitas paróquias pequenas o Conselho Pastoral é a assembleia dos que participam regularmente, mas em todas deve haver alguém que seja uma referência laical da paróquia.

I) Natureza e Propriedades

Art. 1.º - O Conselho Pastoral Paroquial (CPP) é o **organismo próprio de cada paróquia ou unidade pastoral** que, no serviço à comunhão e corresponsabilidade diferenciada de todo o povo de Deus, promove e dinamiza a atividade pastoral para o cumprimento da missão da Igreja (cf. cân. 536 § 1), que se rege pelo direito comum e particular da Arquidiocese e pelos seus próprios Estatutos. Tratando-se de uma **unidade pastoral**, constituída

por várias paróquias, poderá constituir-se um Conselho Pastoral único, com representantes de todas as paróquias da unidade, que estimule a sua vida e missão.

Art. 2.º - O CPP está ao serviço de toda a **comunidade**, cujas preocupações e propostas podem ser recolhidas através da **Assembleia Paroquial ou Interparoquial** que, enquanto reunião de todos os agentes pastorais da paróquia - e aberta a todos os fiéis - avalia as necessidades e exigências evangelizadoras, define e/ou assume o programa pastoral, desenvolve e revê toda a ação pastoral paroquial ou interparoquial.

Art. 3.º - O referido CPP é um órgão **representativo** de toda a comunidade cristã; **permanente**, sendo composto por membros estáveis e mantendo a continuidade da atividade pastoral; **colegial**, pois as decisões são tomadas num clima de integração e comunhão, embora de carácter consultivo no discernimento pastoral; **missionário**, colocando-se ao serviço da missão evangelizadora da comunidade paroquial; e servidor da comunhão na paróquia, numa relação cooperante com o Arciprestado e a Arquidiocese.

II) Objetivos e Atividades

Art. 4.º - A missão do CPP é procurar a conformidade da vida e da missão da paróquia com o Evangelho (cf. *M. P. Ecclesiae Sanctae I*, 16 e cân. 511), do qual nascem todos os seus fins:

- a)** Conhecer e analisar a realidade da(s) paróquia(s), da cidade ou freguesia a que diz respeito, e recolher e discernir as iniciativas para procurar as respostas pastorais mais adequadas.
- b)** Incentivar e pugnar pelo sentido de comunidade entre todos os membros da(s) paróquia(s), e das diferentes instituições e grupos apostólicos, zelando pela iniciação cristã e pela formação permanente integral, e promovendo a sua

unidade e corresponsabilidade diferenciada, fomentando na paróquia verdadeira fraternidade.

- c) Preparar todos os anos, com o contributo de todos os fiéis, a programação da vida comunitária e da ação pastoral da(s) paróquia(s), e definir um calendário de iniciativas, que tenha em conta a programação pastoral arciprestal e arquidiocesana.
- d) Promover, favorecer e coordenar as diversas ações apostólicas, mobilizando pessoas, meios e canais que promovam a dimensão comunitária, evangelizadora e missionária da paróquia.
- e) Colaborar com o Pároco no discernimento das necessidades e no desenvolvimento das iniciativas pastorais da paróquia (cf. cân. 536 § 2), que lhe permitam cumprir a sua missão.
- f) Rever periodicamente o cumprimento do programa pastoral, e da ação pastoral, sobretudo no final do ano pastoral, extraíndo consequências e sugestões para o ano seguinte.
- g) Cuidar da comunhão e coordenação com o Arciprestado e a Arquidiocese, acolhendo e apoiando as suas orientações e iniciativas para uma maior eficácia na pastoral missionária.

Art. 5.º - As atividades do CPP decorrem da tríplice missão da Igreja (ensinar, santificar e governar), pelo que deve encorajar e coordenar todos aqueles projetos que têm como meta a catequese, a liturgia e a caridade no serviço evangelizador do povo de Deus, provendo os meios necessários à sua concretização.

III) Composição e Membros

Art. 6.º - O CPP, órgão representativo de toda a comunidade cristã, será composto pelos seguintes membros:

- a) **Membros natos:** O Pároco e todos os sacerdotes e diáconos com funções pastorais na paróquia.
- b) **Membros eleitos:** Os representantes eleitos das seguintes áreas:

- Todas as áreas pastorais específicas da comunidade (catequese, liturgia e caridade) e outros grupos paroquiais.
- Conselho Económico Paroquial (CEP).
- Membros representativos da comunidade que não pertencem a nenhum dos grupos ou ações eclesiásticas acima referidas.
- Institutos de vida consagrada e sociedades de vida apostólica.
- Associações cristãs, comunidades e movimentos apostólicos.
- Centros educativos católicos e professores de religião católica de centros educativos públicos e não confessionais.
(Para a eleição dos membros indicados deverá ser tido em conta os regulamentos do cân. 119)

c) **Membros designados:** O Pároco pode designar alguns membros, em número não superior a um quarto do total, para conseguir uma maior representatividade ou cobrir uma necessidade concreta.

Art. 7.º - Na eleição ou nomeação dos membros devem ser tidos em conta os seguintes critérios, recolhidos ou emanados do Código de Direito Canónico:

- a) Que estejam em plena comunhão com a Igreja Católica (cf. cân. 205, cân. 512) e levem uma vida moral de acordo com os seus ensinamentos.
- b) Devem distinguir-se pela fé, maturidade, bons costumes, prudência e espírito de serviço (cf. cân. 512 § 3), ser abertos ao diálogo, criativos e sensíveis às necessidades, e com alguma experiência de participação na vida paroquial.
- c) Que a porção do Povo de Deus que constitui a paróquia seja verdadeiramente representada através deles (cf. cân. 512 § 2).

Art. 8.º - O mandato dos membros, que coincidirá, em princípio, com o do CPP, embora possa ser renovado, será prorrogado até à sua cessação:

- a) Membros natos: Cessarão quando deixarem o cargo que lhes confere o direito de fazer parte do mesmo.
- b) Membros eleitos ou nomeados: Cessarão no decurso do prazo estabelecido; quando terminar o motivo pelo qual foram eleitos ou nomeados; por qualquer das causas indicadas no Código de Direito Canónico; por demissão voluntária, aceite pelo presidente; por demissão do Pároco, após um período não inferior a seis meses; por repetição de faltas injustificadas ou outros motivos graves, após diálogo com o interessado. (*eleitos por 5 anos, podendo ser reeleitos por mais 5*).

IV) Estrutura e Operação

Órgãos colegiais: Sessão Plenária e Comissão Permanente

Art. 9.º - A Sessão Plenária é constituída por todos os membros do CPP. Além disso, o Conselho poderá convidar para as suas reuniões, na qualidade de conselheiros, outras pessoas, em casos específicos, que terão direito de palavra, mas não de voto, e criar os grupos de reflexão e de trabalho que considere necessários ao estudo e adoção de soluções para os desafios ou problemas pastorais levantados.

Art. 10.º - Os membros do Plenário, que devem servir e representar a comunidade paroquial, têm os seguintes direitos e obrigações:

- a) Participar nos encontros, após estudo dos temas e questões que são objeto de reflexão, promovendo um clima de fraternidade, confiança e colaboração mútua.
- b) Dar a sua opinião e votar conscientemente nas questões consultadas, e participar na eleição das pessoas (cf. câns 119, 127 e 164-179). A votação sobre as pessoas será secreta; a votação em assuntos sensíveis ou quando solicitada por um conselheiro será também secreta.

- c) Manter secretas as intervenções e decisões tomadas durante as reuniões, até que se concorde em torná-las públicas (cf. cân. 127 § 3).
- d) Colaborar na implementação das decisões e acordos adotados, podendo para o efeito ser constituídas comissões que se considerem adequadas.
- e) Caso surjam conflitos ou faltas graves que quebrem a comunhão, impedindo o desenvolvimento da própria missão, estes estarão sujeitos ao discernimento arciprestal e diocesano e, em qualquer caso, ao Ordinário diocesano.

Art. 11.º – A Sessão Plenária reunirá em sessão ordinária pelo menos três vezes por ano e em sessão extraordinária tantas vezes quantas o Pároco considerar necessário ou a pedido de um terço dos membros do CPP. A validade da Sessão Plenária exigirá a presença de metade mais um, dos membros do CPP.

Art. 12.º – O CPP quando composto por conselheiros de várias comunidades, para maior agilidade e eficiência no seu trabalho, deverá constituir uma Comissão Permanente, que será composta pelo Presidente, pelo Secretário e por dois vogais de cada comunidade, eleitos pelo Plenário na sua sessão constitutiva.

Art. 13.º – A Comissão Permanente terá as seguintes funções: preparar as sessões plenárias, garantir o cumprimento dos acordos nelas contidos e aconselhar o Presidente sobre assuntos urgentes, que serão posteriormente comunicados ao Plenário.

Art. 14.º – A Comissão Permanente reunirá, em regra, de dois em dois meses e tantas vezes quantas as que for convocada pelo Presidente.

Cargos: Presidente e Secretário

Art. 15.º – O **Presidente** do CPP é o Pároco, que tem as seguintes funções:

- a) Nomear alguns membros do CPP.
- b) Convocar e presidir às reuniões, de acordo com o disposto no presente Estatuto.
- c) Estabelecer a agenda, acatando os assuntos e sugestões propostas pelos membros do CPP.
- d) Aprovar, se for caso disso, as decisões do CPP e torná-las públicas, se for caso disso (cf. cãns. 127, §3 e 514 §1), e promover o seu cumprimento.
- e) Interpretar estes Estatutos do CPP, uma vez ouvida a Sessão Plenária.
- f) O Pároco deve normalmente assumir o parecer do CPP, especialmente quando este é unânime (cf. cân. 127 § 2. 2º).

Art. 16.º - O CPP terá um **Secretário**, nomeado pelo Pároco, devendo neste caso ser ratificado pelo Plenário, ou eleito por todos os membros, cujas funções serão as seguintes:

- a) Receber sugestões e informações sobre temas a discutir nas sessões, que serão comunicadas ao Presidente.
- b) Emitir a convocatória das reuniões com a antecedência mínima de quinze dias, que deverá incluir a ordem de trabalhos, previamente acordada com o Presidente.
- c) Elaborar atas das sessões ordinárias e extraordinárias realizadas, que deverão ser assinadas pelo Presidente, e comunicar os acordos adotados às pessoas afetadas.
- d) Tornar público o que foi discutido, quando tal lhe seja confiado pelo Presidente ou pelo Plenário.
- e) Guardar as atas e atualizar a lista dos membros do CPP, que ficará depositada no Arquivo da paróquia.

V) Renovação e Cessação

Art. 17.º - O CPP terá a duração de cinco anos, findo o qual poderá ser renovado, mediante eleição e nomeação de novos membros. Para preservar a continuidade do seu trabalho, será aconselhável que a referida renovação seja progressiva.

Art. 18.º - O CPP cessará durante o quinquénio para que foi instituído, embora o Pároco possa prolongar as suas funções até à constituição de novo CPP pelos seguintes motivos:

- a) Por demissão do Pároco, decorrido um período não inferior a seis meses, findo o qual o novo Pároco decidirá se o prorroga; se o mantém até ao fim do quinquénio ou se estabelece um novo.
- b) Por decisão do Pároco, obtido o consentimento do Ordinário, ou por decreto do Ordinário, quando o bem pastoral da paróquia o aconselhar.

Coletas e Verbas Consignadas

A Arquidiocese de Braga informa, com espírito de transparência e responsabilidade, os resultados das coletas obrigatórias realizadas ao longo do ano de 2024, entregues no Serviços Arquidiocesanos até ao dia 31 de Janeiro de 2025.

Conforme os estatutos, normas e diretivas da nossa Arquidiocese, estas coletas são obrigatórias em todos os locais de culto e destinam-se a sustentar as diversas dimensões da missão da Igreja, nacionais e diocesanas.

• **Resumo das Coletas do ano 2024**

	Total Anual
Missas Acumuladas	366 084,00€
Universidade Católica	18 975,48€
Cáritas	28 872,91€
Contributo Penitencial	70 799,99€
Lugares Santos	23.427,78€
Santa Sé	21.671,30€
Mov. Apostolado	15 111,65€
Meio Com. Social	16 350,96€
Migrações	17 413,00€
Missões	28 550,84€
Seminários	38 655,85€
Total	645 913,76€

Os valores apresentados correspondem ao total entregue por todos os Arciprestados. Os respectivos valores foram integralmente encaminhados para os destinos canónicos indicados para cada coleta, conforme indicação da Conferência Episcopal Portuguesa.

Cumprindo com as respectivas indicações, efetuamos as seguintes entregas:

- **Universidade Católica Portuguesa** - efetuamos uma transferência no valor de 18.975,48€, correspondente à totalidade do valor recebido nos Serviços Arquidiocesanos.
- **Cáritas** - efetuamos uma transferência para a Cáritas Diocesana no valor de 28.872,91€, correspondente à totalidade do valor recebido nos Serviços Arquidiocesanos.
- **Lugares Santos** - efetuamos uma transferência para o Comissário da Terra Santa em Portugal, no valor de 23.427,78€, referente à totalidade da coleta recebida nos Serviços Arquidiocesanos.

- **Santa Sé** - efetuamos uma transferência para a Nunciatura Apostólica em Portugal no valor de 31.671,30€. Para além do valor da coleta para a Santa Sé recebida nos Serviços Arquidiocesanos, a nossa Arquidiocese, em cumprimento com o cânon 1271 do Código de Direito Canónico, enviou o valor de 10.000,00€.
- **Movimentos Apostólicos** - Conforme a norma nacional, efetuamos uma transferência para o SNALF, no valor de 6.044,66€, referente a 40% da coleta recebida nos Serviços Arquidiocesanos.
- **Missões** - Efetuamos uma transferência para a Obra da Propagação da Fé no valor de 28.550,84€, referente ao valor total da coleta recebida nos Serviços Arquidiocesanos.
- **Meios de Comunicação Social** - Cumprindo as normas da Conferência Episcopal, 50% desta coleta reverte a favor das entidades nacionais e 50% reverte para o Departamento Diocesano.
- **Migrações** - Cumprindo as normas da Conferência Episcopal, 60% desta coleta, 10.447,80€, reverte a favor das entidades nacionais e o restante reverte para os objetivos Diocesanos.
- **Seminários** - A totalidade da coleta recebida nos Serviços Arquidiocesanos reverte para os Seminários Arquidiocesanos.
- **Contributo Penitencial** - Conforme comunicado pelo Sr. Arcebispo, em Fevereiro de 2024, este valor reverte para o Fundo Partilhar com Esperança e para a Missão de Ocua (Projeto Salama).

Em resumo, para a Conferência Episcopal Portuguesa efetuamos uma transferência no valor de 37.163,28€, correspondente a:

- 3.540,00€ - 5% do Contributo Penitencial
- 8.175,48€ - 50% do valor para as Comunicações Sociais

- 10.447,80€ - 60% do valor para as Migrações
- 15.000,00€ - Valor para o Fundo CEP.

Conforme estabelecido pela Conferência Episcopal Portuguesa, a Arquidiocese de Braga deve realizar anualmente um contributo no valor de 10.000,00€ para o Colégio Português, assim, efetuamos uma transferência no valor de 20.000,00€, cumprindo a nossa obrigação dos anos 2023 e 2024.

• Missas Plurintencionais do Ano 2024

Uma parte do valor das missas plurintencionais, recebidas nos Serviços Arquidiocesanos, revertem a favor da Pastoral Arciprestal. Partilhamos os valores entregues a cada Arciprestado.

Arciprestado	Valor entregue
Amares e Terras de Bouro	3 315,21€
Barcelos	19 505,22€
Braga	19 437,61€
Cabeceiras de Basto	1 852,23€
Celorico de Basto	8 105,37€
Espinho	7 979,71€
Fafe	9 574,60€
Guimarães e Vizela	14 610,09€
Póvoa de Lanhoso	3 189,03€
Vieira do Minho	3 032,43€
V. N. Famalicão	13 523,61€
Vila do Conde/Pvz	17 295,83€
Vila Verde	5 140,56€
Total	126 561,50€

• Verba para Arciprestes

Está definido a entrega de uma verba a cada Arcipreste, calculada com base nas coletas recebidas de cada Arciprestado. Partilhamos os valores entregues aos Arciprestes, referente aos anos de 2023 e 2024.

Ano 2023	
Arciprestado	Valor entregue
Amares	134,82€
Barcelos	1 524,17€
Braga	764,33€
Cabeceiras de Basto	166,87€
Celorico de Basto	171,53€
Espinho	429,73€
Fafe	321,68€
Guimarães e Vizela	1 244,00€
Póvoa de Lanhoso	377,88€
Terras de Bouro	311,11€
Vieira do Minho	186,22€
V. N. Famalicão	696,59€
Vila do Conde/Póvoa de Varzim	711,10€
Vila Verde	207,03€
Total	7 247,06€

Ano 2024	
Arciprestado	Valor entregue
Amares e Terras de Bouro	543,81€
Barcelos	1 213,25€
Braga	844,19€
Cabeceiras de Basto	181,79€

Ano 2024	
Arciprestado	Valor entregue
Celorico de Basto	284,66€
Espinho	426,36€
Fafe	473,43€
Guimarães e Vizela	1 367,28€
Póvoa de Lanhoso	363,89€
Vieira do Minho	217,54€
V. N. Famalicão	561,52€
Vila do Conde/Póvoa de Varzim	993,86€
Vila Verde	183,34€
Total	7 654,93€

• Peditórios Especiais

Está definido a entrega de uma verba a cada Arcipreste, calculada com base nas coletas recebidas de cada Arciprestado. Partilhamos os valores entregues aos Arciprestes, referente aos anos de 2023 e 2024.

- **Infância Missionária** - efetuamos uma transferência para a Obra da Propagação da Fé, no valor de 5.073,50€, referente aos valores recebidos nos Serviços Arquidiocesanos.
- **Terra Santa - Campanha de Advento-Natal** - Efetuamos uma transferência para a Conferência Episcopal Portuguesa, no valor de 30.134,71€, referente à totalidade dos valores recebidos nos Serviços Arquidiocesanos.
- **Ciclone Chido - Cabo Delgado** - Em Janeiro de 2025, a Arquidiocese de Braga enviou um donativo no valor de 25.000,00€ para a Diocese de Pemba. Recentemente transferimos o valor de 3.254,00€, referente à totalidade dos valores recebidos nos Serviços Arquidiocesanos.

25/07/2025

P.e Miguel Paulo Simões, Económico

2.

Igreja Diocesana

Natal, caminho de Páscoa

Solenidade da Virgem Santa Maria, Mãe de Deus

1. Oitavo dia

Nesta oitava do Natal, e por isso ainda dia de Natal, a história do nascimento de Jesus tem para nós um novo capítulo, relatado por Lucas: segundo as prescrições da lei judaica, ao oitavo dia depois do nascimento todos os meninos deveriam ser circuncidados. A circuncisão era o sinal da aliança estabelecida entre Deus e o povo de Israel, tal como tinha sido transmitido a Abraão, o pai dos crentes.

Assim, a circuncisão faz de Jesus um membro de pleno direito do povo santo, o povo das alianças, promessas e bênçãos, confirmando a humanidade do Filho de Deus, Messias e Senhor. A encarnação do Verbo não foi uma ficção, nem uma aparência, foi verdadeiramente o assumir de toda a nossa condição humana, a nossa carne, em tudo igual a nós exceto no pecado.

A cruz de quatro braços, abre-se em oito pontos, a indicar o oitavo dia e as oito direções da bússola. Por isso, a simbologia do oitavo dia que hoje celebramos, aplica-se, antes de mais ao Do-

mingo, que é, ao mesmo tempo o primeiro e o oitavo dia, unindo a Páscoa ao Natal e ao fim dos tempos. O oitavo dia é a Páscoa de Jesus Cristo, na qual nós somos incorporados pelo Batismo.

2. Encontrar Jesus

Era também ao oitavo dia, depois da circuncisão, que o pai deveria dar um nome ao seu filho; e para a cultura judaica, a atribuição do nome era também a atribuição da missão de vida. José, que exprime “Deus acrescenta”, dá ao Menino o nome que o anjo indicara: Jesus, que significa “o Senhor salva”, e indica a missão de libertação e redenção que Jesus terá a seu cargo em adulto, dando a vida por toda a humanidade.

Essa missão é também anunciada pelos pastores, que acolhendo o anúncio dos anjos acorrem ao lugar onde o Menino Deus se encontrava, e contam tudo o que lhes tinha sido dito. Confirmando que esse anúncio angélico era verdadeiro, os pastores tornam-se, por isso, arautos do nascimento do Messias.

Os pastores são personagens fundamentais nos presépios por nós construídos; eles representam o salto de fé que todos precisamos de dar para acolher Deus que se faz humano: é-lhes dito que nasceu o Messias, Senhor e Salvador. Mas na nossa imaginação, um libertador é um homem forte; um Messias é um rei cheio de poder que vive em palácios; *Kyrios*, isto é, Senhor, é o nome de Deus, mas também o título dado ao imperador romano. Mas o que eles encontram na realidade é um bebé, frágil e pequeno, nascido na humildade e pobreza.

José e Maria escutam e veem o que acontece com o nascimento do seu filho. Ambos têm de renovar a sua fé e confiança em Deus e no que previamente lhes tinha sido anunciado. Para isso, meditam no coração. Sobretudo Maria, a mãe de Deus, ensina-nos a ler em profundidade os acontecimentos da vida; ensina-nos a prosseguir o caminho mesmo quando não entendemos tudo o que se passa connosco e à nossa volta.

3. Bendizer

Como ouvimos na primeira leitura, o Senhor convoca-nos para bendizer (dizer bem) porque Ele também diz bem de nós. Bendizer é uma tarefa importante, num tempo em que a crítica fácil e o maldizer parecem estar na ordem do dia, como percebemos pelas caixas de comentários nas redes sociais.

Uma das maiores bênçãos que Deus nos concede é a sua paz. Paz que não é a mera ausência de guerra ou conflito, mas um profundo sentimento interior de nos sabermos amados por Deus em todos os momentos da vida.

Na mensagem para este 58.º Dia Mundial da Paz, o Papa Francisco escreve que é o nosso dever estarmos atentos ao grito da humanidade que sofre, e que denuncia todas as situações de injustiça e opressão. Por isso, é nosso dever “*escutar este grito da humanidade para nos sentirmos chamados, todos nós, juntos e de modo pessoal, a quebrar as correntes da injustiça para proclamar a justiça de Deus. Alguns atos esporádicos de filantropia não serão suficientes. Em vez disso, são necessárias transformações culturais e estruturais, para que possa haver também uma mudança duradoura*

”. Hoje, também o manifestámos com o gesto concreto de paz da oração e da coleta em favor da Terra Santa.

Esta mudança duradoura começa no coração de cada um nós, que precisa de se converter todos os dias ao Evangelho. Por isso o Papa diz: “*o futuro é um dom que permite ultrapassar os erros do passado e construir novos caminhos de paz. [...] Procuremos a verdadeira paz, que é dada por Deus a um coração desarmado: um coração que não se esforça por calcular o que é meu e o que é teu; um coração que dissolve o egoísmo para se dispor a ir ao encontro dos outros; um coração que não hesita em reconhecer-se devedor de Deus e que, por isso, está pronto para perdoar as dívidas que oprimem o próximo; um coração que supera o desânimo em relação ao futuro com a esperança de que cada pessoa é um bem para este mundo*

”.

Só depois de convertidos pela graça de Deus é que seremos capazes de construir uma nova sociedade, onde reine a paz, a justiça, o perdão, a liberdade, a confiança, a esperança, a verdade e a caridade.

Bom ano! Bom Jubileu!

† José Manuel Cordeiro

Celebrar el eterno Hodie¹

La liturgia es celebración del *Hodie* eterno.

En tiempo de Jubileo, Año de Gracia del Señor Jesucristo – Jubileo de todos los días –, resuena con mayor vitalidad en la Liturgia la sacramentalidad del *Hodie*.

El título, *Celebrar el eterno Hodie*, que damos a este encuentro, se refiere al eterno “*hoy*” de la Liturgia, en la cual se hace presente el único y mismo misterio de Cristo. En el día de Navidad lo oímos proclamar solemnemente: «*Hoy brillará una luz sobre nosotros, porque nos ha nacido el Señor; y es admirable su nombre: Dios, Príncipe de la paz, Padre perpetuo; y su reino no tendrá fin*» (cf. Is 9, 1-5; Lc 1, 33).

Jesucristo utilizó el mismo término “*hoy*” cuando exhortó a profundizar todas las Escrituras a partir de su acontecimiento personal, proclamando su misión en la sinagoga de Nazaret: «*Y él comenzó a decirles: “Hoy se ha cumplido esta Escritura que acabáis de oír”*». (Lc 4, 21). Los “*evangelios*” del Evangelio son la mejor expresión de la cristología, es decir, de Jesucristo, el *hodie* eterno de la salvación.

¹ Conferência proferida no âmbito da Semana de Teologia de Ourense, em 24 de janeiro de 2025

A este respecto, San Agustín señala: «*Celebremos el feliz día en que el grande y eterno Día, procedente del grande y eterno Día, vino a insertarse en este nuestro día temporal y tan breve*»².

La Liturgia es vida para todo el Pueblo de Dios. Vivir la Liturgia, fuente decisiva de la fe de la Iglesia, y compartirla con los hermanos, es el desafío que sigue planteando-se a los pastores y a las comunidades cristianas: «*Que por todos los medios oportunos los sacerdotes, seglares o religiosos, que ya trabajan en la viña del Señor, se ayuden a comprender, cada vez mejor, el sentido de lo que hacen en sus funciones sagradas; a vivir la vida litúrgica; y a compartirlo con los fieles confiados a su cuidado*»³.

Los futuros y actuales presidentes de asambleas litúrgicas necesitan una formación cuidadosa y permanente en el espíritu de la Liturgia. Sí, «*necesitamos una formación litúrgica seria y vital*»⁴. Todo ello para crear una personalidad litúrgica, como le gustaba subrayar a Romano Guardini, bajo el modelo único de Cristo. El Papa Francisco, citando a Guardini, escribe: «“*Así se bocetea la primera tarea de la obra de formación litúrgica: el hombre debe volver a ser capaz de símbolo*”»⁵.

La Liturgia es, de hecho, la acción salvífica de Cristo en la Iglesia. La dimensión histórica se expresa en el anuncio profético del Antiguo Testamento y el acontecimiento real del Nuevo. La clave teológica es la historia de la salvación y el acontecimiento pascual. La culminación se produce en la plenitud de los tiempos (*pleroma*), en la que el *Hodie* litúrgico actualiza el pasado y anticipa el futuro. Se trata de pasar de la *anamnesis* (memoria o recuerdo) a la *epiclesis* (invocación a Dios para que envíe su Espíritu). La especificidad de la Liturgia es la realización del misterio de la salvación en la celebración concreta, en palabras y acciones.

² AGUSTÍN, *Sermón 185*.

³ *Sacrosanctum Concilium*, 18.

⁴ FRANCISCO, *Desiderio desideravi* 31.

⁵ FRANCISCO, *Desiderio desideravi* 44.

1. La Liturgia, encuentro con Jesucristo

La alegría del encuentro con Jesucristo ocupa un lugar decisivo (*topos*) en la celebración de la Liturgia. En efecto, «en el comienzo del ser cristiano no hay una decisión ética o una gran idea, sino el encuentro con un acontecimiento, con una Persona que regala a la vida un nuevo horizonte y, de este modo, una orientación decisiva»⁶. La afirmación es del Papa Benedicto XVI, que le concedió una especial obviedad al meterla en la introducción de su primera encíclica – «Deus caritas est». La evangelización depende totalmente de que se produzca, o no, este encuentro con Jesucristo. Un encuentro por parte del evangelizado y del evangelizador.

El Papa Francisco – también en la introducción a la Exhortación Apostólica «*Evangelii Gaudium*» –, se dirige a los evangelizadores, y aún es más interpelante; dice: «*Invito a cada cristiano, en cualquier lugar y situación en que se encuentre, a renovar hoy mismo su encuentro personal con Jesucristo, o al menos, a tomar la decisión de dejarse encontrar por Él, de buscarlo sin cesar en su vida cotidiana*»⁷. Y retoma el tema al tratar del dinamismo misterioso de la Liturgia como lugar de encuentro con Cristo: «*Aquí reside toda la poderosa belleza de la Liturgia. [...] La fe cristiana, o es un encuentro con Él, o no lo es*»⁸.

Jesucristo habita en la casa de cada corazón, según el prólogo del Evangelio de Juan: «*Y el Verbo se hizo carne: puso su tienda entre nosotros y contemplamos su gloria*» (Jn 1,14); y también al comienzo del libro de los signos del mismo Evangelio: «*Rabí – que, traducido, significa Maestro –, ¿dónde vives?*» (Jn 1,38); «*Venid y lo veréis!*» (Jn 1,39).

La Liturgia es lugar de encuentro con Jesucristo y, al mismo tiempo, lugar de misión. A este respecto, el Papa Francisco advierte: «*Una celebración que no evangeliza no es auténtica, como tampoco lo es un anuncio que no conduzca al encuentro con el Resucitado en la celebración:*

⁶ BENEDICTO XVI, *Deus Caritas Est* 1.

⁷ FRANCISCO, *Evangelii Gaudium* 3.

⁸ FRANCISCO, *Desiderio desideravi* 10.

ambos, en fin, sin el testimonio de la caridad son como metal que resuena y como el címbalo que retiene (cf. 1 Co 13,1)»⁹.

2. Presencia sensible

El centro de la cristología, de la celebración litúrgica y de la experiencia cristiana, es el misterio pascual de Cristo. Tal es, ante todo, el objetivo supremo de la reforma litúrgica posterior al Concilio Vaticano II: «el esfuerzo de esta acción pastoral centrada en la Liturgia debe tender a hacer vivir el Misterio Pascual, en el cual el Hijo de Dios encarnado, habiéndose hecho obediente hasta la muerte de Cruz, es exaltado de tal modo que en la Resurrección y Ascensión puede comunicar al mundo su vida divina, para que los hombres muertos al pecado y configurados con Cristo “no vivan ya para sí mismos, sino para Aquel que murió y resucitó por ellos”»¹⁰. Por eso, el gran objetivo de la reforma litúrgica operada por el Concilio no es tanto el cambio de ritos y textos, más bien favorecer la formación de los fieles y promover una acción pastoral que tenga como centro y fuente la Liturgia.

La centralidad del misterio pascual de Cristo en la redención humana es el núcleo de toda celebración litúrgica, como acción salvífica de Cristo en la Iglesia: «esta obra de la redención de los hombres y de la perfecta glorificación de Dios, prefigurada por sus grandes obras en el pueblo de la Antigua Alianza, Cristo Señor la realizó, sobre todo mediante el misterio pascual de su bienaventurada Pasión, Resurrección de entre los muertos y gloriosa Ascensión, en la que “muriendo destruyó nuestra muerte y resucitando restauró nuestra vida”»¹¹.

En efecto, «en la Liturgia resplandece el misterio pascual, a través del cual Cristo mismo nos atrae hacia Sí y nos llama a la comunión»¹². La belleza de la Liturgia reside precisamente en este misterio pascual.

⁹ FRANCISCO, *Desiderio desideravi* 37.

¹⁰ CONGREGACIÓN SAGRADA DE RITOS-CONSILIO, *Inter Oecumenici* 6.

¹¹ *Sacrosanctum Concilium* 5.

¹² BENEDICTO XVI, *Sacramentum Caritatis* 35.

La Liturgia es también la acción de la Iglesia que hace presente el ejercicio del sacerdocio de Cristo: «*Con razón la Liturgia es considerada como el ejercicio de la función sacerdotal de Cristo. En ella, los signos sensibles significan y, cada uno a su modo, realizan la santificación de los hombres; en ella, el Cuerpo Místico de Jesucristo – cabeza y miembros – rinde a Dios el culto público integral*»¹³.

La presencia de Cristo en la Liturgia se realiza en los signos sensibles (*signa sensibilia*). Todos estos signos sensibles eficaces realizan la santificación y el culto de la Iglesia. Por tanto, el sacramento no es una cosa – es una acción. Este número siete de *la Sacrosanctum Concilium* se refiere, pues, a la dimensión cristológico y eclesiológica (acción de Cristo y de la Iglesia) de la Liturgia. La Liturgia es obra de Cristo, sacerdote, y de su cuerpo, que es la Iglesia. Cristo, el primer “liturgo”¹⁴, actúa en la Iglesia y en el mundo, en virtud del misterio pascual continuamente celebrado, y asocia a Sí mismo a la Iglesia peregrina para alabanza del Padre, en la unidad del Espíritu Santo.

La centralidad del misterio de Cristo, encarnado, muerto y resucitado, es el único (y auténtico) paradigma de la santidad cristiana. El objetivo de la Liturgia es hacer vivir el misterio de Cristo a través de los signos que se celebran a lo largo del año litúrgico, que «... distribuye a lo largo del año todo el misterio de Cristo, desde la Encarnación y el Nacimiento hasta la Ascensión, Pentecostés y la espera de la gozosa esperanza y de la venida del Señor»¹⁵.

El principio fundante es que la obra de la redención se realiza en la Liturgia¹⁶. En la Encarnación redentora «... en Cristo “se realizó plenamente nuestra reconciliación y se nos dio la plenitud del culto divino”»¹⁷. Este número de la *Sacrosanctum Concilium* subraya la estructura teándrica de la salvación y de la Liturgia.

¹³ *Sacrosanctum Concilium* 7.

¹⁴ Cf. JUAN PABLO II, *Spiritus et Sponsa* 16.

¹⁵ *Sacrosanctum Concilium* 102.

¹⁶ Cf. *Sacrosanctum Concilium* 2.

¹⁷ *Sacrosanctum Concilium* 5.

El Concilio enseñó también que la Liturgia es obra de la Trinidad: «así como Cristo fue enviado por el Padre, así también El envió a los Apóstoles, llenos del Espíritu Santo, no sólo a predicar el Evangelio a toda criatura, anunciando que el Hijo de Dios, con su muerte y resurrección, nos había liberado del poder de Satanás y de la muerte y nos había introducido en el Reino del Padre, sino también a realizar la obra de salvación que ellos anunciaban, mediante el sacrificio y los sacramentos, en torno a los cuales gira toda la vida litúrgica»¹⁸.

Según esta perspectiva conciliar, la Liturgia regala a la evangelización su pleno efecto, al realizar lo que se proclama. Por esta razón, el anuncio no puede separarse de los sacramentos.

La presencia de Cristo es vivida en el misterio de la Eucaristía; en las especies sacramentales; en la escucha de la Palabra y en la oración: «Cristo está siempre presente en su Iglesia, especialmente en las acciones litúrgicas»¹⁹. En efecto, Cristo está presente: en el sacrificio de la Misa y precisamente en el sacerdote y en el sacramento; en los sacramentos; en la Palabra proclamada; en la oración comunitaria; en la asamblea de los fieles reunidos en su nombre.

Sin pretender resolver todas las cuestiones relativas a la presencia de Cristo, San Pablo VI escribió: «esta presencia se llama “real” no por exclusión, como si las otras no fueran “reales”, sino por antonomasia, porque es sustancial, es decir, a través de ella está presente Cristo completo, Dios y hombre»²⁰.

En la asamblea cultural se alarga el misterio de Pentecostés, porque se celebra el misterio pascual de Cristo en la Iglesia. Desde la Pascua surge el nuevo culto como Cuerpo de Cristo, nuevo Templo y nuevo Tabernáculo.

La razón última de la presencia de Cristo en la asamblea se encuentra en la realidad misma de la asamblea, que se reúne en

¹⁸ *Sacrosanctum Concilium* 6.

¹⁹ *Sacrosanctum Concilium* 7.

²⁰ PABLO VI, *Mysterium Fidei* s/n.

el nombre del Señor con la presencia del Espíritu Santo. En esta asamblea, la Iglesia se actualiza y se manifiesta plenamente en la presencia visible de los fieles y en la presencia invisible de Cristo.

En efecto, «*sin la presencia real del misterio de Cristo, no hay vitalidad litúrgica. Así como sin corazón que late no hay vida humana, del mismo modo, sin el corazón pulsante de Cristo no hay acción litúrgica*²¹.

Las actitudes del cristiano en la presencia de Dios son diversas, pero cada una adquiere una importancia singular. La asamblea litúrgica exige la humanidad de los corazones y de las voces. Es también una expresión concreta de la Iglesia que exige el respeto de los diversos ministerios y funciones en la celebración. La asamblea celebrativa debe estar abierta al *sentire cum Ecclesia*, es decir, debe tener una visión católica y universal. La asamblea tiene una proyección escatológica como realidad viva que anuncia a los fieles el reino de los cielos.

3. Encuentro con creyentes y orantes

La idea del encuentro con Dios fue analizada por Edward Schillebeeckx, OP (1914-2009), partiendo de la categoría antropológica del encuentro, que le lleva a ver cómo los siete sacramentos son sólo los focos de una sacramentalidad más amplia. En efecto, partiendo de la vasta sacramentalidad eclesial, penetra progresivamente en la esencia de los siete sacramentos. La liturgia sacramental (los sacramentos) constituye el vértice de la sacramentalidad general de la vida cristiana²². Presenta los sacramentos como una realidad

²¹ FRANCISCO, *Discurso a los participantes en la 68^a Semana Litúrgica Nacional* (24 de agosto de 2017).

²² «*Todo esto nos muestra que la liturgia sacramental es sin duda el centro de la vida eclesial, pero que no podemos identificar la eclesialidad con el misterio del culto litúrgico o con la actividad jerárquica. Los sacramentos son los centros irradiantes de una vida cristiana que se extiende más allá de la liturgia. Huir de la liturgia sería desconocer la plena eclesialidad de la Iglesia. Una evasión de la liturgia sería una ignorancia del carácter escatológico de la Iglesia y una cierta connivencia con un mundo profano...*», E. SCHILLEBEECKX, *Cristo sacramento dell'incontro con Dio*, Edizioni San Paolo, Cinisello Balsamo (Milano)¹⁰1994, 210.

religiosa por derecho propio, mientras que lo religioso se expresa sacramentalmente.

Partiendo de la filosofía de la religión, que consiste, esencialmente, en un diálogo de salvación entre Dios y el ser humano, el autor destaca la importancia del encuentro personal y recíproco entre Dios y el ser humano, y lo elabora como base de la doctrina de los sacramentos. De este modo, presenta la doctrina de los sacramentos desde el punto de vista de la intersubjetividad, es decir, del encuentro existencial y personal, o antropología del encuentro.

Intentemos comprender el significado del término intersubjetividad ampliamente utilizado por Schillebeeckx. Este término procede del lenguaje de la antropología y de la sociología religiosa y no religiosa. Eliseo Ruffini tradujo al italiano la obra *«I sacramenti punti d'incontro con Dio»* y explica que el concepto de intersubjetividad: «significa el condicionamiento recíproco y la influencia mutua de dos sujetos que se encuentran a nivel personal y existencial. Si el encuentro se produce en un clima de positividad, el sujeto menos dotado sale enriquecido y humanamente más maduro. En nuestro caso, el término sirve para indicar la naturaleza del encuentro religioso entre Dios y el hombre, del que los sacramentos son un ejemplo típico y un momento culminante particularmente rico, además de la experiencia religiosa, de efectos sobrenaturales para el hombre»²³.

En efecto, para Schillebeeckx: «este encuentro, visto desde el lado de Dios es la Revelación, desde el lado del hombre es la religiosidad»²⁴. Por tanto, «la intersubjetividad del creyente con Cristo, sacramento primordial, es el acontecimiento fundamental de la religión cristiana como comunidad de personas con las tres Personas divinas»²⁵.

²³ SCHILLEBEECKX, *I sacramenti punti d'incontro con Dio* (Giornale di teologia 3), Queriniana, Brescia ⁵ 1983, 32.

²⁴ SCHILLEBEECKX, *I sacramenti punti d'incontro con Dio*, 32.

²⁵ SCHILLEBEECKX, *I sacramenti punti d'incontro con Dio*, 38.

El proyecto de la obra toma la forma de una investigación sobre «*la sacramentalidad en la religión, para finalmente darnos cuenta de que los sacramentos son el modo propiamente humano de encontrar a Dios*»²⁶, o sea, los sacramentos como encuentro entre Dios y la humanidad en Cristo. Este diálogo o encuentro consiste esencialmente en la oferta de Dios (la gracia) y en la aceptación del ser humano (el culto).

Este teólogo quiere pensar la acción sacramental no como “cosas” de la religión, sino como el momento religioso por excelencia del encuentro con Dios. Por ello, reflexiona sobre la categoría de “encuentro” en la filosofía personalista. En efecto, «*el sacramento fecundo es el encuentro con Dios mismo*»²⁷. Schillebeeckx sigue la vía cristológica: «*los sacramentos son el misterio del culto santificador de Cristo mismo hecho visible en la Iglesia, de su culto filial, que se recibe infaliblemente y lleva consigo infaliblemente el don efectivo de la gracia*»²⁸, y utiliza la categoría antropológica del encuentro: «*el sacramento fecundo es el encuentro con Dios mismo*»²⁹, proponiendo una lectura religiosa de la historia en clave sacramental y, al mismo tiempo, una lectura de la sacramentalidad en clave religiosa.

Del mismo modo, para Bernard Häring: «*los sacramentos deben verse como la presencia personal de Cristo. Como encuentros personales. (...) Los sacramentos son encuentros personales y personalizadores*»³⁰.

El encuentro tiene lugar en la participación de los sacramentos. La misma Liturgia se refiere a este misterio del encuentro de Dios con nosotros. La historia de la Liturgia atestigua que la fiesta de la Presentación del Señor, el 2 de febrero, 40 días después de la solemnidad de la Natividad del Señor, celebrada en Jerusalén desde el año 386, y acogida en Roma en el siglo VII, se llamaba la fiesta

²⁶ SCHILLEBEECKX, *Cristo, sacramento del encuentro con Dios*, 17.

²⁷ SCHILLEBEECKX, *Cristo sacramento dell'incontro con Dio*, 215.

²⁸ SCHILLEBEECKX, *Cristo sacramento dell'incontro con Dio*, 79.

²⁹ SCHILLEBEECKX, *Cristo sacramento dell'incontro con Dio*, 215.

³⁰ BERNARD HÄRING, *A vida cristã à luz dos sacramentos*, Porto, s.f., 10.

del encuentro (*Ypapanté*) entre el Niño Jesús, a quien sus padres presentaron en el Templo, y el anciano Simeón, que esperaba sin descanso «*la consolación de Israel*».

Sin embargo, la iniciativa de reunirnos en la celebración de la Liturgia también puede ser nuestra, inspirada por Dios: «... *no permitas que, cuando salimos animosos al encuentro de tu Hijo, lo impidan los afanes terrenales, para que, aprendiendo la sabiduría celestial, podamos participar plenamente de su vida*»³¹.

4. La celebración de la Liturgia, lugar decisivo de la gracia de encuentro(s) y de encanto(s)

«*El lugar del don es entonces el don del lugar*»³². La construcción o la adaptación de una iglesia, al igual que la celebración de la Liturgia, debe «*resplandecer con noble sencillez*»³³. Para este encuentro contribuye toda la organización artística: pintura, escultura, altar, ambón, sede, baptisterio, sagrario, puerta, ornamentos, vasos sagrados. Habitar o asistir, celebrar, festejar y transfigurar son secuencias comunicativas entre la Liturgia y el arte, especialmente la arquitectura.

Paul Claudel, en su libro *La Anunciación a María*, hace hablar al aprendiz con Pedro de Craon, el genio, el arquitecto y constructor de catedrales: «*¿Crees que el cuerpo le era indiferente a Noé cuando hizo el arca? ¿Le era indiferente el número de escalones desde la puerta hasta el altar, y la altura a la que se podía elevar la mirada, y el número de almas que cabían a ambos lados de la iglesia? En verdad,*

³¹ MISAL ROMANO, Oración colecta del segundo domingo de Adviento. Otro ejemplo: «... concede a tu pueblo esperar vigilante la venida de tu Unigénito, para que nos apresuremos a salir a su encuentro con las lámparas encendidas, como nos enseñó nuestro Salvador». MISAL ROMANO, Oración colecta, viernes de la segunda semana de Adviento; «... concédenos alcanzar la vida eterna a quienes caminamos al encuentro del Señor». MISAL ROMANO, Oración después de la comunión, Fiesta de la Presentación del Señor, 2 de febrero.

³² J-Y HAMELINE, *Poetica delle arti sacre*, Edizioni Qiqajon, Comunità di Bose 2017, 95.

³³ *Sacrosanctum Concilium* 34.

el artista pagano lo hacía todo hacia fuera, pero nosotros lo hacemos todo hacia dentro, como las abejas, y como el alma hace con el cuerpo: nada es inerte, todo vive, todo es acción de gracias»³⁴.

La Iglesia vive de la Liturgia. Ésta es su dimensión decisiva, no exclusiva. La Liturgia es la primera escuela de fe y de vida espiritual. En ella pasamos de hablar de Dios a hablar con Dios y actuar en Dios. Celebrar, es decir, asistir a la Liturgia, es cultivar el organismo vivo que es la Iglesia en perenne sorpresa, contemplando «*la belleza y la verdad de la celebración cristiana*»³⁵.

La relectura del Concilio y del postconcilio tiene lugar entre la reforma y la formación, o más bien entre el *culmen* y la *fons*, como expresión y experiencia de la fe de la Iglesia. «*La Liturgia abre una puerta a la trascendencia, un pasaje entre el cielo y la tierra*»³⁶.

La Liturgia es lugar de encuentro con Jesucristo y, al mismo tiempo, lugar de misión.

¿Qué puedo esperar de este Jubileo?

Una fuerte recuperación de la esperanza – «*peregrinos de la esperanza*», es el lema. En particular, un encuentro capaz de generar esperanza: «*Que sea para todos un momento de encuentro vivo y personal con el Señor Jesús, “puerta” de salvación (cf. Jn 10,7.9); con Él, a quien la Iglesia tiene la misión de anunciar siempre, en todas partes y a todos, como “nuestra esperanza” (1Tim 1,1)*»³⁷.

Este año se conmemora el 1700 [milésimo centésimo] aniversario del Primer Concilio Ecuménico de Nicea (actual Íznik, Turquía), celebrado en 325. Este Concilio fue importante para combatir las herejías que negaban la divinidad de Jesús; y de él nacieron las

³⁴ P. CLAUDEL, *A Anunciação a María* (traduão de Sophia de Mello Breyner Andresen), Lisboa 2016, 112.

³⁵ FRANCISCO, *Desiderio desideravi* 1.

³⁶ T. RADCLIFFE, *A arte de viver em Deus. A imaginação cristã para elevar a realidade*, Lisboa 2021, 358.

³⁷ FRANCISCO, *Spes non confundit* 1.

primeras formulaciones del *Símbolo de la Fe*, comúnmente conocido como *Credo*.

Fue también en el Primer Concilio de Nicea donde se fijó la fecha de la Pascua. Afortunadamente, en 2025, la fecha de la Pascua, el 20 de abril, es la misma tanto para las Iglesias del Oriente como para las del Occidente – igual que en el siglo IV. Así, la conmemoración del milésimo centésimo aniversario de Nicea ha llevado al Papa Francisco a pedir que se vuelva a una fecha común para la celebración de la Pascua en todas las Iglesias cristianas.

En realidad, «*el misterio de la Pascua es Cristo*», como escribió Melitón de Sardes en el siglo II. El encuentro con el Señor crucificado y resucitado da seguridad: «*la esperanza no engaña*», o mejor dicho, la esperanza no te deja avergonzado.

En *Hodie* jubilar dedicado a la esperanza, subrayamos aún más que la esperanza cristiana es Jesucristo mismo, la «*esperanza de gloria*» (Col 1,27), el Jubileo eterno en el *hodie* y el *hic et nunc* de la Liturgia.

Ourense, 24.01.2025
 † José Manuel Cordeiro
 Arcebispo Metropolita de Braga

Servidores do Servidor

A Liturgia é vida para todo o Povo da Igreja. O primeiro Encontro de Pastoral Litúrgica na Arquidiocese de Braga, convoca-nos a uma renovada missão sinodal: “*Servidores do Servidor*”. Todos somos chamados a dar passos de esperança e cada um tem o seu serviço na alvorada esperançosa da Páscoa. Ao mesmo tempo, é

fulcral nunca confundir serviço com autoridade. Este imperativo confronta-nos, mais uma vez, com uma crescente necessidade de formação integral, contínua e partilhada.

Bem-vindos a todos os que servimos o mistério de Cristo e o Povo santo de Deus na celebração da Liturgia: equipas de acolhimento, sacristães, zeladores, músicos (cantores e instrumentistas), acólitos, leitores, ministros extraordinários da comunhão, bispos, presbíteros, diáconos, agências funerárias e repórteres de imagem e vídeo.

O Ano jubilar provoca-nos a que, juntos, sejamos peregrinos de esperança, no caminho de Páscoa! A Igreja é peregrina de esperança. Ser cristão é estar em caminho no Caminho de Páscoa: «*Cristo em nós, a esperança da glória*» (Cl 1, 27). Ser cristão é ser peregrino. A esperança é sempre peregrina. A alegria da esperança é não esperar para ter alegria, mas esperar porque se tem alegria. O Jubileu 2025 é um grande movimento espiritual, pastoral, sinodal e cultural de esperança. A esperança de semear!

Antes de mais, o que se entende por liturgia? Até há pouco tempo ainda se pensava que um liturgista fosse alguém preocupado com rubricas e detalhes cerimoniais que escapavam aos não iniciados.

A Liturgia é a ação da Igreja em que se torna presente Cristo, isto é, a ação salvífica de Cristo na Igreja, assumindo a fisionomia de ação ritual. O centro da Liturgia é a Páscoa de Cristo, o fulcral de toda a história da salvação, ou melhor, o mistério de Cristo como história da salvação.

A Liturgia é a dimensão fundamental para a vida da Igreja: «que é a Liturgia senão a voz uníssona do Espírito Santo e da Esposa, a santa Igreja, que bradam ao Senhor Jesus: “Vem”? Que é a Liturgia senão aquela fonte pura e perene de “água viva”, da qual cada pessoa sedenta pode haurir gratuitamente o dom de Deus (cf. Jo 4,10)?» (*Spiritus et Sponsa*, 1).

Etimologicamente, a palavra Leitura composta de laós (povo) e ergon (ação), significa a ação, o serviço realizado em favor do povo. Assim, o termo, Leitura, indica uma ação comum realiza-

da de maneira pública que exige um povo, uma assembleia, uma comunidade. Ao nível teológico, o ergon da liturgia é teândrico – a obra divina de Deus e, ao mesmo tempo, a obra do povo do Senhor. A liturgia é, fundamentalmente uma arte da ação e é uma articulada dinâmica, na qual se interliga a escuta da palavra, a experiência do mistério e a visão da glória. Da parte divina, a palavra, o mistério e a glória. Da parte humana, a ação correspondente de: escutar, experimentar e ver.

Podemos, portanto, dizer que a Liturgia é a fé celebrada nos momentos mais sagrados, a Bíblia rezada, a espiritualidade da Igreja atuada e o vértice e a fonte de toda a atividade pastoral.

A formação para a liturgia e a formação pela liturgia (cf. *Desiderio desideravi*, 34) de hoje nos ajude «*a reavivar o assombro pela beleza da verdade do celebrar cristão, a recordar a necessidade de uma formação litúrgica autêntica e a reconhecer a importância de uma arte da celebração que esteja ao serviço da verdade do mistério pascal e da participação de todos os batizados, cada qual com a especificidade da sua vocação*» (*Desiderio desideravi*, 62).

Servir e não se servir. Somos servidores e não funcionários do sagrado. Jesus é mestre no servir e interpela-nos a fazer o mesmo. «*Jesus não fala, quando se ajoelha diante dos discípulos para lhes lavar os pés. O seu ato vale pela palavra: o seu ato faz corpo com a sua palavra ou a sua palavra faz corpo com o seu ato. O seu ato é palavra*» (José A. Mourão).

O lava-pés não é, com efeito, «*um sacramento particular, mas significa a totalidade do serviço salvífico de Jesus: o sacramentum do seu amor, no qual Ele nos imerge na fé e que é o verdadeiro lavacro de purificação do homem*» (Bento XVI).

Para quem sou eu? Para quem o faço?

† José, Arcebispo

Servidores de Esperança a tempo pleno

I Encontro de Pastoral Litúrgica, 25 janeiro 2025

1. Hodie

«Cumpriu-se hoje mesmo esta passagem da Escritura que acabais de ouvir» (Lc 1, 21). O hoje histórico de Jesus, torna-se o hoje da Liturgia, o hoje de cada Eucaristia.

Segundo o Ordenamento das Leituras da Missa, neste III Domingo do Tempo Comum encetamos a leitura semi-contínua do Evangelho do Ano C – S. Lucas: «*A partir do III Domingo, começa a leitura semi-contínua dos três evangelhos sinópticos; esta leitura esta ordenada de modo a apresentar a doutrina própria de cada Evangelho, à medida que se vai desenrolando a vida e a pregação do Senhor. Além disso, com esta distribuição, consegue-se uma certa harmonia entre o sentido de cada Evangelho e o desenrolar do Ano litúrgico. Com efeito, depois da Epifania, lêem-se os inícios da pregação do Senhor, que se ligam muito bem com o Batismo e as primeiras manifestações de Cristo*

O texto bíblico do Evangelho de Lucas é constituído por duas partes, ligadas pelas clássicas palavras iniciais do texto bíblico-litúrgico “Naquele tempo”, ou seja, pelo prólogo do Evangelho (Lc 1,1-14) e pelo que se refere ao ministério de Jesus na Galileia, a inauguração da sua pregação na sinagoga de Nazaré (Lc 4,14-21).

Lucas dedica o seu escrito a um certo Teófilo (=amigo de Deus), talvez um nome simbólico. Antes de começar a narrar a vida de Jesus, o evangelista explica os critérios orientadores, assegurando a referência de factos oculares e uma investigação cuidadosa, para se obter um conhecimento seguro do que transmite no Evangelho.

Na sinagoga em Nazaré, Jesus abre o livro da Palavra de Deus

diante dos seus conterrâneos, que tinham os olhos fixos em Jesus, e lê uma passagem de Isaías, o grande poeta de Deus: «*O Espírito do Senhor está sobre mim, porque Ele me ungiu para anunciar a boa nova aos pobres. [...] e a proclamar o ano da graça do senhor.*» Jesus não vê a culpa, vê o sofrimento. Ele veio dar pleno cumprimento das Escrituras com a sua vida, operando, pela sua encarnação, uma leitura ampla e correta das palavras do Antigo Testamento, superando as mesmas palavras de Isaías, ao declarar: «*Cumpriu-se hoje mesmo esta passagem da Escritura que acabais de ouvir.*»

2. Escutar para servir melhor

Os judeus, quando regressaram do exílio da Babilónia, reorganizaram a sua vida de fé e de culto a Deus. A vida religiosa renasce à volta da Bíblia, o Livro da Lei, que o sacerdote Esdras proclama «*perante a assembleia de homens e mulheres e todos os que eram capazes de compreender.*» Mediante a escuta atenta da leitura, o povo relê a sua história passada como uma história de fé e de aliança com Deus e, em contemporâneo, uma história de culpa e de pecado.

Esdras lê, solenemente, o Livro da Lei, a partir de um estrado em plano elevado (*ana-baino*= “subir”, etimologia de *Ambão*, lugar elevado, fixo, dotado de conveniente disposição e nobreza, que corresponda à dignidade da Palavra de Deus) bem como os levitas, que liam clara e distintamente, o Livro da Lei de Deus, explicando o seu sentido, causa de grande emoção no povo. Seguidamente, o governador Neemias, Esdras e os levitas propõem ao povo a cessação do choro, motivando o início da festa «*Hoje é um dia consagrado ao Senhor, vosso Deus. Não vos entristeçais nem choreis.*»

O Salmo 18 é um hino a Deus criador e autor da Lei, manifestando, assim, a natureza, a Lei e as perfeições do Senhor. Este Salmo responsorial, também, cantado na Vigília pascal, une as temáticas do Evangelho e da primeira leitura, ao afirmar: «*A lei do Senhor é perfeita, ela conforta a alma,*» sublinhando que a lei é o mesmo Senhor que não veio abolir, mas dar pleno cumprimento da Lei. A escuta da sua palavra conduz os crentes ao louvor e à

ação de graças, porque a sua Palavra é fonte de vida «*As vossas palavras, Senhor, são espírito e vida*».

Por isso, «*Não há liturgia cristã se, aos gestos que fazemos, não corresponde uma vida de fé, esperança, caridade*» (Papa Francisco).

3. Um só Corpo

A unidade na diversidade dos carismas (dom concedido a cada um para o serviço de todos) é descrita por Paulo, a partir de um tema conhecido na cultura helénica, o corpo humano como imagem do corpo social, induzindo ao respeito pela diversidade dos seus membros em ordem a uma finalidade comum. Neste texto, Paulo integra uma explicação escatológica, um elemento referente ao Batismo e à Eucaristia: «*Na verdade, todos nós – judeus e gregos, escravos e homens livres – fomos batizados num só Espírito, para constituirmos um só corpo, e a todos nos foi dado a beber um só Espírito*». Aos Coríntios, que estavam longe de viverem segundo o Espírito Santo, visto existirem entre eles divisões e tentativas de domínio de alguns sobre os outros, o Apóstolo indica o caminho do corpo harmonioso, no qual cada um descobre o seu lugar para o bem de todos. O primado é da ação do Espírito Santo que distribui os seus dons. Porém, não se descuida o valor da edificação da comunidade.

A Oração Coleta deste III Domingo do Tempo Comum ou Domingo da Palavra de Deus é uma composição concisa, no sentido da obediência filial à Palavra do Pai, «*dirigi a nossa vida segundo a vossa vontade*», e à fecundidade espiritual da Igreja em Cristo, «*para que mereçamos produzir frutos de boas obras, em nome de Nosso Senhor Jesus Cristo, vosso Filho*».

4. Ministérios na Igreja sinodal missionária

Juntos, no caminho de Páscoa, podemos perguntar: no contexto de uma liderança pastoral partilhada / liderança pastoral sinodal, o que é específico de cada um? Qual o papel dos leigos e qual o papel dos clérigos e de uns em relação para com os outros?

O documento final da XVI Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos, na segunda sessão de 2 a 27 de outubro de 2024, salienta: «*em resposta às necessidades da comunidade e da missão, ao longo da sua história a Igreja deu origem a alguns ministérios, distintos dos ordenados. Estes ministérios são a forma que os carismas assumem quando são reconhecidos publicamente pela comunidade e por aqueles que têm a responsabilidade de os orientar, e são colocados de forma estável ao serviço da missão. Alguns estão especificamente mais voltados para o serviço da comunidade cristã. De particular relevância são os ministérios instituídos, que são conferidos pelo bispo, uma vez na vida, com um rito específico, depois de um discernimento apropriado e de uma formação adequada dos candidatos. Não se trata de um simples mandato ou de uma atribuição de tarefas; a atribuição do ministério é um sacramental que molda a pessoa e define o seu modo de participar na vida e na missão da Igreja. Na Igreja latina, trata-se do ministério do leitor e do acólito (cf. Carta Apostólica sob a forma de Motu proprio Spiritus Domini, 10 de janeiro de 2021), e do ministério do catequista (cf. Carta Apostólica sob a forma de Motu proprio Antiquum ministerium, 10 de maio de 2021)» (n. 75).*

A Conferência Episcopal Portuguesa no documento: *Ministérios laicais para uma Igreja ministerial*, aprovado em junho de 2022 e publicado em setembro de 2022, mostra, de forma sintética, as notas características dos ministérios instituídos: vocacional, laical, necessário, eclesial e estável. Sublinhamos a dimensão Vocacional: o ministério brota de uma “vocação” que é dom e graça do Espírito Santo, e é um “carisma” que reconduz à fonte de todos os carismas; daí a invocação da bênção de Deus na celebração da instituição. Os ministérios devem ser considerados uma verdadeira vocação, isto é, um chamamento da Igreja que reconhece em tal pessoa um projeto divino sobre ela, a fim de servir o Povo de Deus e a sua missão.

«*Para muitos fiéis, a Eucaristia dominical é o único contacto com a Igreja: cuidar da sua celebração do melhor modo, com particular atenção à homilia e à “participação ativa” (SC, 14) de todos, é decisivo para a sinodalidade. Na Missa, de facto, ela acontece como uma graça concedida*

do alto, antes de ser o resultado dos nossos esforços: sob a presidência de um e graças ao ministério de alguns, todos podem participar na dupla mesa da Palavra e do Pão. O dom da comunhão, da missão e da participação – os três eixos portadores da sinodalidade – realiza-se e renova-se em cada Eucaristia» (Doc. Final 142).

Estamos confiantes que também a nossa nota pastoral – *Ministérios laicais na Igreja sinodal missionária* – pode orientar os passos da ministerialidade na vida da nossa Arquidiocese, proporcionando uma caminhada em conjunto. É preciso dar cidadania à vitalidade criativa do Espírito Santo, que não deixa de tornar fecunda a sua Igreja.

Juntos, servidores do Servidor, no caminho de Páscoa, sob o olhar da Virgem Santa Maria, Mãe da Esperança.

† José Manuel Cordeiro
Arcebispo Metropolita

Atividades pastorais

janeiro/2025

- 4 - 11h00 – Paço Arquiepiscopal – Encontro com cabido – D. José e D. Delfim
- 5 - 11h30 – Vizela S. João – Homenagem Pe. Machado
- 8 - 10h00 – Tomada de posse do novo arcipreste de Braga
14h30 – Centro Pastoral – Reunião do Conselho de Arciprestes e Vice-Arciprestes
- 15 - 11h30 – Abação-Gmr – Reabertura da Casa de Nossa Senhora da Ternura, Irmãs Vitorianas
- 16 - 21h00 – CAB – Serão de conversa
- 23 - 19h00 – A definir – Oração Ecuménica
- 25 - 09h00-20h00 – Espaço Vita – I Encontro Arquidiocesano de Liturgia

- 26 - 15h30 – Vila Real – Ordenação Episcopal D. Sérgio Dinis
19h00 – Seminário – Instituição de Acólitos - D. Delfim
- 29 - 09h45 – Cúria – Abertura do ano judiciário
- 31 - 19h15 – Igreja da Cidade – 17.º aniversário de presença comunidade Shalom em Braga

Provisões a corpos gerentes

D. José Manuel Garcia Cordeiro assinou provisões que aprovam os corpos gerentes de:

CONFRARIA DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO, associação pública de fiéis, sita na Paróquia de São Nicolau de Cabeceiras de Basto, Arciprestado de Cabeceiras de Basto, Concelho de Cabeceiras de Basto e Arquidiocese de Braga; constituídos por:

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: Cidália Maria da Silva Martins
Secretários: José Fernando da Silva Castro
Pedro Miguel Machado Ferreira

MESA ADMINISTRATIVA

Presidente: Francisco José Pacheco Marques
Secretária: Rosa Maria dos Santos Magalhães
Tesoureiro: António Manuel de Carvalho Pereira
Vogais: Manuel Alves Camelo
Avelino Ribeiro Ferreira

CONSELHO FISCAL

Presidente: Maria Fernanda de Castro Rebelo

Vogais: José Maria Machado Ferreira

Luís Manuel Mendes da Silva

ÓRGÃO DE VIGILÂNCIA:

P.e Avelino Alberto Gonçalves Vilela

Esta homologação é válida de 07 de janeiro de 2025 até 07 de janeiro de 2028. E, para constar, se outorga esta Provisão, registada sob o nº A10035 / 2025.

Braga, Cúria Arquiepiscopal, 07 de janeiro de 2025.

IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DO CONDE, sita na Paróquia de São João Baptista de Vila do Conde, Arciprestado de Vila do Conde / Póvoa de Varzim, Concelho de Vila do Conde e Arquidiocese de Braga; constituídos por:

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: José Delfim Maia da Silva

1^a Secretária: Isabel Maria Trocado Monteiro

2^º Secretário: Manuel Eduardo Macedo Vieira dos Santos

MESA ADMINISTRATIVA

Provedor: Rui Manuel Canastra de Azevedo Maia

Mesários: Miguel Delfim Maia Ferreira da Silva

Luís Manuel Carvalho Gomes

Manuel Oliveira Coutinho da Silva

Sérgio António Abrunhosa Silva

Mário Paulo Canastra de Azevedo Maia

Nuno André Silva Vieira

Suplentes: Jorge Mendes de Oliveira Pimenta
João Miguel Lanhoso Pinto Laranjeira;
Carlos Marques Azevedo Maia

CONSELHO FISCAL

Presidente: António Costa e Silva
Vice-Presidente: Carlos Alberto Gonçalves Oliveira
Secretário: Pedro José Rodrigues Festas
Suplentes: José Luís Campos Oliveira Santos
José Serafim Maria Pereira Ramos
Ricardo José Ambrósio Miranda

Esta homologação é válida de 07 de janeiro de 2025 até 07 de janeiro de 2029. E, para constar, se outorga esta Provisão, registada sob o nº AIPSS10479 / 2025.

Braga, Cúria Arquiepiscopal, 07 de janeiro de 2025.

IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA NOVA DE FAMALICÃO, síta na Paróquia de Santo Adrião de Vila Nova de Famalicão, Arciprestado de Vila Nova de Famalicão, Concelho de Vila Nova de Famalicão e Arquidiocese de Braga; constituídos por:

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: José Machado Nogueira
Vice-Presidente: Paula Cristina Neves Veloso Carvalho Sampaio de Matos
Secretário: Paulo Manuel Perestrelo Malheiro Fernandes

MESA ADMINISTRATIVA

Provedor: Rui Manuel Matos Araújo Maia
Ana Maria Almeida Oliveira Sampaio
António José Nascimento Pereira Peixoto
Francisco Manuel Oliveira Freitas
Vitor Augusto Pinho Silva

Suplentes: Jorge Manuel Vieira da Costa Mesquita
Manuel Marcos de Sousa Guedes Carvalho
Fonseca
Acácio Carvalho Rego da Silva

CONSELHO FISCAL

Presidente: Joaquim Costa Correia Araújo
Vice-Presidente: Carlos Miguel Carneiro de Freitas
Secretário: Guilherme Manuel Magalhães Moreira
Suplentes: José Mário Pinto Machado Ruivo
José Carlos Neves de Carvalho
Joaquim Azevedo de Macedo

Esta homologação é válida de 07 de janeiro de 2025 até 07 de janeiro de 2029.

E, para constar, se outorga esta Provisão, registada sob o nº AIPSS10490 / 2025.

Braga, Cúria Arquiepiscopal, 07 de janeiro de 2025.

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE AGUIAR, sítio na Paróquia de Santa Lucrécia de Aguiar, Arciprestado de Barcelos, Concelho de Barcelos e Arquidiocese de Braga; constituídos por:

DIREÇÃO

Presidente: Pe Carlos Miguel Teixeira da Mota da Costa Leme
Vice-Presidente: António Dias da Rocha
1^a Secretária: Fernanda Maria Sousa Matos
2^a Secretária: Susete Filipa Ferreira da Silva Neiva
Tesoureiro: Paulo Jorge Sobreiro Araújo

CONSELHO FISCAL

Presidente: José Francisco Carvalho Amorim
Secretária: Odete Almerinda Rodrigues Pereira
Vogal: Francisco Irineu da Rosa e Costa

Esta homologação é válida de 07 de janeiro de 2025 a 07 de janeiro de 2029. E, para constar, se outorga esta Provisão registada com o n.º FIPSS20097 / 2025.

Braga, Cúria Arquiepiscopal, 07 de janeiro de 2025.

CASA DO CRUZEIRO, sítio na Paróquia de São Jorge de Airó, Arciprestado de Barcelos, Concelho de Barcelos e Arquidiocese de Braga; constituídos por:

CONSELHO SUPERIOR PROVINCIAL

Ir.^a Maria Ludovina Martins Ferraz

Ir.^a Aurora do Carmo Pereira

Ir.^a Maria de Jesus Sousa Montenegro

DIREÇÃO

Presidente: Ir.^a Maria Madalena Pereira do Vale

Secretária: Ir.^a Idalina da Conceição Martins Ferraz

Tesoureira: Ir.^a Maria Otília Chaves Martins

CONSELHO FISCAL

Presidente: Ir.^a Maria Leocádia da Silva Gonçalves

Secretária: Ir.^a Rosa de Lima Oliveira

Vogal: Ir.^a Adelaide da Conceição Carvalho Lopes

Esta homologação é válida de 07 de janeiro de 2025 a 07 de janeiro de 2029. E, para constar, se outorga esta Provisão registada com o n.º FIPSS20184 / 2025.

Braga, Cúria Arquiepiscopal, 07 de janeiro de 2025.

CONFRARIA DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO E ALMAS DE LAMAÇÃES, associação pública de fiéis, sítia na

Paróquia de Santa Maria de Lamaçães, Arciprestado de Braga, Concelho de Braga e Arquidiocese de Braga; constituídos por:

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: Fernando José Ferreira Peixoto

Secretários: Francisco José Ferreira Gonçalves

Carlos Manuel Lopes da Silva

MESA GERENTE

Presidente: Manuel de Matos Rodrigues

Secretário: Alexandre Filipe Vilaça Fernandes

Tesoureiro: Egídio Fernandes Rodrigues

Vogais: Manuel Joaquim Ferreira Peixoto

José da Silva Pinheiro

CONSELHO FISCAL

Presidente: José Joaquim Matos Rodrigues

Vogais: José da Costa

Pedro Jorge Fernandes da Silva

ÓRGÃO DE VIGILÂNCIA:

P.e Alexandre Agostinho Teixeira de Sá

Esta homologação é válida de 07 de janeiro de 2025 até 07 de janeiro de 2029. E, para constar, se outorga esta Provisão, registada sob o nº A10207 / 2025.

Braga, Cúria Arquiepiscopal, 08 de janeiro de 2025.

CONFRARIA DE SÃO BENTO DAS PÊRAS, associação pública de fiéis, sita na Paróquia de São Miguel de Vizela, Arciprestado de Guimarães e Vizela, Concelho de Vizela e Arquidiocese de Braga; constituídos por:

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: Mário José de Azevedo Oliveira

Secretários: Manuel da Costa Abreu

José Armando Ferreira Branco

MESA ADMINISTRATIVA

Presidente:	Domingos Xavier Mendes Freitas
Vice-Presidente:	Miguel Fernandes Dias Miranda
Secretária:	Fátima Ferreira Pereira
Tesoureiro:	Manuel António Sousa Guimarães
Vogal Efetivo:	Rui Manuel Ribeiro Dias
Vogais Suplentes:	Guilherme Carlos Magalhães Monteiro Cristiana Marina Bento de Oliveira Carlos Jorge Ribeiro Miranda Carlos Filipe Oliveira Pedrosa Luís Orlando Vaz de Miranda

CONSELHO FISCAL

Presidente:	Joaquim Manuel Fernandes Polery
Vogais Efectivos:	Maria Goreti Teixeira Lopes Videira António Maria de Almeida Vasconcelos
Vogais Suplentes:	José Fernando Dias da Costa Joaquim Manuel Martins Abreu

ÓRGÃO DE VIGILÂNCIA:

P.e Cândido Armindo da Silva Magalhães

Esta homologação é válida de 14 de janeiro de 2025 até 14 de janeiro de 2026. E, para constar, se outorga esta Provisão, registada sob o nº A10027 / 2025.

Esta provisão é emitida, excepcionalmente, pelo prazo supra, tendo em conta razões apresentadas. Durante este tempo, a Assembleia Geral deve resolver a situação dos elementos que já se encontram num quarto mandato consecutivo.

Braga, Cúria Arquiepiscopal, 14 de janeiro de 2025.

CONFRARIA DE NOSSA SENHORA DAS DORES, associação pública de fiéis, sita na Paróquia de São Lourenço de Alvelos, Arciprestado de Barcelos, Concelho de Barcelos e Arquidiocese de Braga; constituídos por:

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: Francisco dos Santos Figueiredo

Secretárias: Bruna Filipa Fernandes Batista

Sílvia Maria Carvalho Miranda

MESA ADMINISTRATIVA

Presidente: José Araújo Fernandes

Vice-Presidente: António Fernandes Martins

Secretário: Ricardo Manuel Lopes Costa

Tesoureiro: José Carlos Fernandes Lopes

Vogais: Paulo Jorge Vieira Faria

Paulo Manuel Silva Vilas Boas

Marco Paulo Carvalho

Bruna Isabel Brito Pereira

Fernanda Maria Gomes Silva Cunha

CONSELHO FISCAL

Presidente: Joaquim José Araújo Costa

Vogais: José Carlos Costa Fernandes

Manuel Joaquim Ribeiro Cardoso

ÓRGÃO DE VIGILÂNCIA:

P.e Paulo Jorge Brás de Sá

Esta homologação é válida de 14 de janeiro de 2025 até 14 de janeiro de 2029. E, para constar, se outorga esta Provisão, registada sob o nº A10567 / 2025.

Braga, Cúria Arquiepiscopal, 14 de janeiro de 2025.

VENERÁVEL ORDEM TERCEIRA DE SÃO DOMINGOS DE GUIMARÃES, associação pública de fiéis, sita na Paróquia de São Paio de Guimarães, Arciprestado de Guimarães e Vizela, Concelho de Guimarães e Arquidiocese de Braga; constituídos por:

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: Pedro Miguel Castanheira Loureiro
Secretários: José Carlos Fernandes Antunes
 João de Oliveira

MESA ADMINISTRATIVA

Prior: Belmiro Filipe Pinto dos Santos
Vice-Prior: António Alberto Almeida de Carvalho
Secretária: Ana Rita Ferreira Castelo
Vice-Secretário: Vítor Duarte Fernandes Monteiro
Tesoureiro: José Manuel da Costa Ribeiro
Vogais: João dos Santos
 Rogério Inácio Peixoto de Almeida

CONSELHO FISCAL

Presidente: Olga Maria de Almeida Ribeiro
Vogais: Carla Daniela da Costa Lobo Monteiro
 Joana Manuel Gonçalves dos Santos

ÓRGÃO DE VIGILÂNCIA:

P. Samuel Miranda Vilas Boas

Esta homologação é válida de 14 de janeiro de 2025 até 14 de janeiro de 2029. E, para constar, se outorga esta Provisão, registada sob o nº AIPSS10460 / 2025.

Braga, Cúria Arquieiscopal, 14 de janeiro de 2025.

CENTRO SOCIAL DA PARÓQUIA DE SÃO BARTOLOMEU DO RÊGO, sítio na Paróquia de São Bartolomeu do Rêgo, Arciprestado de Fafe, Concelho de Celorico de Basto e Arquidiocese de Braga; constituídos por:

DIREÇÃO

Presidente: P. Manuel Alves da Silva
Secretária: Graça Maria de Oliveira Gonçalves
Tesoureiro: José Alcídio Teixeira Lopes de Carvalho

CONSELHO FISCAL

Presidente: Maria Fernanda Alves Pires
Secretário: António Luís Teixeira Lopes de Carvalho
Vogal: Albano Fernando Pires de Abreu

Esta homologação é válida de 21 de janeiro de 2025 a 21 de janeiro de 2029. Dado o número de mandatos, esta provisão é emitida, excepcionalmente, tendo em conta razões apresentadas. E, para constar, se outorga esta Provisão registada com o n.º FIP-SS20201 / 2025.

Braga, Cúria Arquiepiscopal, 21 de janeiro de 2025.

CONFRARIA DE NOSSA SENHORA DA LAPA E SÃO BARTOLOMEU, associação pública de fiéis, sita na Paróquia de São João Baptista de Vila do Conde, Arciprestado de Vila do Conde / Póvoa de Varzim, Concelho de Vila do Conde e Arquidiocese de Braga; constituídos por:

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: João Carlos Lapa Dias
Secretárias: Ida Maria Santos Ferreira Alves
Maria de Fátima Ferreira de Azevedo Gonçalves

MESA ADMINISTRATIVA

Presidente: Paula Maria dos Santos Rodrigues
Secretária: Sandrine Paula da Lapa Ferreira
Tesoureiro: José Maria Castro Gomes
Vogais: Sílvia Margarida Gomes de Almeida
Paula Maria Ferreira de Azevedo

CONSELHO FISCAL

Presidente: Alberto Jorge de Lima Ferreira Alves

Vogais: Maria da Graça da Silva Lapa

Eduardo Ferreira da Silva

ÓRGÃO DE VIGILÂNCIA:

P.e Paulo César Pereira Dias

Esta homologação é válida de 13 de junho de 2023 até 13 de junho de 2026. E, para constar, se outorga esta Provisão, registada sob o nº A10094 / 2025.

Braga, Cúria Arquiepiscopal, 21 de janeiro de 2025.

CONFRARIA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO, associação pública de fiéis, sita na Paróquia de Santa Maria de Abade de Neiva, Arciprestado de Barcelos, Concelho de Barcelos e Arquidiocese de Braga; constituídos por:

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: Arlindo Joaquim Figueiredo Dias

Secretários: Tiago Almeida Ferreira

Ana Filipa Miranda Pereira

MESA ADMINISTRATIVA

Presidente: Manuel Fernando Ferreira da Silva

Secretária: Cátia Daniela Pombo Freitas

Tesoureira: Maria de Lurdes Barbosa Pombo

Vogal: Domingos Coutada Almeida
Manuel Costa Barbosa

CONSELHO FISCAL

Presidente: Lúcia Martins Reis

Vogais: Maria do Carmo Peixoto

Carla Marlene Freitas da Silva Ferreira

ÓRGÃO DE VIGILÂNCIA:
P.e Vítor Manuel Gonçalves Ferros

Esta homologação é válida de 21 de janeiro de 2025 até 21 de janeiro de 2028. E, para constar, se outorga esta Provisão, registada sob o nº A10163 / 2025.

Braga, Cúria Arquiepiscopal, 21 de janeiro de 2025.

CONFRARIA DAS ALMAS, associação pública de fiéis, sita na Paróquia de São Miguel Arcanjo de Marinhas, Arciprestado de Esposende, Concelho de Esposende e Arquidiocese de Braga; constituídos por:

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: Domingos Enes Nóvoa

Secretários: Joaquim da Costa Fino
Artur Ferreira Capitão

MESA ADMINISTRATIVA

Presidente: Manuel Cavalheiro Lemos

Secretário: Paulo Alexandre Afonso Moreira

Tesoureiro: Sidônio Patuasco Pereira

Vogais: Adão Gaio Moreira
António Barreira Gramosos

CONSELHO FISCAL

Presidente: Manuel Martinho Gramoso da Cruz

Vogais: Júlio Alves Peixoto
Manuel Patrão Martins Capitão

ÓRGÃO DE VIGILÂNCIA:

Pe António Sílvio Couto da Silva

Esta homologação é válida de 28 de janeiro de 2025 até 15 de dezembro de 2025. E, para constar, se outorga esta Provisão, registada sob o nº A10039 / 2025.

Braga, Cúria Arquiepiscopal, 28 de janeiro de 2025.

CONFRARIA DAS ALMAS DE GAVIÃO, associação pública de fiéis, sita na Paróquia de São Tiago de Gavião, Arciprestado de Vila Nova de Famalicão, Concelho de Vila Nova de Famalicão e Arquidiocese de Braga; constituídos por:

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: Mário Fernando Barbosa Azevedo
Secretários: António Matos Dias
José Barbosa Ferreira

MESA ADMINISTRATIVA

Presidente: Bernardino Amorim Rego
Secretário: Alberto Sousa e Silva
Tesoureiro: Abílio Vilaça Lopes
Procurador: Manuel José Mendes da Silva
Avisador: António Manuel Mendes Silva

CONSELHO FISCAL

Presidente: José Abílio Teixeira Couto
Vogais: Pedro Manuel Vilas Boas Oliveira
Alexandre Nogueira Almeida

ÓRGÃO DE VIGILÂNCIA:
P.e Domingos Manuel Ferreira Machado

Esta homologação é válida de 17 de janeiro de 2025 até 17 de janeiro de 2028. E, para constar, se outorga esta Provisão, registada sob o nº A10471 / 2025.

Braga, Cúria Arquiepiscopal, 28 de janeiro de 2025.

PATRONATO DE SÃO SEBASTIÃO, sito na Paróquia de São Sebastião de Guimarães, Arciprestado de Guimarães e Vizela, Concelho de Guimarães e Arquidiocese de Braga; constituídos por:

DIREÇÃO

Presidente:	Pe José António Fernandes Antunes
Vice-Presidente:	Filipe Manuel da Silva Fernandes da Costa
1º Secretário:	Carlos Alberto Saleiro Malheiro e Castro
2º Secretário:	João Miguel Gonçalves Lopes Ferreira
Tesoureiro:	António Manuel Gonçalves Durães

CONSELHO FISCAL

Presidente:	Nuno Miguel de Sousa Pereira
Secretário:	Fernando Manuel Gonçalves Moreira
Vogal:	Luís Miguel Pinto Leite de Freitas

Esta homologação é válida de 28 de janeiro de 2025 a 28 de janeiro de 2029. E, para constar, se outorga esta Provisão registada com o n.º FIPSS20087 / 2025.

Braga, Cúria Arquieiscopal, 30 de janeiro de 2025.

Atividades pastorais

fevereiro/2025

- 1 - 18h30 – Aveleda – Reabertura da Igreja
- 6 - 12h00 – Seminário do Bom Pastor-Porto – Encerramento do retiro do clero
- 7 a 9 - Madrid – Congresso de Vocações organizado pela Conferência Episcopal Espanhola
- 11 - 14h30 – Casa Sacerdotal – Unção dos Enfermos
16h00 – Hospital de Guimarães – Visita ao hospital

- 15 - 21:00 – Capela Imaculada – Grupo que vai a Roma em peregrinação no Jubileu dos jovens
- 16 - 15:30 – Mosteiro de São Vivente de Fora – Ordenação episcopal D. Rui Gouveia – D. José e D. Delfim
- 18 - 09h30 – Espaço Vita – Recoleção do clero – D. José e D. Delfim
- 20 - 13h00 – Colégio D. Diogo de Sousa – 50 anos AEEF – Associação dos Estabelecimentos do Ensino particular
- 22 - 09h30 – Espaço Vita – Assembleia sinodal – D. José e D. Delfim
- 23 - 11h00 – Antime Inauguração das obras da Capela de S. Brás
- 25 - 09h00 – Vila Real – Reunião da província - D. José e D. Delfim

Decreto de aprovação de estatutos

*D. José Manuel Garcia Cordeiro promulgou de-
cretos que aprovam os estatutos de:*

**CENTRO SOCIAL DA PARÓQUIA DE SÃO BARTO-
LOMEU DO RÊGO**, sedeado na paróquia de São Bartolomeu do Rêgo, Concelho de Celorico de Basto, Arciprestado de Fafe e Arquidiocese de Braga, requerido a revisão dos seus estatutos de acordo com o Cânone 117;

Atendendo a que foram seguidos os trâmites exigidos e examinados os Estatutos, integrados no Processo n.º 86 / 2025 da Cúria Arquiepiscopal de Braga, nada obstando ao deferimento que foi requerido;

D. JOSÉ MANUEL GARCIA CORDEIRO, por mercê de Deus e da Santa Sé Apostólica, Arcebispo de Braga e Primaz das Espanhas, dando cumprimento ao Cânone 314, aprova os **ESTATUTOS do CENTRO SOCIAL DA PARÓQUIA DE SÃO BARTOLOMEU DO RÊGO**, Concelho de Celorico de Basto, Arciprestado de Fafe e Arquidiocese de Braga, pelos quais se há-de reger de ora em diante, que constam de trinta e nove Artigos, distribuídos por seis capítulos, exarados em vinte páginas (incluído o averbamento) autenticadas com o timbre da Cúria Arquiepiscopal de Braga.

Para memória se outorga o presente Decreto, que vai assinado pela autoridade canónica competente e autenticado com o selo branco da Arquidiocese.

O acto fica registado na Cúria Arquiepiscopal na Secção das Pessoas Jurídicas.

Braga, Cúria Arquiepiscopal, 11 de fevereiro de 2025.

Provisões a corpos gerentes

D. José Manuel Garcia Cordeiro assinou provisões que aprovam os corpos gerentes de:

CONFRARIA DO BOM JESUS DOS PASSOS, associação pública de fiéis, sita na Paróquia de Divino Salvador de Lama, Arciprestado de Barcelos, Concelho de Barcelos e Arquidiocese de Braga; constituídos por:

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: Abílio José Pinheiro Ferreira de Sousa

Secretários: Domingos Manuel Barbosa da Costa
João Laranjeira do Vale

MESA ADMINISTRATIVA

Presidente: Abílio Ferreira da Costa
Secretário: José António Pinheiro Ferreira de Sousa
Tesoureiro: Leonel Pinheiro Gomes
Vogais: David Emiliano Lopes Ribeiro
Domingos Manuel do Vale Ferreira
José Oliveira da Cunha
Manuel da Silva Freitas

CONSELHO FISCAL

Presidente: Armando Domingues Gonçalves
Vogais: Cândido da Silva Ferreira
Mário José Barbosa Fernandes

ÓRGÃO DE VIGILÂNCIA:

P.e João Batista Conde

Esta homologação é válida de 11 de fevereiro de 2025 até 11 de fevereiro de 2028. E, para constar, se outorga esta Provisão, registada sob o nº A10447 / 2025.

Esta provisão é emitida, excepcionalmente, tendo em conta razões apresentadas.

Braga, Cúria Arquiepiscopal, 11 de fevereiro de 2025.

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE SOBREPOSTA, sítio na Paróquia de Santa Maria de Sobreposta, Arciprestado de Braga, Concelho de Braga e Arquidiocese de Braga; constituídos por:

DIREÇÃO

Presidente: P.e Joaquim Filipe Dias Antunes
Vice-Presidente: Manuel Joaquim Marques da Costa
Secretária: Rosa Maria Sá Vieira
Tesoureira: Maria de Fátima Rodrigues Gonçalves

Vogais: António Silva Teixeira
Fernando José Antunes Lopes
Maria Teresa Fernandes da Silva
Calisto Ribeiro de Sá
Maria da Conceição da Silva Rodrigues

CONSELHO FISCAL

Presidente: Joaquim Costa Antunes
Secretário: Manuel Martins Leite de Carvalho
Vogal: José Rodrigues Alves

Esta homologação é válida de 11 de fevereiro de 2025 a 11 de fevereiro de 2029. Esta provisão é emitida, excepcionalmente, tendo em conta razões apresentadas.

E, para constar, se outorga esta Provisão registada com o n.º FIPSS20008 / 2025.

Braga, Cúria Arquiepiscopal, 11 de fevereiro de 2025.

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE CAXINAS, sítio na Paróquia de Nossa Senhora dos Navegantes de Caxinas, Arciprestado de Vila do Conde / Póvoa de Varzim, Concelho de Vila do Conde e Arquidiocese de Braga; constituídos por:

DIREÇÃO

Presidente: Pe Daniel de Sousa Neves
Vice-Presidente: Francisco Torcato São Roque da Cunha
Secretário: José Maria Gonçalves Fontes
Tesoureiro: Zacarias Gavina Fangueiro
Vogal: Luísa Marques Vareiro

CONSELHO FISCAL

Presidente: Maria Luísa da Costa Aguiar
Secretário: Alfredo Manuel Pontes Coentrão
Vogal: António Fernando da Silva Oliveira

Esta homologação é válida de 11 de fevereiro de 2025 a 16 de janeiro de 2028.

E, para constar, se outorga esta Provisão registada com o n.^º FIPSS20193 / 2025.

Braga, Cúria Arquiepiscopal, 11 de fevereiro de 2025.

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE CORVITE, sítio na Paróquia de Santa Maria de Corvite, Arciprestado de Guimarães e Vizela, Concelho de Guimarães e Arquidiocese de Braga; constituídos por:

DIREÇÃO

Presidente: Pe José Pedro do Vale Oliveira
Vice-Presidente: João da Costa Martins
1^a Secretária: Sónia Neves da Silva
2^a Secretária: Rosa Marlene Freitas Costa Martins
Tesoureiro: Bruno Manuel Marques Mota

CONSELHO FISCAL

Presidente: Maria Isabel Ribeiro Rosa Beça
Secretário: António José Batista de Freitas
Vogal: Ana Isabel Sousa Magalhães

Esta homologação é válida de 11 de fevereiro de 2025 a 11 de fevereiro de 2029. E, para constar, se outorga esta Provisão registada com o n.^º FIPSS20195 / 2025.

Braga, Cúria Arquiepiscopal, 11 de fevereiro de 2025.

CONFRARIA DE NOSSA SENHORA DA LAPA E SÃO BARTOLOMEU, associação pública de fiéis, sítia na Paróquia de São João Baptista de Vila do Conde, Arciprestado de Vila do Conde / Póvoa de Varzim, Concelho de Vila do Conde e Arquidiocese de Braga; constituídos por:

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: João Carlos Lapa Dias

Secretárias: Ida Maria Santos Ferreira Alves

Maria de Fátima Ferreira de Azevedo Gonçalves

MESA ADMINISTRATIVA

Presidente: Paula Maria dos Santos Rodrigues

Secretária: Sandrine Paula da Lapa Ferreira

Tesoureiro: José Maria Castro Gomes

Vogais: Sílvia Margarida Gomes de Almeida
Paula Maria Ferreira de Azevedo

CONSELHO FISCAL

Presidente: Alberto Jorge de Lima Ferreira Alves

Vogais: Maria da Graça da Silva Lapa
Eduardo Ferreira da Silva

ÓRGÃO DE VIGILÂNCIA:

P.e Paulo César Pereira Dias

Esta homologação é válida de 21 de janeiro de 2025 até 21 de janeiro de 2028. E, para constar, se outorga esta Provisão, registada sob o nº A10094 / 2025.

Braga, Cúria Arquiepiscopal, 18 de fevereiro de 2025.

CONFRARIA DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO, associação pública de fiéis, sita na Paróquia de São Tiago de Carapeços, Arciprestado de Barcelos, Concelho de Barcelos e Arquidiocese de Braga; constituídos por:

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: José Carlos Arantes Ferreira

Secretários: Rosa Maria Silva Barbosa

Isabel Maria Fernandes Duarte Pinto

MESA ADMINISTRATIVA

Presidente: António Rego da Costa
Secretário: Domingos da Costa Pombo
Tesoureiro: António Barbosa da Silva

CONSELHO FISCAL

Presidente: Valdemar Lourenço Conceição Silva
Vogais: Jorge Manuel Linhares Pereira
 Guilherme Cunha Pires

ÓRGÃO DE VIGILÂNCIA:

P.e Vitor Sérgio Azevedo Nogueira

Esta homologação é válida de 18 de fevereiro de 2025 até 18 de fevereiro de 2028. E, para constar, se outorga esta Provisão, registada sob o nº A10129 / 2025.

Braga, Cúria Arquiepiscopal, 18 de fevereiro de 2025.

FUNDAÇÃO REAL COLÉGIO DE LANDIM, sito na Paróquia de Santa Maria de Landim, Arciprestado de Vila Nova de Famalicão, Concelho de Vila Nova de Famalicão e Arquidiocese de Braga; constituídos por:

DIREÇÃO

Presidente: Pe Armindo Paulo da Silva Freitas
Vice Presidente: Francisco da Silva
1º Secretário: André Miguel Dinis de Carvalho
2º Secretário: Marco Paulo Ferreira Gomes
Tesoureiro: Hélder Filipe da Rocha Pereira

CONSELHO FISCAL

Presidente: Maria Eugénia Pinheiro Azevedo
Vogais: Francisco Rocha
 José Luís Neto Pacheco

ÓRGÃO DE VIGILÂNCIA:

P.e Francisco Miguel Fernandes Carreira

Esta homologação é válida de 18 de fevereiro de 2025 a 18 de fevereiro de 2030. E, para constar, se outorga esta Provisão registada com o n.º F20323 / 2025.

Braga, Cúria Arquiepiscopal, 18 de fevereiro de 2025.

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DIVINO SALVADOR, sítio na Paróquia de Divino Salvador de Ribas, Arciprestado de Celorico de Basto, Concelho de Celorico de Basto e Arquidiocese de Braga; constituídos por:

DIREÇÃO

Presidente: P.e Albano Fernandes Costa

Secretário: José Alves Leite

Tesoureira: Maria Júlia Alves Freitas Campos

CONSELHO FISCAL

Presidente: Joaquim Oliveira Magalhães

Secretário: Jorge Manuel Cunha Ramos

Vogal: José Manuel Sousa Andrade

Esta homologação é válida de 18 de fevereiro de 2025 a 18 de fevereiro de 2029. E, para constar, se outorga esta Provisão registada com o n.º FIPSS20073 / 2025.

Braga, Cúria Arquiepiscopal, 18 de fevereiro de 2025.

CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE GARFE, sítio na Paróquia de São Cosme e São Damião de Garfe, Arciprestado de Póvoa de Lanhoso, Concelho de Póvoa de Lanhoso e Arquidiocese de Braga; constituídos por:

DIREÇÃO

Presidente:	Pe Luís Manuel Peixoto Fernandes
Vice-Presidente:	Maria do Céu Freitas Santos
1º Secretário:	Lino Agostinho Martins Santos Henriques
2º Secretário:	Sérgio Augusto Veloso Lopes
Tesoureira:	Antonieta del Carmen Fernandes Lisboa

CONSELHO FISCAL

Presidente:	Francisco Silva Fernandes
Secretário:	Carlos Henrique Ribeiro de Sá
Vogal:	Custódio da Silva Macedo

Esta homologação é válida de 25 de fevereiro de 2025 a 25 de fevereiro de 2029. E, para constar, se outorga esta Provisão registada com o n.º FIPSS20072 / 2025.

Braga, Cúria Arquiepiscopal, 25 de fevereiro de 2025.

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DA JUNQUEIRA, sito na Paróquia de São Simão e São Judas Tadeu da Junqueira, Arciprestado de Vila do Conde / Póvoa de Varzim, Concelho de Vila do Conde e Arquidiocese de Braga; constituídos por:

DIREÇÃO

Presidente:	P. Delfim Teixeira Afonso
Vice-Presidente:	António Manuel Ferreira da Silva Ramos
1º Secretário:	Fernando de Sousa Araújo
2ª Secretária:	Maria Alice Macedo Miranda Batista
Tesoureira:	Isabel Félix dos Santos
Vogais:	Joaquim Gomes da Silva Natália Maria Ribeiro Gomes Ferreira Maria José Amorim Pereira Vilar António Miguel Caseiro de Sousa

CONSELHO FISCAL

Presidente: José Manuel Lopes Baptista Pereira

Secretária: Ana Maria Martins Amorim

Vogal: António Fernando Antunes

Esta homologação é válida de 25 de fevereiro de 2025 a 04 de dezembro de 2027. E, para constar, se outorga esta Provisão registada com o n.º FIPSS20055 / 2025.

Braga, Cúria Arquiepiscopal, 25 de fevereiro de 2025.

CONGREGAÇÃO DAS SERVAS FRANCISCANAS DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, sítio na Paróquia de São Jerónimo de Real, Arciprestado de Braga, Concelho de Braga e Arquidiocese de Braga; constituídos por:

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: Ir.^a Alzira da Silva Jorge

Secretárias: Ir.^a Judite d'Anunciação de Jesus Henriques

Ir.^a Ngozi Theresa Iheoma

DIREÇÃO

Presidente: Ir.^a Augusta da Conceição Mendes

Secretária: Ir.^a Maria Augusta Salvado

Tesoureira: Ir.^a Patrocínia de Jesus Mendes

CONSELHO FISCAL

Presidente: Ir.^a Estela Antunes Conde

Secretária: Ir.^a Emília de Castro Fernandes

Vogal: Ir.^a Wildimila Luz Céu Lima

Esta homologação é válida de 26 de fevereiro de 2025 a 23 de janeiro de 2028. E, para constar, se outorga esta Provisão registada com o n.º AIPSS10659 / 2025.

Braga, Cúria Arquiepiscopal, 26 de fevereiro de 2025.

OFICINA DE SÃO JOSÉ, sito na Paróquia de São José de São Lázaro, Arciprestado de Braga, Concelho de Braga e Arquidiocese de Braga; constituídos por:

DIREÇÃO

Presidente:	D. José Manuel Garcia Cordeiro
Vice-Presidente:	Manuel da Costa Santos
1^a Secretária:	Maria Albertina Viana Machado
2^a Secretária:	Maria Umbelina Braga Sampaio Malheiro da Silva
Tesoureiro:	Luís Manuel Viana Machado
Diretor Interno:	P.e Paulo Alexandre Terroso Silva
Vogais:	Fernando Cardoso Pinto Luís António Silva António Cerejeira Fontes

CONSELHO FISCAL

Presidente:	Jorge Filipe de Assis Oliveira Ferreira
Secretário:	Luís Carlos Lopes Fonseca
Vogal:	Ana Paula Ferreira Braga Silva

Esta homologação é válida de 28 de fevereiro de 2025 a 28 de fevereiro de 2029. Esta provisão é emitida, excepcionalmente, tendo em conta razões apresentadas. E, para constar, se outorga esta Provisão registada com o n.º FIPSS20200 / 2025.

Braga, Cúria Arquiepiscopal, 28 de fevereiro de 2025.

Das cinzas aos ramos

Quarta-Feira de Cinzas, 5 de março de 2025

1. Guardar a chama viva

No caminho de Páscoa que estamos a percorrer na nossa Arquidiocese, faz sentido provocar no início do tempo da Quaresma com este título: das cinzas aos ramos. Na venerável tradição eclesial e na medida do possível, as cinzas utilizadas no rito da liturgia de hoje provêm da queima dos ramos benzidos no Domingo de Ramos do ano anterior. A estas cinzas mistura-se água benta, memória da nossa nascente pascal e batismal.

O compositor Gustav Mahler afirmou: «*a tradição não é o culto das cinzas, mas a guarda do fogo*». Por isso, das cinzas aos ramos e dos ramos às cinzas, guardamos o fogo do mistério sacramental.

As etapas do Ano litúrgico da quaresma-páscoa são uma oportunidade renovada para um caminho de verdadeira conversão pessoal, pastoral e missionária. Nos trilhos da conversão ao Evangelho, a oração e a vida espiritual, é tempo de ir contracorrente, porque a corrente dominante é um estilo de vida superficial, incoerente e ilusório.

2. Arrependimento

São Paulo exorta-nos na segunda leitura: «*Irmãos: Nós somos embaixadores de Cristo; é Deus quem vos exorta por nosso intermédio. Nós vos pedimos em nome de Cristo: reconciliai-vos com Deus*

O arrependimento não é uma autopunição, mas é reconhecer a dor maior, isto é, não se sentir amado por Deus. O arrependimento não provoca dor. O pecado é a recusa do Pai de Deus Pai.

O jejum e a esmola são as duas asas da oração, como pregava santo Agostinho. O jejum leva a submeter o corpo ao espírito.

Tudo o que fizermos, façamo-lo com discrição e no silêncio crente, orante e confiante, porque: «*Teu Pai, que vê no segredo, te recompensará*» (Mt 6, 6).

Todos sabemos que existe o mal, mas nem todos sabem que o mal pode ser vencido. As fábulas não servem para ensinar às crianças que existem dragões, mas que os dragões podem ser derrotados.

A indulgência plenária é uma graça própria do Ano Santo Jubilar, é o perdão de Deus que não conhece limites, vivendo-a em pleno com frutos abundantes de fé, esperança e caridade.

As condições principais para fruir da indulgência plenária são: confessar-se sacramentalmente; receber a Eucaristia, de preferência durante a própria celebração eucarística; rezar segundo as intenções do Papa. A concessão da indulgência plenária, uma só vez por dia, é para o próprio fiel ou pode também aplicar-se aos defuntos por modo de sufrágio, segundo o Manual das indulgências.

Ao longo do ano jubilar, todos os treze arciprestados peregrinarão até à Sé primaz, conforme o calendário já decidido e publicado. Que o impulso simbólico desta peregrinação seja capaz de manifestar a necessidade ardente de renovar a conversão e reconciliação pessoal, pastoral e missionária.

Além da peregrinação jubilar à Sé Primaz, indicamos outros lugares sagrados de acolhimento e espaços privilegiados para gerar esperança: as seis Basílicas menores – Congregados, Nossa Senhora do Sameiro, São Pedro do Tournal, São Bento da Porta Aberta, Bom Jesus do Monte e São Torcato – e o Santuário Eucarístico de Balazar.

3. Partilhar com Esperança

Conforme dissemos na mensagem para a Quaresma/Páscoa, a renúncia quaresmal, fruto da nossa partilha, destinar-se-á à *aquisição de livros litúrgicos, especialmente do Missal Romano*, e outros livros para oferecer às Dioceses de Bafatá e de Bissau, na Guiné-Bissau, bem como para o Fundo Arquidiocesano “Partilhar com Esperança”. Podem parecer pequenos gestos, mas feitos com inteireza de vida,

estaremos certamente a semear esperança nos corações daquelas pessoas a quem a nossa partilha se destina.

O Papa Francisco na sua mensagem para a Quaresma – “caminhemos juntos na esperança” – apela à conversão da esperança, da confiança em Deus e na sua grande promessa, a vida eterna. «*Devemos perguntar-nos: estou convicto de que Deus me perdoa os pecados? Ou comporto-me como se me pudesse salvar sozinho? Aspiro à salvação e peço a ajuda de Deus para a receber? Vivo concretamente a esperança que me ajuda a ler os acontecimentos da história e me impele a um compromisso com a justiça, a fraternidade, o cuidado da casa comum, garantindo que ninguém seja deixado para trás?*»

Para uma renovada alegria e ternura do Evangelho, suplicamos como fizemos no canto do salmo responsorial: «*Criai em mim, ó Deus, um coração puro e fazei nascer dentro de mim um espírito firme*».

O Senhor tenha compaixão de nós, porque somos pecadores, manifeste a Sua misericórdia e nos dê a Sua salvação.

† José Manuel Cordeiro

Atividades pastorais

março/2025

- 6 - 10h00 – Igreja do Populo – Apresentação Festival de Órgão
 - 14h00 – Centro pastoral – Reunião do Conselho de Arciprestes - D. José e D. Delfim
 - 16h00 – Museu Pio XII – Inauguração da Exposição Cristo de La VeraCruz
 - 17h30 – Sé – Missa de Cinzas
- 8 - 10h00 – Capela Imaculada – Missa Conferência Vicentina

- 18h30 – Igreja de Vila Boa-Bcl – Eucaristia S. João de Deus
- 9 - 11h00 – Urgezes50 anos da igreja paroquial
14h30 – Cambeses – Procissão Senhor dos Passos-D. Delfim
15h00 – Sé – Peregrinação jubilar do Arc. de Amares e Terras de Bouro
- 10-14 - Fátima – Retiro do Episcopado-D. José e D. Delfim
- 14 - 19h00 – Amparo – PvL Centenário da paróquia – Dedicação do Altar
- 15 - 9h00 – Auditório Vita Praça Central
- 16 - 15h30 – Guarda – Ordenação episcopal-D. José e D. Delfim
- 19 - 10h30 – Amparo-PvL – Centenário da paróquia e celebração de S. José – D. Delfim
Seminário Interdiocesano – Dia do Padroeiro
- 17 a 27 - Guiné-Bissau – Retiro do clero e formação sobre o novo missal
- 21 - 11h00 – S. Bento – Trânsito de S. Bento-D. Delfim
- 23 - 11h00 – Cap. de Guadalupe – Comemoração dos 300 anos - D. Delfim
15h00 – Sé – Peregrinação jubilar do Arc. de Cabeceiras de Basto-D. Delfim
17h00 – São Torcato – Crisma-D. Delfim
- 28 - 18h30 – Seide - Casa de Camilo-V.N. Famalicão
Conferência sobre a Paixão de Cristo
- 29 - 9h30 – Centro pastoral – Reunião do Conselho Pastoral - D. José e D. Delfim
16h00 – Priscos – Inauguração Centro interpretativo Abade de Priscos

Decreto de aprovação de estatutos

*D. José Manuel Garcia Cordeiro promulgou de-
cretos que aprovam os estatutos de:*

CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE PARADA DE BOURO, sedeado na paróquia de São Julião de Parada de Bouro, Concelho de Vieira do Minho, Arciprestado de Vieira do Minho e Arquidiocese de Braga, requerido a revisão dos seus estatutos de acordo com o Cânone 117;

Atendendo a que foram seguidos os trâmites exigidos e examinados os Estatutos, integrados no Processo n.º 159 / 2025 da Cúria Arquiepiscopal de Braga, nada obstando ao deferimento que foi requerido;

D. JOSÉ MANUEL GARCIA CORDEIRO, por mercê de Deus e da Santa Sé Apostólica, Arcebispo de Braga e Primaz das Espanhas, dando cumprimento ao Cânone 314, aprova os **ESTATUTOS do CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE PARADA DE BOURO**, Concelho de Vieira do Minho, Arciprestado de Vieira do Minho e Arquidiocese de Braga, pelos quais se há-de reger de ora em diante, que constam de trinta e nove Artigos distribuídos por seis capítulos, exarados em vinte páginas (incluído o averbamento) autenticadas com o timbre da Cúria Arquiepiscopal de Braga.

Para memória se outorga o presente Decreto, que vai assinado pela autoridade canónica competente e autenticado com o selo branco da Arquidiocese.

O acto fica registado na Cúria Arquiepiscopal na Secção das Pessoas Jurídicas.

Braga, Cúria Arquiepiscopal, 11 de março de 2025.

CONFRARIA DO BOM JESUS DO MONTE, sedeada na paróquia de Santa Eulália de Tenões, Concelho de Braga, Arciprestado de Braga e Arquidiocese de Braga, requerido a revisão dos seus estatutos de acordo com o Cânone 117;

Atendendo a que foram seguidos os trâmites exigidos e examinados os Estatutos, integrados no Processo n.º 135 / 2021 da Cúria Arquiepiscopal de Braga, nada obstando ao deferimento que foi requerido;

D. JOSÉ MANUEL GARCIA CORDEIRO, por mercê de Deus e da Santa Sé Apostólica, Arcebispo de Braga e Primaz das Espanhas, dando cumprimento ao Cânone 314, aprova os **ESTATUTOS da CONFRARIA DO BOM JESUS DO MONTE**, Concelho de Braga, Arciprestado de Braga e Arquidiocese de Braga, pelos quais se há-de reger de ora em diante, que constam de cinquenta e cinco Artigos, distribuídos por oito capítulos, exarados em vinte e duas páginas (incluído o averbamento) autenticadas com o timbre da Cúria Arquiepiscopal de Braga.

Para memória se outorga o presente Decreto, que vai assinado pela autoridade canónica competente e autenticado com o selo branco da Arquidiocese.

O acto fica registado na Cúria Arquiepiscopal na Secção das Pessoas Jurídicas.

Braga, Cúria Arquiepiscopal, 18 de março de 2025.

Provisões a corpos gerentes

D. José Manuel Garcia Cordeiro assinou provisões que aprovam os corpos gerentes de:

PATRONATO DE NOSSA SENHORA DA TORRE, sito na Paróquia de Santa Maria Maior e Sé Primaz, Arciprestado de Braga, Concelho de Braga e Arquidiocese de Braga; constituídos por:

DIREÇÃO

Presidente:	Con. Manuel Joaquim Fernandes da Costa
1º Secretário:	Carlos Manuel de Freitas Peixoto
2ª Secretária:	Maria Manuela Pimenta da Silva Peixoto
Tesoureiro:	Jesuíno Machado Dias Afonso
Vogal:	Tiago Daniel Ferreira Freitas

CONSELHO FISCAL

Presidente:	António da Conceição Guimarães
Secretário:	José Manuel Soares Pereira
Vogal:	António Martins Ferreira

Esta homologação é válida de 06 de março de 2025 a 06 de março de 2029. E, para constar, se outorga esta Provisão registada com o n.º FIPSS20026 / 2025.

Braga, Cúria Arquiepiscopal, 06 de março de 2025.

IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DO CARMO, associação pública de fiéis, sita na Paróquia de Divino Salvador de Lemenhe, Arciprestado de Vila Nova de Famalicão, Concelho de Vila Nova de Famalicão e Arquidiocese de Braga; constituídos por:

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente:	Domingos Manuel Moreira de Sá
Secretários:	Fernando Castro Silva António da Silva Rebelo

MESA ADMINISTRATIVA

Presidente:	José Manuel Barbosa Sá Oliveira
Secretário:	André Manuel Azevedo Pinheiro
Tesoureiro:	Carlos Alberto Oliveira Monteiro

CONSELHO FISCAL

Presidente:	Dinis Pereira Faria
--------------------	---------------------

Vogais: Luís Miguel Antunes
Marco Paulo Araújo de Sá

ÓRGÃO DE VIGILÂNCIA:

P.e Vítor Manuel Pereira Sá

Esta homologação é válida de 11 de março de 2025 até 11 de março de 2027. E, para constar, se outorga esta Provisão, registada sob o nº A10084 / 2025.

Braga, Cúria Arquiepiscopal, 11 de março de 2025.

FRATERNIDADE SACERDOTAL, associação pública de fiéis, sita na Paróquia de São Vítor - Braga, Arciprestado de Braga, Concelho de Braga e Arquidiocese de Braga; constituídos por:

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: P.e João Alberto Sousa Correia
Vice-Presidente: P.e José Carlos das Neves Azevedo
Secretário: P.e Manuel Joaquim Rodrigues Pinto
DIREÇÃO
Presidente: P.e Paulo Agostinho Teixeira de Sá
Secretário: P.e Carlos Miguel Teixeira da Mota da Costa Leme
Tesoureiro: P.e José Domingos de Oliveira Gomes

Delegado do Bispo de Braga:
P.e Miguel Paulo Carvalho Simões

Delegado do Bispo de Viana do Castelo:
P.e Manuel Correia Quintas

CONSELHO FISCAL

Presidente: P.e Mário Martins Chaves Rodrigues
Vogais: P.e Adelino Marques Domingues
P.e Vasco António da Cruz Gonçalves

Esta homologação é válida de 01 de janeiro de 2025 até 31 de dezembro de 2029. E, para constar, se outorga esta Provisão, registada sob o nº A10459 / 2025.

Braga, Cúria Arquiepiscopal, 11 de março de 2025.

CENTRO DE CULTURA E RECREIO DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, sita na Paróquia de São Miguel de Apúlia, Arciprestado de Esposende, Concelho de Esposende, Arquidiocese de Braga; constituídos por:

COMISSÃO ADMINISTRATIVA

Presidente: P. Juvenal Francisco Ferreira Dinis

Secretário: Diác. Lino Gomes de Campos

Tesoureiro: P.e Miguel Paulo Carvalho Simões

ÓRGÃO DE VIGILÂNCIA

D. Delfim Jorge Esteves Gomes

Esta homologação é válida de 19 de março de 2025 até 19 de março de 2026. E, para constar, se outorga esta Provisão, registada sob o nº F20255 / 2025.

Braga, Cúria Arquiepiscopal, 18 de março de 2025.

CONFRARIA DO BOM JESUS DO MONTE, pessoa jurídica não colegial conforme o § 2º do cân. 115, sita na Paróquia de Santa Eulália de Tenões, Arciprestado de Braga, Concelho de Braga e Arquidiocese de Braga; constituídos por:

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: Luís Garcia Braga da Cruz

Secretário: Fernando Manuel Pires Fidalgo

Secretária: Maria do Céu Ameixinha de Abreu

MESA ADMINISTRATIVA

Presidente: Cón. Mário Martins Chaves Rodrigues
Vice-Presidente: Varico da Costa Pereira
Secretário: Domingos Rodrigues Lopes
Tesoureiro: Luís Carlos Lopes da Fonseca
Vogais: Cón. João Paulo Coelho Alves
Abel Pereira Barroso
Filipe José Freitas Salgado

CONSELHO FISCAL

Presidente: Paulo Jorge Reis Mourão
Vogais: Samuel Eliseu Coelho Gião
Deolinda Maria Ferreira Marques

ÓRGÃO DE VIGILÂNCIA:

Cón. Avelino Marques Amorim

Esta homologação é válida de 18 de março de 2025 até 18 de março de 2029. E, para constar, se outorga esta Provisão, registada sob o nº ANC10495 / 2025.

Braga, Cúria Arquiepiscopal, 18 de março de 2025.

FRATERNIDADE SACERDOTAL, associação pública de fiéis, sita na Paróquia de São Vítor - Braga, Arciprestado de Braga, Concelho de Braga e Arquidiocese de Braga; constituídos por:

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: Pe João Alberto Sousa Correia
Vice-Presidente: Pe José Carlos das Neves Azevedo
Secretário: Pe Manuel Joaquim Rodrigues Pinto

DIREÇÃO

Presidente: Pe Alexandre Agostinho Teixeira de Sá

Secretário: Pe Carlos Miguel Teixeira da Mota da Costa Leme

Tesoureiro: Pe José Domingos de Oliveira Gomes

Delegado do Bispo de Braga:

P.e Miguel Paulo Carvalho Simões

Delegado do Bispo de Viana do Castelo:

P.e Manuel Correia Quintas

CONSELHO FISCAL

Presidente: Pe Mário Martins Chaves Rodrigues

Vogais: Pe Adelino Marques Domingues

Pe Vasco António da Cruz Gonçalves

Esta homologação é válida de 01 de janeiro de 2025 até 31 de dezembro de 2029. E, para constar, se outorga esta Provisão, registada sob o nº A10459 / 2025.

Braga, Cúria Arquiepiscopal, 18 de março de 2025.

CONFRARIA DE NOSSA SENHORA DO TERÇO, associação pública de fiéis, sita na Paróquia de Santa Maria Maior de Barcelos, Arciprestado de Barcelos, Concelho de Barcelos e Arquidiocese de Braga; constituídos por:

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: Albertina América de Sousa Moreira

Secretárias: Maria do Céu Araújo Salgueiro

Maria da Conceição Pereira Simões

MESA ADMINISTRATIVA

Presidente: Virgínia Maria Lemos da Silva Rafael

Secretária: Maria Armanda Fernandes de Azevedo

Tesoureira: Maria da Conceição da Rosa Amorim do Rego e Silva

Vogais: Ana Paula Pereira da Cruz
Belmira da Conceição Pereira Ferraz Ramos Lopes

CONSELHO FISCAL

Presidente: Ana Maria Oliveira Lopes Moreira

Vogais: Maria do Carmo Oliveira Lopes
Maria da Conceição Sá Fernandes Costa

ÓRGÃO DE VIGILÂNCIA:

P.e Manuel da Rocha

Esta homologação é válida de 25 de março de 2025 até 25 de março de 2029. E, para constar, se outorga esta Provisão, registada sob o nº A10021 / 2025.

Braga, Cúria Arquiepiscopal, 25 de março de 2025.

CENTRO PAROQUIAL DE SÃO ROMÃO DE MESÃO FRIO, sito na Paróquia de São Romão de Mesão Frio, Arciprestado de Guimarães e Vizela, Concelho de Guimarães e Arquidiocese de Braga; constituídos por:

DIREÇÃO

Presidente: P.e Joaquim Marques da Mota

Secretário: António José Pinto de Sousa

Tesoureiro: João Inácio Silva Cerqueira

CONSELHO FISCAL

Presidente: José Aires Araújo Ribeiro

Secretário: Domingos Novais Fraga

Vogal: António Fernandes Leite

Esta homologação é válida de 27 de março de 2025 a 27 de março de 2029. E, para constar, se outorga esta Provisão registada com o n.º FIPSS20035 / 2025.

Braga, Cúria Arquiepiscopal, 27 de março de 2025.

ASSOCIAÇÃO ESPAÇO JACOBUS - AEJ, associação privada de fiéis, sita na Paróquia de São Pedro de Maximinos, Arcebispado de Braga, Concelho de Braga e Arquidiocese de Braga; constituídos por:

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: Eduardo Ferreira Veiga de Macedo
Vice-Presidente: Maria Aurora Freitas Ribeiro Cardoso
Secretário: Arlindo Garcia Parra

DIREÇÃO NACIONAL

Presidente: Maria Eulália Monteiro Fonseca
Vice-Presidente: Maria Augusta Ferreira da Silva
Vice-Presidente: Fernanda Maria Guedes da Costa
Vice-Presidente: Francisco José Abreu Ferreira Grilo
Tesoureiro: José Carlos Ribeiro Casal
Secretários: Joana Carolina Teixeira da Silva
Marco António Pereira Garcês
João Maria Martins Ferreira
Abílio Manuel Apolinário Marques

CONSELHO FISCAL

Presidente: João Manuel Sampaio de Sousa
Vogais: Galantina Maria Costa Teixeira
Maria Conceição Teixeira de Sousa

Esta homologação é válida de 27 de março de 2025 até 27 de março de 2027. E, para constar, se outorga esta Provisão, registada sob o nº APR10436 / 2025.

Braga, Cúria Arquiepiscopal, 27 de março de 2025.

IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DA PURIFICAÇÃO, associação pública de fiéis, sita na Paróquia de São Pedro de Este, Arciprestado de Braga, Concelho de Braga e Arquidiocese de Braga; constituídos por:

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: Augusto Vieira Soares

Secretários: Joaquim Fernandes

José Manuel Pinto Silva

MESA ADMINISTRATIVA

Presidente: António Joaquim Ferreira de Almeida

Secretário: João Rui da Cruz Pereira

Tesoureiro: Francisco Fernandes Veiga de Carvalho

CONSELHO FISCAL

Presidente: Joaquim Eugénio Gomes Matos

Vogais: José Ribeiro de Sousa

José Rodrigues Ribeiro

ÓRGÃO DE VIGILÂNCIA:

Cón. João Paulo Coelho Alves

Esta homologação é válida de 27 de março de 2025 até 27 de março de 2028. E, para constar, se outorga esta Provisão, registada sob o nº A10013 / 2025.

Braga, Cúria Arquiepiscopal, 27 de março de 2025.

CONFRARIA DE NOSSA SENHORA DA SAÚDE, associação pública de fiéis, sita na Paróquia de São Miguel de Laúndos, Arciprestado de Vila do Conde / Póvoa de Varzim, Concelho de Póvoa de Varzim e Arquidiocese de Braga; constituídos por:

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: Jorge Manuel Amorim Balazeiro

Secretários: Victor Manuel da Silva Santos
José Vieira Duarte

MESA ADMINISTRATIVA

Presidente: Joaquim Manuel Vieira Sobral
Secretário: Justino da Silva Aguiar
Tesoureiro: José de Sousa Carvalho de Araújo
Vogais: José Ferreira Leite
Daniel de Araújo Miranda

CONSELHO FISCAL

Presidente: António Manuel Braga dos Santos
Vogais: César da Silva Ferreira
Manuel Ferreira de Sousa

ÓRGÃO DE VIGILÂNCIA:
P.e Guilherme Guimarães Peixoto

Esta homologação é válida de 17 de janeiro de 2025 até 30 de setembro de 2025. E, para constar, se outorga esta Provisão, registada sob o nº A10075 / 2025.

Esta provisão é emitida, excepcionalmente, pelo prazo supra, tendo em conta razões apresentadas. Durante este tempo, a Assembleia Geral deve resolver a situação dos elementos que já cumpriram os número de mandatos.

Braga, Cúria Arquiepiscopal, 27 de março de 2025.

CONFRARIA DE NOSSA SENHORA DA SOLEDADE E SANTOS PASSOS, associação pública de fiéis, sita na Paróquia de Divino Salvador de Ruivães, Arciprestado de Vila Nova de Famalicão, Concelho de Vila Nova de Famalicão e Arquidiocese de Braga; constituídos por:

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL
Presidente: Joaquim da Silva Pinto

Secretários: Joaquim Oliveira Marinho
António Costa

MESA ADMINISTRATIVA

Presidente: Francisco Amadeu Abreu Martins Silva

Secretário: António Jaime Silva Ribeiro

Tesoureiro: José Augusto Cunha Sampaio Castro

CONSELHO FISCAL

Presidente: Victor Mirra

Vogais: José Faria Monteiro Ferreira

António Alberto Ribeiro

ÓRGÃO DE VIGILÂNCIA:

P.e João Manuel Pinheiro Antunes

Esta homologação é válida de 27 de março de 2025 até 01 de outubro de 2027. E, para constar, se outorga esta Provisão, registada sob o nº A10091 / 2025.

Braga, Cúria Arquiepiscopal, 27 de março de 2025.

FUNDAÇÃO DONA DELFINA VASCONCELOS, sito na Paróquia de São Tiago de Ronfe, Arciprestado de Guimarães e Vizela, Concelho de Guimarães e Arquidiocese de Braga; constituídos por:

DIREÇÃO

Presidente: P.e João Manuel Marinho Teixeira da Silva

Tesoureiro: Ernesto Miguel Almeida Machado

Secretário: José Filipe Oliveira Costa

CONSELHO FISCAL

Presidente: Manuel António Ferreira de Sousa

Secretário: José Correia da Costa

Vogal: Amândio Jorge Gomes Silva Machado

Esta homologação é válida de 27 de março de 2025 a 27 de março de 2029. E, para constar, se outorga esta Provisão registada com o n.º F20222 / 2025.

Braga, Cúria Arquiepiscopal, 27 de março de 2025.

CENTRO PAROQUIAL DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DA PARÓQUIA DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR, sito na Paróquia de São José de Ribamar, Arciprestado de Vila do Conde / Póvoa de Varzim, Concelho de Póvoa de Varzim e Arquidiocese de Braga; constituídos por:

DIREÇÃO

Presidente:	Pe Duarte Nuno Matos Rocha
Vice-Presidente:	Catrarina Alexandra Vasconcelos da Silva
1º Secretário:	Alfredo Manuel da Silva Pereira Pinto
2º Secretário:	Pedro Miguel Feiteira Gomes da Silva
Tesoureiro:	António Fernando da Mata Loureiro

CONSELHO FISCAL

Presidente:	Isabel Maria Félix de Castro Arteiro
Secretário:	Jorge Manuel Vieira da Costa Mesquita
Vogal:	Pedro Nuno Ribeiro Fernandes da Fonseca

Esta homologação é válida de 27 de março de 2025 a 27 de março de 2029. E, para constar, se outorga esta Provisão registada com o n.º FIPSS20069 / 2025.

Braga, Cúria Arquiepiscopal, 27 de março de 2025.

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE MASCOTELOS, sito na Paróquia de São Vicente de Mascotelos, Arciprestado de Guimarães e Vizela, Concelho de Guimarães e Arquidiocese de Braga;

DIREÇÃO

Presidente:	Pe Henrique Santos Ribeiro
Vice-Presidente:	Pedro André da Cunha Teixeira

Secretário: António Sérgio Fernandes Teixeira
Tesoureiro: Domingos Mendes do Vale
Vogal: Manuel Pinheiro da Silva

CONSELHO FISCAL

Presidente: Ricardo Nuno Pontes da Costa
Secretário: Manuel de Abreu Pereira da Cunha
Vogal: Rui Manuel de Freitas Castro

Esta homologação é válida de 23 de janeiro de 2025 a 23 de janeiro de 2029. Esta provisão é emitida, excepcionalmente, tendo em conta razões apresentadas. E, para constar, se outorga esta Provisão registada com o n.º FIPSS20177 / 2025.

Braga, Cúria Arquiepiscopal, 27 de março de 2025.

Escadório-fonte de Esperança

V Domingo da Quaresma, 06.04.2025

1. Quem de entre vós estiver sem pecado atire a primeira pedra (Jo 8, 7)

O V Domingo da Quaresma aproxima-nos da celebração da Páscoa do Senhor, o nosso refúgio. Pelo Batismo, Cristo converteu-nos radicalmente, inserindo-nos no seu mistério pascal. A Igreja professa a sua fé num só Batismo para o perdão dos pecados «*Professo um só Batismo para a remissão dos pecados*» (*Credo de Niceia-Constantinopla*). Sob a realidade batismal do perdão dos pecados fundamenta-se a Penitência ou Reconciliação como o sinal sacramental do perdão dos pecados.

O episódio da mulher adúltera encontra-se no evangelho de João e não em Lucas que seguimos este ano C. Mas porque o seu conteúdo é tão próximo ao espírito lucano, a liturgia inseriu-o neste domingo.

Jesus não condena e, na generosidade do seu perdão, abre um futuro novo à mulher surpreendida em adultério, à qual a lei do tempo condenava a uma morte atroz. Aqueles que pedem a sua condenação são homens que sabem só olhar para o passado. Jesus, o Filho de Deus providente vê o presente. Ao pronunciar as palavras, «*quem de entre vós estiver sem pecado atire a primeira pedra*», realiza a mudança nos corações. A pública confissão reconciliou a todos com a verdade.

A Coleta é uma oração densa da dimensão cristológica, que invoca a Deus «*a graça de viver com alegria o mesmo espírito de caridade que levou o vosso Filho a entregar-se à morte pela salvação dos homens*». Cristo morreu para nos salvar e ensina-nos que antes de julgar, devemos acolher e depois formar discípulos missionários para “não se voltar a pecar” (cf. Jo 8, 11), dando memória viva ao futuro.

2. Uma coisa nova

A primeira leitura refere-se à segunda parte do livro profético de Isaías, obra de um profeta anónimo, que a tradição colocou dentro do mesmo livro e por tal se chama, o segundo Isaías. Este profeta cumpriu a sua missão na Babilónia e sente-se portador de uma mensagem divina de consolação, para todos os que olhavam o passado com nostalgia. É um convite a olhar para o futuro «*Olhai: vou realizar uma coisa nova, que já começa a aparecer, não a vedes?*». Deus orienta a história com novidade, fantasia e com admirável providência.

O salmo 125 é um ‘cântico das subidas’, repleto de alegria pelo regresso do exílio na Babilónia. A voz daqueles que sobem para Jerusalém pede ao Senhor que traga a todos de volta e renove a esperança no trabalho da reconstrução do país, para que depois das lágrimas da sementeira venha a alegria da colheita.

São Paulo, transformado pelo encontro vivo e pessoal com Jesus Cristo, considera todas as coisas da sua vida passada como secundárias e até usa o termo «como lixo». Tendo intuído a verdadeira relação com o Deus de Amor, ele não vive concentrado em si mesmo, nos seus sucessos e fracassos, mas só em Cristo. O seu grande desafio é o futuro em Cristo «*Só penso numa coisa: esquecendo o que fica para trás, lançar-me para a frente, continuar a correr para a meta...Cristo Jesus*». Ele é a nossa esperança, que não engana (cf. Rm 5, 5); a coisa nova que transforma.

3. Escadório para o coração pascal

No magnífico escadório do Bom Jesus do Monte onde se sobe até à cruz, simbolizando o caminho espiritual, somos acompanhados pelo elemento vital da água com todos os sentidos e virtudes até à Basílica, qual coração pascal. Aqui no escadório das virtudes a fonte da esperança indica a firmeza e a leveza da paz. A estátua que representa a virtude teologal da esperança é uma mulher com a mão esquerda apoiada numa âncora e a mão direita elevada para o céu com uma pomba.

A fonte e a arca de Noé determinam a força simbólica com duas inscrições: uma sobre a esperança da glória, na base da fonte «*aguardando a nossa bendita esperança, isto é, a manifestação da glória de Jesus Cristo, nosso grande Deus e Salvador*» (Tt 2, 13) e, outra frase sobre a água, símbolo do Batismo, no nicho da fonte «*a arca, na qual poucas, isto é, oito almas [pessoas] foram salvas*» (2Pd 3, 20). Da cruz à luz é um caminho de Páscoa.

O santuário do Bom Jesus do Monte ou “Senhor do Monte” é um lugar de esperança integral e uma comunidade aberta, como escreveu Camilo Castelo Branco: «*seria engodo ao riso andar-me eu aqui abraçando árvores, se alguém me visse. Que o não saibam os tolos, nem os felizes! (...) São as árvores uns grandes livros abertos, onde todos deletamos coisas que não constam da Via-sacra (...) Você sabe que amor eu tenho às árvores*

A realidade hodierna demanda mais que uma mera reação, precisamos de uma resposta das fontes do Evangelho e uma abertura ao admirável dom do Evangelho. O santuário do Bom Jesus do Monte não se reduz a um lugar fantástico – património da humanidade, de turismo internacional, de multicultura e de ecologia global. Este lugar alto beneficia de muitas virtualidades para o sentido autêntico da peregrinação da esperança e da espiritualidade integral para uma cultura de acolhimento, escuta e acompanhamento.

O Bom Jesus do Monte é lugar santo de peregrinação neste Jubileu dos 2025, anos do mistério total de Jesus Cristo. Aqui, numa pastoral integral da fé, esperança e caridade, sentimos que ser peregrinos de esperança nos compromete com a ecologia integral da casa comum da criação. Aqui a pastoral do turismo é tocada pela cultura da esperança, qual presente do futuro. Aqui, os trilhos da conversão ao Evangelho e a oração e vida espiritual ganham dimensão no caminho de Páscoa que juntos gostaríamos de continuar a percorrer juntos.

Recordemos que a fonte se caracteriza por jorrar a água e não para a reter e o escadório do pórtico, o escadório dos cinco sentidos e o escadório das três virtudes não são um fim de linha, mas um subir para descer e prosseguir a viagem no caminho de Páscoa.

† José Manuel Cordeiro

Senhora Mãe da esperança

Basílica dos Congregados, 11 abril 2025

A liturgia e a piedade popular contemplam a Senhora das dores ou da soledade com a metáfora da topografia do coração trespassado. É significativo o gesto ritual que acontece especialmente aqui

na Basílica dos Congregados na conclusão da celebração da vigília pascal – a coroação da imagem da Senhora das dores, retirando uma a uma as sete espadas.

A *Mater dolorosa*, a Mãe com a espada no coração, é o modelo da compaixão, que é fundamental na fé cristã, isto é, um não profundo à indiferença. Com a Virgem Santa Maria, Senhora das dores podemos aprender a autêntica compaixão, a sensibilidade e proximidade face ao sofrimento alheio.

Aos pés do Crucificado, que morre pelos pecadores, ou melhor que morre no meio de dois pecadores, está a Mãe e o discípulo que Ele amava. Aos pés da cruz inicia-se, assim, deste modo surpreendentemente belo, a comunidade dos crentes, a Igreja. «*Não há Maria sem Cristo, nem mariologia sem cristologia*» (J. Moltmann).

Jesus não está sozinho. A Igreja nasce da cruz e nasce como família: «*eis o teu filho; eis a tua mãe*» (Jo19, 26-27). Claro que não se pode excluir que com estas palavras Jesus cumpre um gesto de amor filial para com a sua mãe. Todavia, a Igreja, viu nestas palavras e nestas personagens, um papel representativo: o último ato de Jesus foi um ato fundador da Igreja, na pessoa da mãe e do discípulo.

Aos pés do crucifixo, Maria aparece como a discípula perfeita e modelo de todo o discípulo. «*A fé madura é aquela que sabe ver o esplendor de Deus no rosto do Crucificado*» (B. Maggioni).

Não basta entender a cruz, é preciso partilhá-la. Também não é necessária outra cruz, mas a mesma cruz de Jesus. Por isso, a Igreja, ao longo dos séculos, soube adaptar esta cruz e continua a fazê-lo. Servir Jesus nas pessoas, amando-os.

As dores de Maria são enumeradas pelo número simbólico – sete dores – transmitidas pela piedade popular: a dor da profecia de Simeão, a dor da fuga para o Egito, a dor da perda de Jesus no Templo, a dor do encontro no caminho do Calvário, a dor da morte na cruz, a dor de Jesus morto nos seus braços e a dor do sepulcro fechado.

A poesia canta o coração de Maria: «*Senhora das tempestades e dos mistérios originais / quando tu chegas a terra treme do lado esquerdo*» (M. Alegre).

Na verdade, «à teologia da glória está indivisivelmente ligada a teologia da cruz. Pertence ao servo de Jahvé a grande missão de ser o portador da luz de Deus para o mundo. Mas esta missão cumpre-se precisamente na escuridão da cruz» (Bento XVI).

Henri Du Lubac, no seu livro *Paradoxo e mistério da Igreja*, designa a espiritualidade do sábado santo nestes termos: «...Nietzsche, por um dia, teve razão: Deus morreu, o Verbo deixou de se fazer ouvir no mundo, o corpo foi enterrado e selado o sepulcro, e a alma desceu no abismo sem fundo do schéol».

A Senhora das dores e do silêncio é, por excelência, a Mãe da esperança: «*Senhora de azul vestida, / da cor do mar em bonança, / se em teus braços tens a vida, / em teus olhos mora a Esperança*» (P. Joaquim Alves).

Tempo de tristeza que conduz ao tempo de alegria. A devoção à Senhora das Dores desenvolve-se plenamente na piedade à Senhora dos Prazeres ou da alegria, que se pode celebrar na segunda-feira depois da Oitava da Páscoa. Embora não apareça no atual calendário próprio da Arquidiocese, aprovado em 2024, não significa que não se possa continuar a celebrar onde se considerar pastoral e espiritualmente oportuno.

A esperança, a que nos convoca este Ano Santo Jubilar, é fixar os olhos em Jesus Cristo, ressurreição e vida, que está para lá da morte. Sejamos peregrinos de esperança com Maria e, sobretudo, como Maria, que esperou contra toda a esperança.

Como posso fazer da compaixão o primeiro princípio da ação na minha vida e na vida da minha comunidade

«À vossa proteção nos acolhemos, Santa Mãe de Deus. Não desprezeis as nossas súplicas em nossas necessidades, mas livrai-nos de todos os perigos, ó Virgem gloriosa e bendita».

† José Manuel Cordeiro

Folhas de peregrinação

*Domingo de Ramos na Paixão do Senhor
13 abril 2025*

1. Uma palavra de alento

O profeta Isaías, na primeira leitura desta liturgia, refere-se ao servo sofredor de Javé, que se realiza em Jesus e que vem «dizer uma palavra de alento aos que andam abatidos». Pois, «todas as manhãs Ele desperta os meus ouvidos, para eu escutar, como escutam os discípulos».

A inteira Semana Santa é uma ocasião preciosa para começar de novo. Em que sentido? «Naturalmente para o princípio que sempre foi proposto e vivido, para Jesus Cristo, ontem, hoje e em toda a eternidade, para a sua graça, a única que salva e que nos abre a porta para o Deus vivo» (K. Rahner).

Peregrinar na Esperança é um caminho para um encontro vivo com Jesus Cristo. Eu sou cristão por atração. Na cruz de Jesus está a força de atração. Acreditar é deixar-se atrair na vertical e na horizontal. Há um texto de Goethe que sublinha isto mesmo: «acreditar ou não acreditar: essa é a questão mais profunda na história do mundo, a única e verdadeira questão, e a mais importante de todas».

2. Atravessar a Porta

Os ramos que trazemos conosco e foram benzidos com água que nos evoca o Batismo, convidam-nos a prosseguirmos a peregrinação de esperança. As inúmeras folhas de oliveira, que usamos no expressivo costume litúrgico de Braga da semana santa em frente da porta da Sé primaz, simbolizam o nosso encontro com o Evangelho, a fidelidade e paz do coração.

Em muitos lugares, por exemplo em mosteiros, as pessoas levam os ramos de oliveira benzidos para casa e colocam-nos em alguns

compartimentos junto a uma imagem de Jesus, como o crucifixo, para recordar que ser cristão é seguir Jesus e configurar-se a Ele.

A força simbólica da travessia da porta da Sé recorda de imediato as palavras de Jesus: «*Eu sou a porta, se alguém entrar por Mim, será salvo*» (Jo 10,9). Cristo é a passagem do ser humano para Deus. Por isso, passar a porta da Igreja está cheia de significados e compromissos humanos, sociais, culturais, pastorais, espirituais, sinodais e missionários.

Uma porta é, por um lado, uma realidade que fecha e separa dois lugares; e, por outro lado, que abre e mete em relação e comunicação. Tem além da sua função prática este apelo de passagem, da condição de peregrinos à de contemplativos. A porta é assim uma meta, o termo de uma etapa de um processo de conversão: passar desta vida à vida eterna, da condição de pecador à salvação.

Por isso, atravessamos as portas da Sé Primaz, com o rito peculiar bracarense de a abrir com a Cruz de Jesus Cristo. Na verdade: «*a porta da fé (cf. At 14, 27), que introduz na vida de comunhão com Deus e permite a entrada na sua Igreja, está sempre aberta para nós. É possível cruzar este limiar, quando a Palavra de Deus é anunciada e o coração se deixa plasmar pela graça que transforma. Atravessar esta porta implica embrenhar-se num caminho que dura a vida inteira. Este caminho tem início no Batismo (cf. Rm 6, 4), pelo qual podemos dirigir-nos a Deus com o nome de Pai, e está concluído com a passagem através da morte para a vida eterna, fruto da ressurreição do Senhor Jesus, que, com o dom do Espírito Santo, quis fazer participantes da sua própria glória quantos creem n'Ele (cf. Jo 17, 22)*

» (Bento XVI).

3. Comer esta Páscoa Convosco

As palavras de Jesus antes da última ceia, e consequentemente, antes da sua paixão e morte: «*desejei ardenteamente comer esta Páscoa convosco, antes de padecer*» (Lc 22, 15), atualizam-se no hoje da história da salvação e realçam-se na soleira da Semana Santa ou Semana Maior.

Jesus deixou-se pregar numa cruz, como a maior prova do amor de Deus por nós, «*mas, antes de estender os braços entre o céu e a terra, como sinal indelével da vossa aliança quis celebrar a Páscoa com os seus discípulos*» (Oração Eucarística da Reconciliação I).

Na carta apostólica *Desiderio desideravi*, sobre a formação litúrgica do povo de Deus, o Papa Francisco afirma: «*o conteúdo do Pão partido é a cruz de Jesus, o seu sacrifício em obediência de amor ao Pai*». É disto mesmo que fazemos memória em cada celebração da Eucaristia, o tesouro mais precioso da Igreja.

Jesus sabe que é Ele a Páscoa: «*esta é a novidade absoluta daquela Ceia, a única verdadeira novidade da história, que torna aquela Ceia única e, por isso, “última”, irrepetível*».

A celebração da liturgia e as expressões da piedade popular tão assinaladas nestes dias encorajem e envolvam ainda mais as comunidades cristãs nos sinais da peregrinação de esperança: a paz, a vida, o diálogo, o perdão, a família, a dignidade no trabalho, as pessoas com deficiência, os cuidados continuados, os cuidados paliativos, as vítimas de todos os abusos, os presos, os doentes, os jovens, os migrantes, os idosos, os pobres, o bem-comum.

A Semana Santa, que iniciamos, seja um grande caminho de Páscoa para toda a humanidade. As igrejas estejam de portas abertas e se revalorize a adoração eucarística, aqui na cidade bracarense e na arquidiocese, como está pouco a pouco a acontecer.

† José Manuel Cordeiro

Presbítero, figura de esperança

Missa crismal, 17 de abril de 2025

1. Repletos da grande esperança

Decorrido um ano pastoral que teve como centro da nossa vida diocesana o V Congresso Eucarístico Nacional e nos demandámos como presbitério eucarístico, agradeço de inteiro coração o vosso precioso empenho e consciência diocesana na formação, celebra-

ção e adoração. Seguimos agora o nosso caminho de Páscoa sob o tema da Esperança, o mote do Jubileu que celebramos este ano em toda a Igreja Universal.

Infelizmente, a esperança sempre foi o “parente pobre” das três virtudes teologais, pois a tradição da Igreja sempre se focou mais na fé e na caridade, “esquecendo-se” em certa medida da virtude da esperança. Daqui surgiu também um certo “prejuízo na vida presbiteral”: sobrevalorizou-se a identidade do presbítero enquanto figura de fé e de caridade, ou seja, do presbítero como mestre em doutrina e do presbítero hábil nas obras de misericórdia, e quase se ignorou a sua identidade enquanto “figura de esperança”. Por esta razão, o Jubileu surge como uma oportunidade de recuperarmos este equilíbrio presbiteral, meditando sobre este terceiro aspecto da vida presbiteral.

2. Esperança sólida

Das muitas definições técnicas e poéticas da esperança, São Paulo, ao cruzar a sua formação hebraica com a cultura grega que habitava, decretou o significado cristão desta palavra: a nossa esperança é Jesus Cristo (1Tm 1,1). Se a esperança grega era uma esperança antropológica e incerta, a esperança cristã, na continuidade da esperança hebraica, não é um prognóstico otimista, mas uma relação com Cristo. Sendo Ele a fonte da nossa esperança, podemos agora estar tranquilos, porque esta «esperança não engana» (Rm 5,5).

Se a fé é um convite de Deus endereçado ao ser humano e a caridade é a resposta a esse convite enquanto ação direcionada em prol dos outros (1Jo 4,20), a esperança é, por sua vez, o movimento individual do humano em direção a Deus. Por isso, ser peregrino de esperança não é outra coisa senão o caminhar em direção a Deus e com Deus, como escutávamos e cantávamos no salmo responsorial.

Caso contrário, podemos cair no mesmo erro daquele que é uma das referências principais do nosso ministério: o apóstolo Pedro. Como nos relata uma antiga tradição cristã, após o início

da perseguição aos cristãos no ano 64, Pedro foge apavorado de Roma pela Via Ápia e eis que a certa altura encontra Jesus que vem em sentido contrário. Ao vê-lo, Pedro pergunta: “para onde vais, Senhor?”. E Jesus responde: “vou para Roma para ser crucificado novamente”. Pedro percebe então um princípio estruturante da vida espiritual: às vezes, até podemos estar na estrada certa, mas na direção errada.

É por isso que um presbítero precisa de alimentar a sua esperança. Só uma esperança sólida faz uma fé e uma caridade sólidas, e vice-versa. Com efeito, assim se expressou o nosso santo arcebispo Bartolomeu dos Mártires: *«a boa consciência nada toda ela em esperança; a má consciência afasta a esperança»*. E daqui uma pergunta espiritual para as nossas vidas: se eu não saboreio a esperança, como posso comunicar esta esperança aos outros?

3. Na escola da Esperança

O programa pastoral que Jesus apresenta no Evangelho de hoje (Lc 4,18-19), lido pelo primeiro leitor da Igreja [Jesus], na continuidade da profecia da primeira leitura, é um pequeno “tratado de esperança”. A sua ação não é outra coisa senão o devolver a esperança àqueles que estão aprisionados na sua doença, na sua escravidão, na sua pobreza ou na sua tristeza. Em boa verdade, a esperança cristã não consiste em “ver coisas novas”, mas “ver as coisas de um modo novo”. É esta sabedoria existencial que somos chamados a viver e a anunciar!

A Missa do crisma ou da unção confirma-nos no caminho de Páscoa que juntos realizamos em Jesus Cristo com o sonho de O levar a todos. Este é um exercício permanente: sermos “contemplativos na ação” e não “consumidos pela ação” (P. Kolvenbach). A paciência é a esperança quotidiana.

Na nossa ação pastoral, vários são os areópagos e momentos em que somos chamados diariamente a valorizar esta virtude (cf. *Spe salvi* 32-48). Recordo apenas alguns: sempre que visitamos um doente no hospital, passamos num velório para confortar a família

enlutada, preparamos com ardor a homilia de um funeral (bem como, todas as outras homilias), rezamos a Palavra de Deus e as orações da piedade popular com elementos de esperança, acolhemos com alegria e mestria aqueles que somente vêm “pedir papéis” ao cartório paroquial, celebramos com arte e beleza a liturgia da Igreja, realizamos com frequência o precioso sacramento da santa unção, acompanhamos os pobres e os excluídos com gestos de amor, sentamo-nos sem medo e sem pressa num confessionário para escutar as biografias feridas... no fundo, estamos a ser um farol de esperança para tanta gente desesperada, mesmo sem nos darmos conta disso.

Por esta razão, talvez devamos concordar com J. Moltmann (+2024), conhecido pelo “teólogo da esperança”: a atual crise de fé deriva de uma crise de esperança. Logo, eis o cerne da ação pastoral contemporânea: se anunciamos e testemunharmos a esperança (1Pe 3,15), é muito provável que a fé se reacenda.

4. Testemunho original

Para concluir, o jovem Carlo Acutis, que será canonizado na próxima semana, deixava-nos esta curiosa metáfora citada na exortação apostólica pós-sinodal *Christus vivit*, 106: «*todos nascem como originais, mas muitos morrem como photocópias*» e acrescenta o Papa Francisco: «*não permitas que isso te aconteça*». Na mesma lógica poderíamos reformular: Deus deseja presbíteros originais, não presbíteros que sejam photocópias.

Como sabem, nós só temos um modelo: Cristo-sacerdote (Hb 5,5-6), o nosso Alfa e Ômega, Aquele que é, que era e que há de vir, o Senhor do Universo (cf. 2.^a leitura, Ap 1, 5-8). E a nossa “originalidade” consiste em deixar que Deus molde a nossa vida, de modo que, como descreve a espiritualidade paulina: «*já não sou eu que vivo, mas é Cristo que vive em mim*» (Gl 2,20). A esperança é este espaço intermédio que impede que Deus seja absorvido pelo humano ou que o humano seja anulado por Deus. Sem a esperança, a qual nos direciona para o autêntico horizonte da nossa

estrada, que é Cristo (Tt 2,13), facilmente perdemos a fonte da nossa originalidade, porque passamos a ser “fotocópias” daquilo que o mundo quer, em vez de sermos aquilo que Deus quer.

Que o Tríduo Pascal que iniciaremos esta tarde nas nossas comunidades paroquiais seja vivido com este propósito: celebrarmos o mistério da nossa esperança! E quanto a vós, caros presbíteros: obrigado por serdes um profícuo testemunho de esperança para o Povo de Deus!

† José Manuel Cordeiro

Um coração simplificado

Missa vespertina da Ceia do Senhor, 17 de abril 2025

1. Coração, mãos e pés

Abre-se a celebração do Tríduo Pascal. O significado teológico dos três dias é realçado pelo Catecismo da Igreja Católica, nestes termos: «*Partindo do Tríduo pascal, como da sua fonte de luz, o tempo novo da Ressurreição enche todo o ano litúrgico da sua claridade. Interrumpidamente, dum lado e doutro desta fonte, o ano é transfigurado pela liturgia. É realmente “ano da graça do Senhor”*» (n.º 1168).

Lavar os pés para estar limpos. Um coração cheio de bondade. Coração, mãos e pés andam juntos. «*Deus nunca pode ser compreendido por quem não é puro de coração*» (M. Gandhi). Pensemos no tempo de Jesus e ainda hoje em tantos lugares do mundo, como experimentei nesta Quaresma nas Dioceses de Bafatá e Bissau, a maioria das pessoas andavam e andam de chinelos ou mesmo a pé descalço em caminhos de terra e com muito pó.

Podemos imaginar o embaraço mortal dos discípulos quando Jesus se pôs a lavar-lhes os pés. É um grande mistério. Sim, porque o mistério da encarnação é essencialmente humildade.

2. Eucaristia – teologia da sinodalidade

A Eucaristia é o lugar maior da teologia da sinodalidade. De facto, «*Para muitos fiéis, a Eucaristia dominical é o único contacto com a Igreja: cuidar da sua celebração do melhor modo, com particular atenção à homilia e à “participação ativa” (SC 14) de todos, é decisivo para a sinodalidade. Na Missa, de facto, ela acontece como uma graça concedida do alto, antes de ser o resultado dos nossos esforços: sob a presidência de um e graças ao ministério de alguns, todos podem participar na dupla mesa da Palavra e do Pão. O dom da comunhão, da missão e da participação – os três eixos portadores da sinodalidade – realiza-se e renova-se em cada Eucaristia*

Na verdade, «*a instituição da Eucaristia é, ao mesmo tempo, revelação. Ela nos diz como o crente deva colocar-se em relação a Cristo: não diante d'Ele, mas n'Ele*

A Igreja é chamada a sujar as mãos para lavar os pés de todos, especialmente dos mais pobres e que mais precisam de esperança, para servir o Senhor.

A Arquidiocese, o arciprestado, a paróquia não podem estar centrada em si mesmas, mas orientadas à missão, onde a mobilidade das pessoas cria um “território existencial” em que se desenvolve a vida.

3. Coração ardente

O coração ardente é um poderoso símbolo. A comunidade de fé que se alimenta da Eucaristia é uma comunidade de amor.

Pedro Arrupe comentava: «*tirai Jesus Cristo da minha vida e tudo cairá, como um corpo ao qual se retira o seu esqueleto, o coração e a cabeça*».

O coração de Jesus Cristo é o núcleo vivo do primeiro anúncio.

Não é um Deus que pede sacrifícios. É Deus que se sacrifica por nós. É Jesus a nossa Páscoa. O Verbo fez-se carne e a mesma carne faz-se pão.

† José Manuel Cordeiro

Palavras de Jesus na Cruz

A crise da cruz

As sete palavras de Jesus na Cruz

Uma enorme piedade envolve as sete últimas palavras de Jesus proferidas na cruz e que são palavras da única Palavra de Vida dada na Ressurreição:

1. «Perdoa-lhes, porque não sabem o que fazem» (Lc 23,34)
2. «Hoje estarás comigo no Paraíso» (Lc 23,43)
3. «Mulher, eis o teu filho! Filho, eis a tua mãe!» (Jo 19,26-27)
4. «Meu Deus, meu Deus, porque me abandonaste?» (Mc 15,34)
5. «Tenho sede!» (Jo 19,28)
6. «Tudo está consumado» (Jo 19,30)
7. «Pai, nas tuas mãos entrego o meu espírito» (Lc 23,46)

As primeiras e últimas das sete palavras dirigem-se ao Pai, bem como a quarta palavra, colocada no centro da equação setenária, como grito de abandono e de confiança. Contemplar estas palavras derradeiras juntamente com Maria, Mãe e filha da Igreja é viver o mistério da Cruz com Aquela que é Mãe e Filha do Seu próprio Filho¹. A via-sacra é uma expressão da piedade popular que nasceu no século XIV e continua muito bem acolhida na vida da Igreja.

1. «Perdoa-lhes, porque não sabem o que fazem» (Lc 23,34)

Lucas é o evangelista da misericórdia e do perdão. Aqui narra-se a oração de Jesus ao Pai na hora da crucificação.

¹ Cf. A. M. Cànopi, *Le sette parole di Gesù in croce, Meditazione e preghiera*, Milano 2009, 19.

O perdão é para o futuro, não só para o que passou. O perdão não é um mero sentimento, mas uma decisão e, sobretudo, uma atitude. O perdão constitui um bem mais forte que um mal.

A atitude fundamental é: “eu quero a paz”; “eu quero perdoar”.

Na verdade, «*O perdão dá a vida aos mortos e enche de beleza os feios. O perdão significa que a cruz é a nossa arvore da vida*»². Recomeçar sempre é o caminho feliz da vida, porque a própria vida é feita de recomeços constantes.

Precisamos de olhar para o futuro com esperança num compromisso com uma educação integral, o que significa também saber formar para a justiça e a paz. É necessário ajudar as crianças, os adolescentes e os jovens a desenvolverem uma personalidade de paz, no respeito pela sacralidade da outra pessoa, com a força interior de construir o bem comum, mesmo quando isso custa sacrifício e diálogo, com a reconciliação e o perdão.

Não basta constatar, é necessário e urgente agir e dar memória ao futuro!

Os jovens não podem ficar na varanda ou à janela a olhar para a vida que passa na rua. O Papa Francisco tem repetido que os jovens não podem viver sentados num sofá ou nas bancadas.

Neste mesmo espírito da inteligência da paz, aos embaixadores dos países junto da Santa Sé, o Papa Francisco augurou no dia 8 de janeiro de 2024: «*Por fim, o caminho da paz passa pela educação, que é o principal investimento no futuro e nas gerações jovens. Permanece viva em mim a recordação da Jornada Mundial da Juventude realizada em Portugal no passado mês de agosto. Ao mesmo tempo que volto a agradecer às Autoridades portuguesas, civis e religiosas, o empenho posto na organização, conservo no coração aquele encontro com mais de um milhão de jovens, provenientes de todas as partes do mundo, cheios de entusiasmo e vontade de viver. A sua presença foi um grande hino à paz e o testemunho de que “a unidade é superior ao conflito” e que é “possível desenvolver uma comunhão nas diferenças”*».

² T. Radcliffe, *As sete últimas palavras*, Prior Velho 2010, 23.

A paz nasce de um coração amado e perdoado. Em cada celebração manifesta-se o dom da paz e por isso na sua conclusão somos enviados em missão como edificadores da paz: «*Ide em paz e o Senhor vos acompanhe.*

Uma educação e uma cultura para a paz exige o perdão, como sintetizou lapidamente o bispo anglicano Desmond Tutu: «*não há paz sem perdão*».

«No meio da humanidade dilacerada por divisões e discórdias, reconhecemos os sinais da vossa misericórdia, quando dobrais a dureza dos homens e os preparamis para a reconciliação. Com a força do Espírito Santo moveis os corações, para que os inimigos procurem entender-se, os adversários se deem as mãos e os povos se encontrem na paz e concórdia. Pelo poder da vossa graça, o desejo da paz põe fim à guerra, o amor vence o ódio e a vingança dá lugar ao perdão» (Oração eucarística da Reconciliação II).

2. «Pai, nas tuas mãos entrego o meu espírito (Lc 23,46)

A cruz é o sinal máximo da Misericórdia! É o próprio Senhor Crucificado e Ressuscitado que nos diz da capacidade de fazer misericórdia. Cada um faça o que pode fazer para o bem de todos e de cada pessoa que mais precisa.

Jesus vence na cruz a desolação e entrega-a ao Pai.

O Papa Francisco adverte-nos: «*O caráter social da misericórdia exige que não permaneçamos inertes, mas afugentemos a indiferença e a hipocrisia para que os planos e os projetos não fiquem letra morta. Que o Espírito Santo nos ajude a estar sempre prontos a prestar de forma efetiva e desinteressada a nossa contribuição, para que a justiça e uma vida digna não permaneçam meras palavras de circunstância, mas sejam o compromisso concreto de quem pretende testemunhar a presença do Reino de Deus.*

Podemos, em cada dia, ao cair da noite, fazer um exame de consciência e interrogar-nos sobre o futuro do que fizemos nesse dia. «*Certamente não tem futuro as nossas mesquinhices, as nossas ambições, as nossas durezas, as nossas mentiras, as nossas hipocrisias, as*

nossas cobiças, as nossas superficialidades, os nossos arbítrios. Tem futuro aquilo que conforta a esperança, aquilo que faz estremecer o coração, aquilo que aproxima de Deus, da verdade, da justiça, aquilo que nos torna interiormente livres e transparentes, aquilo que abre os olhos e o coração, aquilo que dilata a visão» (S. Chialà, monge de Bose).

Fazer misericórdia é construir a paz. «*Não existe cristianismo, nem humanidade sem paz. Ou tu és homem [pessoa] de paz, ou não és sequer um homem [pessoa]. Sem paz não é concebível a própria vida: se por vida entendemos um estado harmonioso, um estado de alegria. Tu serás sempre um ser à defesa; quando não te vem de pensar que a melhor defesa é o ataque. É quanto está exposto na clássica fórmula do homo homini lupus [o homem é lobo do homem], à qual se deve contrapor o homo homini deus [o homem é deus do homem] De facto, só quando tu concebes este valor de humanidade como absoluto, esta intangibilidade e sacralidade do homem, tu podes pensar numa possibilidade de paz»* (D. M. Turoldo).

O Papa Francisco na exortação apostólica pós-sinodal *Amoris Laetitiae* escreveu assim: «*Compreendo a angústia de quem perdeu uma pessoa muito amada, um cônjuge com quem se partilhou tantas coisas. O próprio Jesus Se comoveu e chorou no velório dum amigo (cf. Jo 11, 33.35). E como não compreender o lamento de quem perdeu um filho? Com efeito, «é como se o tempo parasse: abre-se um abismo que engole o passado e também o futuro. (...) E às vezes chega-se até a dar a culpa a Deus! Quantas pessoas – comprehendo-as – se chateiam com Deus». «A viuvez é uma experiência particularmente difícil (...). Alguns, quando têm de viver esta experiência, mostram que sabem fazer convergir as suas energias para uma dedicação ainda maior aos filhos e netos, encontrando nesta experiência de amor uma nova missão educativa. (...) Aqueles que já não podem contar com a presença de familiares a quem se dedicar e de quem receber carinho e proximidade, a comunidade cristã deve sustentá-los com particular atenção e disponibilidade, sobretudo se vivem em condições de indigência» (n.º 254).*

(...) «*De forma muito bela, assim se exprime o prefácio da Missa dos Defuntos: «Se a certeza da morte nos entristece, conforta-nos a pro-*

messas da imortalidade. Para os que creem em Vós, Senhor, a vida não acaba, apenas se transforma». Com efeito, «os nossos entes queridos não desapareceram nas trevas do nada: a esperança assegura-nos que eles estão nas mãos bondosas e vigorosas de Deus» (n.º 256).

«Nós adoramos a cruz como símbolo, como sinal dos mistérios, sinal que reenvia ao mistério da salvação. É o próprio Cristo crucificado que na cruz se torna cruz, é o Sumo Sacerdote de braços abertos que nós adoramos e invocamos na cruz» (Odo Casel).

A fé na Cruz é a arte de servir na Esperança com o amor que até é mais forte que a morte!

† José Manuel Cordeiro

A Cruz permanece firme

Sexta-Feira Santa, 18 abril 2025

1. Encarnação e redenção

Ao comemorar o Ano Santo Jubilar dos 2025 anos do mistério da encarnação do nosso Redentor: «dificilmente se pode encontrar uma outra afirmação teológica, na qual o Oriente é assim tão concordante com o Ocidente, como aquela segundo a qual a encarnação aconteceu em vista da redenção da humanidade na cruz» (H. U. von Balthasar).

Toda a vida terrena de Jesus tende para a cruz. Com o tema fundamental da hora de Jesus, o texto passa dos gregos aos crentes. Este termo é essencial na teologia Joanina e indica diversas coisas, mas, a hora derradeira da cruz é o grande mistério de todo o mistério. A hora de Jesus é a grande passagem – a Páscoa. É a grande hora do amor. É ainda a hora de ver o invisível no visível da cruz pascal. E este é o enorme risco da fé.

A porta da fé faz-nos entrar na justiça, na paz e na alegria do Espírito Santo (cf. Rom 14,17) e liberta-nos na suavidade da Graça: «*Ubi fides, ibi libertas*», assim afirmou Santo Ambrósio (340-397). Todavia, nunca esqueçamos que a cruz e a Páscoa são inseparáveis. Em Cristo, não há Páscoa sem cruz e não existe cruz sem Páscoa.

O Cristianismo fundamenta-se numa experiência tocante, qualificante, que muda gente desesperada em testemunhas de uma vida transformada.

2. Caminho pascal

A dimensão contemplativa na Igreja segue um caminho pascal. A vida cristã só tem sentido como vida em Cristo.

Antes de tudo, como declara São Bento na Regra: «*Nada, absolutamente nada antepor a Cristo*». Não antepor o urgente sobre o importante. Tal ensinamento vital é reafirmado por Nicolau Cabasilas: «*Só Ele, de facto, nos inicia nos mistérios e é os mistérios, também só Ele preserva em nós o dom que nos fez e nos dispõe a perseverar naquilo que recebemos, “porque – diz – sem Mim nada podeis fazer” (Jo 15,5)*».

Como é que Jesus se dá a conhecer pela Cruz?

A cruz é a manifestação máxima do amor de Deus. Os escritos joaninos oferecem um testemunho abundante, como este «*não há maior prova de amor que dar a vida pelos amigos*» (Jo 15,13).

Hoje a liturgia reveste-se da cor vermelha, para significar que Jesus Cristo é vencedor, conforme escutamos na narração da paixão segundo o evangelho de São João. Jesus fala da cruz em termos gloriosos. A cruz é glória do amor. Na cruz contemplamos um amor forte. O poder, a fama e a riqueza não entram nesta glória. Só o serviço, a pobreza e a humildade são caminho do amor, do grão de trigo que morre. Deus entregou-se à liberdade dos seres humanos. Todos esperavam um Deus que se impusesse a todos. Deus escolheu o caminho do amor que respeita a liberdade.

3. Impedimentos à Esperança

Há pessoas que já não têm lágrimas para chorar a sua pobreza e os seus sofrimentos.

“Não podemos aceitar que mais de 70% dos doentes continue sem acesso a cuidados paliativos”. Precisamos de elevar mais alto o apelo porque no Portugal de 2025, a maior parte dos adultos e crianças em situação paliativa estão a ser abandonados à sua sorte, ano após ano! Atravessemos – comunidades e governos – a fronteira das justificações que, ano após ano, impedem a esperança e as lícitas expectativas dos doentes e suas famílias.

O Pe. Júlio Fragata S. J., (1920-1985), que foi professor universitário em Braga e Superior Provincial da Província Portuguesa da Companhia de Jesus, era um homem de grande erudição, associada a modéstia e discrição. Antes de ser operado de um cancro no estômago, registou no seu Diário Espiritual: «*Na expectativa de tudo o que me pode acontecer, desejo evitar esbanjar aquilo que mais se esbanja neste mundo, que é o sofrimento. Porque o sofrimento sem amor é um esbanjamento.*»

Na sua morte, Jesus associa a si todas as pessoas, tornando-as filhas de Deus. Um Padre da Igreja, Clemente de Alexandria, repetia muitas vezes: «*viste o teu irmão? Então viste Deus.*»

Queremos ver Jesus? Queremos conhecê-Lo, amá-Lo, segui-Lo, anunciar-Lo e testemunha-Lo com a vida toda? «*Estamos ligados por um laço radical e indestrutível a todos os que sofrem e são excluídos; todos somos chamados a trabalhar para que a salvação chegue a eles em especial. Anunciar significa aqui “dar de comer”, “dar de beber”, “reunir”, “vestir” e “visitar” (Mt 25,34-40), irradiar a glória humilde da fé, da esperança e da caridade para aquele em quem não se acredita, em quem ninguém espera e que não é amado pelo mundo. Anunciar significa fazer resplandecer estas virtudes teologais através da humilhação e do sofrimento, o que só pode vir de Cristo Salvador, e, por conseguinte, dar testemunho dele e ajudar a encontrá-lo. Mas não nos enganemos: estes crucificados da história são Cristo entre nós, no sentido mais forte possível: “foi a mim que*

o fizestes” (Mt 25,40). O Crucificado-Ressuscitado conhece intimamente os sofrimentos deles, e eles conhecem os seus» (CTI 2025, 123).

Que a Igreja de Cristo que vive em Braga depois de O ver, possa levar Jesus aos homens e mulheres nossos contemporâneos e conterrâneos.

A cruz é caminho de Páscoa. Esta ideia está bem sublinhada no lema da Ordem Cartuxa: *stat crux dum volvit orbis* (a cruz permanece firme enquanto o mundo gira). Assim, o compromisso cristão com o mundo tem um paradigma firme e intacto.

Sebastião Alba (1940-2000), um escritor de Braga que nasceu e morreu em Braga, tendo atravessado a cruz da vida e, por fim, optado por viver na rua na nossa cidade (capela de santo Adrião) e peregrino da cidade e do mundo, acompanhado por esferográfica, papel e rádio, escreveu: «*Tudo quanto fizermos de bom é preciso fazê-lo tão bem como se o fizéssemos pela última vez, e nunca mais, na vida, houvesse tempo*».

† José Manuel Cordeiro

Santa Maria do Silêncio

Perguntaram a uma criança: rezas a Deus?

Respondeu com um sorriso e olhos brilhantes: sim, todas as noites.

E que lhe pedes?

Nada. Não lhe peço nada. Apenas lhe pergunto se o posso ajudar alguma coisa.

A história ajuda-nos a entender a oração de Maria, desde a Anunciação até ao Nascimento de Jesus. Ela é uma jovem mulher orante que vive em sintonia com Deus, a perguntar-lhe em que é que o pode ajudar no plano de salvação da humanidade.

À sua volta existe dispersão e ruído, mas Ela faz silêncio para

escutar Deus. Também O louva na alegria. Maria ocupa um lugar privilegiado na história da salvação. Por isso, na Anunciação foi saudada como “a cheia de graça”, cheia de Deus.

Na apresentação de Jesus no templo de Jerusalém, oito dias após o nascimento, o velho Simeão dirigiu-se a Maria, sua mãe, e disse-lhe: «*eis que Ele está aqui para a queda e o ressurgir de muitos em Israel e para ser um sinal de contradição – e uma espada trespassará a tua própria alma – a fim de se revelarem os pensamentos de muitos corações*» (Lc 2, 34-35).

Aos 12 anos, Jesus encontra-se entre os doutores no templo e Lucas escreveu: «*sua mãe conservava todas estas palavras no seu coração*», seguiram-se 18 anos de silêncio.

«*Os mistérios do cristianismo são um todo indivisível. Quem aprofunda um, acaba por tocar em todos os outros. Assim o caminho que parte de Belém procede até ao Gólgota, vai da manjedoura à cruz*» (**Edith Stein**).

A Mater dolorosa, a Mãe com a espada no coração, é o modelo da com-paixão, que é fundamental na fé cristã, isto é, um não profundo à indiferença. Com a Virgem Santa Maria, Senhora das dores podemos aprender a autêntica compaixão, a sensibilidade e proximidade face ao sofrimento alheio.

O poeta Carlos Poças Falcão, guia-nos na contemplação da Mãe do silêncio:

*«Uma espada trespassará teu coração – e ei-la agora,
a Mãe desmoronada, ferida mortalmente
na carne que julgava inabalável, nesse ponto
central de amor, de amor de Mãe, de Mãe de amor,
unida à do Filho a sua dor, agora e sempre.
Não permitimos que se aproximassem.
Mas aprouve-nos ver como se olhavam:
dela como sangue as muitas lágrimas; e Dele
como lágrimas o sangue. Assim se torturaram
a Madre no seu Filho, o Filho em sua Mãe.*

*Esqueceremos que o Logos vive nas santas entranhas?
Que o olhar de Mãe e Filho nos inclui e nos perdoa?» (Via-sacra
do Logos).*

Com a proposta que o Papa Francisco fez ontem no texto da via-sacra em Roma:

«Oremos dizendo: Eis a minha mãe

Maria escuta e fala.	<i>Eis a minha mãe</i>
Maria pergunta e medita.	<i>Eis a minha mãe</i>
Maria sai de casa e viaja com determinação.	<i>Eis a minha mãe</i>
Maria alegra-se e consola.	<i>Eis a minha mãe</i>
Maria acolhe e cuida.	<i>Eis a minha mãe</i>
Maria arrisca e protege.	<i>Eis a minha mãe</i>
Maria não teme julgamentos e insinuações.	<i>Eis a minha mãe</i>
Maria espera e permanece.	<i>Eis a minha mãe</i>
Maria orienta e acompanha.	<i>Eis a minha mãe</i>
Maria não concede nada à morte.	<i>Eis a minha mãe»</i>

† José Manuel Cordeiro

Nova criação

Vigília pascal, 19 de abril de 2025

1. Iniciação batismal

A oração que cantamos sobre a fonte batismal realça a nova criação. Sim, «A Liturgia é feita de coisas que são exatamente o oposto de abstrações espirituais: pão, vinho, azeite, água, perfume,

fogo, cinzas, pedra, tecido, cores, corpo, palavras, sons, silêncios, gestos, espaço, movimento, ação, ordem, tempo, luz. Toda a criação é manifestação do amor de Deus: desde que o mesmo amor se manifestou em plenitude na Cruz de Jesus, toda a criação é atraída por ele. É toda a criação que é assumida para ser posta ao serviço do encontro com o Verbo encarnado, crucificado, morto, ressuscitado, que subiu ao Pai» (Desiderio desideravi, 42).

À Iniciação cristã: «chamamos-lhe, de facto: “nascimento”, “renascimento”, “nova criação” e “sigilo”; e depois também: “imersão”, “veste”, “crisma”; e ainda “dom gratuito”, “iluminação” e “banho”. Todos estes nomes têm um só significado: a iniciação batismal é o princípio do ser naqueles que são e vivem segundo Deus» (Nicolau Cabasilas, séc. XIV).

Os sacramentos do Batismo, da Confirmação e da Eucaristia, chamados ‘sacramentos da Iniciação Cristã’, lançam os alicerces de toda a vida cristã. O termo ‘iniciação cristã’ designa, com efeito, as etapas necessárias através das quais deve passar quem quer entrar na Igreja, para nela prestar culto a Deus em Espírito e verdade (cf. Jo 4, 23-24).

Os sacramentos estão tão ligados entre si, que não se pode tratar um sem tratar os outros dois, salientando-se o rito íntegro da Iniciação Cristã que produz os seus efeitos espirituais na alma: «... Assim a carne é lavada, para que a alma seja purificada; a carne é ungida, para que a alma seja consagrada; a carne é marcada com o sinal da cruz, para que a alma seja fortalecida; a carne é coberta com a sombra da imposição das mãos, para que a alma seja iluminada pelo Espírito; a carne é alimentada com o Corpo e o Sangue de Cristo, para que a própria alma seja saciada de Deus. Não podem, por conseguinte, ser separadas na recompensa aquelas que estiveram unidas na ação». A tese de Tertuliano é a de que os sinais sensíveis do óleo da unção e da água são capazes de conferir um efeito sobrenatural.

A ideia principal subjacente à compreensão sacramental é a de que Deus se comunica e se torna presente, agindo espiritualmente sobre os homens, mediante os elementos materiais.

2. Gente de Primavera

A vigília pascal tem uma elevada carga simbólica: na primavera, a duração do dia já é superior à duração da noite; o precónio pascal anuncia a nova criação; o círio pascal brilha e ilumina a humanidade; o rito do *accendite* acontece no mesmo lugar do canto do precónio, o lugar mais alto a que acedemos junto do altar.

Precisamos de renovar a espiritualidade pascal: «Somos, pois, “gente de primavera”, com um olhar sempre repleto de esperança, a partilhar com todos, porque em Cristo “acreditamos e sabemos que a morte e o ódio não são as últimas palavras” acerca da existência humana. Por isso, do Mistério Pascal, que se realiza nas celebrações litúrgicas e nos sacramentos, tiramos continuamente a força do Espírito Santo, com o zelo, a determinação e a paciência para trabalhar no vasto campo da evangelização do mundo» (Papa Francisco).

A Vigília pascal é como uma maternidade da Igreja. Nesta noite/dia a Igreja dá à luz novos filhos, abrindo-se, ao mesmo tempo, a uma nova fecundidade espiritual. Quando traçamos a cruz no círio pascal gravam-se as letras gregas Alfa e Ómega e os quatro algarismos do ano corrente, dizendo: «Cristo, ontem e hoje, princípio e fim, Alfa e Ómega. A Ele pertence o tempo e os séculos. A Ele a glória e o poder por toda a eternidade. Amen».

3. DAR

Todo o Evangelho, toda a teologia, toda a fé concentra-se nesta palavra. Se te perguntas que coisa significa amar, a resposta segundo o Evangelho está neste humilde verbo: DAR. O Pai deu o Filho, o Filho deu a vida.

Na oração do Pai-Nosso rezamos: «o pão nosso de cada dia nos dai hoje». Dai-nos o pão que faz viver. O amor não se vê, vêem-se os dons. «Amar é querer que o outro exista», escreveu Santo Agostinho.

A Iniciação cristã abre o caminho de Páscoa na Igreja. Cada um dos batizados pode perguntar-se: O que é que eu posso fazer pela Igreja?

Como posso dar a vida, hoje?

† José Manuel Cordeiro

O toque dos sinos pascais

Solenidade da Páscoa, 20 abril 2025

1. Na aurora da Esperança

O Novo Testamento atesta claramente que a cruz e a sepultura de Jesus Cristo só são luminosamente compreendidas à luz do acontecimento da Páscoa, o assento da fé cristã.

Sem a Páscoa não há Igreja. Por isso, o documento final do Sínodo da sinodalidade inicia à luz da Páscoa: «*Cada novo passo na vida da Igreja é um regresso à fonte, uma experiência renovada do encontro com o Ressuscitado que os discípulos experimentaram no Cenáculo na noite de Páscoa. [...] a presença d'Aquele que, ao conceder o Espírito Santo, continua a suscitar no seu Povo uma unidade que é harmonia das diferenças*.

O Evangelho narra a esperança feliz: «*No primeiro dia da semana, Maria Madalena foi de manhãzinha, ainda escuro, ao sepulcro e viu a pedra retirada do sepulcro. Correu então e foi ter com Simão Pedro e com o outro discípulo predileto de Jesus*» (Jo 20,1-2). Os olhos que podem ver são somente os olhos iluminados do coração (cf. Ef 1, 18).

Na verdade: «*Na manhã de Pentecostes, encontramos três discípulos: Maria de Magdala, Simão Pedro, o discípulo que Jesus amava. Cada um deles procura o Senhor à sua maneira, cada um tem o seu papel na aurora da esperança. Maria Madalena é movida por um amor que a leva primeiro ao túmulo. Avisados por ela, Pedro e o Discípulo Amado dirigem-se para o túmulo; o Discípulo Amado corre com a força da juventude, procura com o olhar de quem sente primeiro, mas sabe dar lugar ao mais velho a quem foi confiada a tarefa de guia; Pedro, oprimido por ter negado o Senhor, aguarda o encontro com a misericórdia da qual será ministro na Igreja. Maria permanece no jardim, ouve chamar pelo nome, reconhece o Senhor que a envia para anunciar a sua ressurreição à comunidade dos discípulos. É por isso que a Igreja a reconhece como*

Apóstola dos Apóstolos. A sua dependência recíproca encarna o coração da sinodalidade» (doc. final 13).

O sepulcro aberto e vazio não é, por si mesmo, argumento da Ressurreição, mas são-no as aparições de Páscoa. As aparições do Ressuscitado desembocam na missão.

A crise da Páscoa suscita a aurora da Esperança! Muitas vezes a palavra crise é vista negativamente, mas a origem grega da palavra crise significa passagem, páscoa, processo, pensar, preferir, decidir.

2. Cantar Aleluia

A cruz florida da Páscoa enche de perfume o compasso missionário da Esperança. Cristo ressuscitou! Aleluia!

O toque dos sinos dominicais tem hoje um novo som. Os sinos soam a futuro. Sim, «*Por meio da esperança, Deus nos amamenta, nos nutre, nos fortalece e nos dá consolo nesta vida sofrida. Com esta esperança, cantamos “aleluia”. Vede só a alegria que existe na esperança!*» [...] «*enquanto estamos nesta peregrinação, cantamos o Aleluia como viático que nos alivia; o Aleluia é agora para nós um cântico de viajantes. Avançamos por um caminho cansativo, em direção à pátria tranquila, onde, terminadas todas as nossas ocupações, nada mais nos restará do que o Aleluia. [...] cantemos o Aleluia. Aleluia é o cântico novo. O homem novo canta o cântico novo*» (Santo Agostinho, sermão 255).

3. O espírito pascal

Uma das tentações da Igreja pascal foi a de se tornar uma associação dos antigos discípulos de Jesus. Por isso, fecharam-se na sala de cima, onde aconteceu o Pentecostes pascal. O Espírito Santo liberta os discípulos deste grande risco e projeta-os para a saída em missão.

O Verbo fez-se carne e a carne fez-se Verbo. Jesus Cristo renova a juventude da Igreja envelhecida.

Um hino da liturgia das Horas canta assim: «*Senhor, a vida que nos destes é passagem / até à vossa Páscoa da libertação*».

No Jubileu dos 2025 anos da Encarnação, comemoramos os 1700 anos do I Concílio Ecuménico de Niceia, atual cidade de Íznik, na Turquia. Este Concílio foi importante para o combate às heresias que negavam a divindade de Jesus, dele surgindo as primeiras formulações do Símbolo da Fé, comumente conhecido por Credo, sendo também aqui que se definiu a data da Páscoa. Felizmente, este ano a data da Páscoa, é a mesma para as Igrejas do Oriente e para as Igrejas do Ocidente, tal como acontecia no séc. IV. Queira Deus que se volte a uma data comum para a celebração da Páscoa em todas as Igrejas Cristãs.

Que o compasso pascal nos confirme peregrinos de esperança no caminho de Páscoa e o “beijar a cruz” nos conceda a paz do coração.

† José Manuel Cordeiro

Esperança com ternura

Sé Primaz, 23 de abril de 2025

1. Tudo é graça!

Juntos, damos graças a Deus pelo dom grande da vida e do ministério petrino do Papa Francisco. Ele, como São Pedro, o apóstolo de Jesus Cristo, continua a exortar aos cristãos de todos os tempos a viverem o dom gratuito da fé em todas as circunstâncias existenciais com alegria e esperança, porque «*o Deus que é todo graça e vos chamou em Jesus Cristo à sua eterna glória, há-de restabelecer-vos e consolidar-vos, tornar-vos firmes e fortes*» (1Pd 5, 10). Em Deus a vida nunca morre.

Deus é todo graça e quem se sente amado por Ele vive a vida como graça recebida. O Papa Francisco usava com muita frequência nos encontros pessoais esta expressão: «*tudo é graça*» e tem uma ideia plural da realidade, recordando-nos que «*quem crê, vê e nunca está sozinho*». É a confiança de saber, como S. Paulo: «*basta-te a minha graça*» (2Cor 12,9). Pela graça recebida gratuitamente temos de dar profunda ação de graças.

A alegria da esperança com ternura é um distintivo do pontificado do Papa Francisco I nos textos do seu magistério e, recordamos alguns: *Evangelii Gaudium* – a alegria do Evangelho (2013); *Laudato Si'* (2015); *Amoris Laetitia* – a alegria do amor (2016); *Gaudete et Exsultate* – Alegrai-vos e exultai (2018); *Christus vivit* – Cristo vive; *Fratelli Tutti* (2020); *Dilexit Nos* – Amou-nos (2024).

Lembramos ainda aqueles verbos que o Papa Francisco inventou e com os quais trouxe dinamismo a uma “Igreja em saída”: “primeirar” e “misericordiar”.

Como não lembrar, neste homem dos sinais, os gestos de ternura, proximidade e misericórdia até ao fim do fim: a sinalidade; o olhar a partir das periferias existenciais; a ecologia integral, a cultura da transparéncia; os pobres, os migrantes, o povo santo de Deus, a formação litúrgica, o discernimento, os jovens, os presos, os idosos, os doentes, sobretudo o sofrimento oferecido a Deus «*pela paz no mundo e pela fraternidade entre os povos*» (testamento).

Na praça de São Pedro apresentou-se e pediu a bênção ao povo de Deus a 13 de março de 2013 e, na mesma praça se despediu e abençoou na Páscoa comum a todas as Igrejas do Oriente e do Ocidente, a 20 de abril de 2025.

2. Eucaristia, Páscoa sempre nova

A narrativa de Emaús acontece no dia de Páscoa. Hoje, a Liturgia da Igreja proclama este mesmo texto. A Eucaristia é o santíssimo Sacramento, isto é, o sacramento dos sacramentos. A fé que nasce e renasce da Páscoa faz todo o sentido, quando nos

torna mais irmãos e cidadãos mais ativos, para se realizar a justiça e a paz, o perdão e o amor.

O 5.º Congresso Eucarístico Nacional (CEN) em Braga, de 31 de maio a 2 de junho de 2024, foi vivido sob o tema: «*Partilhar o Pão, alimentar a Esperança. “Reconheceram-n’O ao partir o Pão” (Lc 24,35)*». A Eucaristia é o coração do coração da Igreja em oração.

Sim, «apenas na adoração, só diante do Senhor, é que recuperamos o gosto e a paixão pela evangelização. E, curiosamente, perdemos a oração de adoração; e todos, sacerdotes, bispos, consagradas, consagrados têm de a recuperar: recuperar aquele permanecer em silêncio diante do Senhor» (Papa Francisco, Lisboa, 2 agosto 2023).

Em Emaús, no dia de Páscoa, os apóstolos reconheceram Jesus ressuscitado, ao partir do pão. Só à luz da Páscoa podemos celebrar e viver a Eucaristia. A partir da Eucaristia a Igreja faz-se sinodal, samaritana e missionária.

O partir do pão é o próprio Cristo que é partido no pão da Eucaristia, da caridade, no encontro com os pobres, os mais vulneráveis, mais frágeis, com todas as necessidades do mundo em que vivemos para que tenhamos este sentido de plenitude e sejamos capazes, à luz das Escrituras, reconhecer-lhos em todas as pessoas e situações da comunidade neste tempo tão complexo e delicado.

3. A potência da alegria de Páscoa

Na verdade, antes de «partir o pão», Cristo «começando por Moisés e seguindo por todos os Profetas, explicou-lhes, em todas as Escrituras, tudo o que lhe dizia respeito» (Lc 24,27). O sinal luminoso é a celebração da Eucaristia.

O ícone evangélico, segundo a narração lucana, atinge o seu vértice quando o desconhecido peregrino, ou melhor, Cristo peregrino que não reconheceram logo, sentando-se à mesa com os dois discípulos desiludidos com o fim trágico de Jesus de Nazaré, «tomou o pão, pronunciou a bênção e, depois de o partilhar, entregou-lho. Então, os seus olhos abriram-se e reconheceram-no».

Jesus Cristo, o Ressuscitado, manifesta-se vivo com o mesmo gesto (*fractio panis*), o grande gesto que realizou na noite da instituição da Eucaristia.

Na celebração litúrgica, a Palavra torna-se presente e opera em nós, graças à abertura da fé: «Não nos ardia o coração, quando Ele nos falava pelo caminho e nos explicava as Escrituras?». É a alegria da Páscoa que arde no coração.

O sepulcro aberto proclama a alegria da presença viva e ressuscitada de Cristo e a Igreja pede-Lhe incessantemente: «*Fica connosco, Senhor*», para que seja sempre Hoje.

O tema do caminho está sempre presente na evangelização. A fé dos discípulos nasce no caminho, que não é apenas geográfico, mas é espiritual e atravessa a desilusão, o desalento, as dúvidas, o vazio, a desconfiança da sua peregrinação na história. Na verdade, a fé em Cristo ressuscitado dá origem a uma nova presença cristã, ou seja, um caminho de peregrinação no temor e na esperança, próprio de quem está fora da pátria como estrangeiro residente.

Os discípulos passaram da (de)missão à missão de evangelizar. Este continua a ser o grande desafio! Ensinar o Evangelho, significa apresentar sinais e chaves interpretativas para o viver. Ninguém o pode fazer se o não viver primeiro.

Concluo com as palavras da última homilia do magistério do Papa Francisco no Domingo de Páscoa: «*O Jubileu convida-nos a renovar em nós mesmos o dom desta esperança, a mergulhar nela os nossos sofrimentos e as nossas inquietações, a contagiar aqueles que encontramos no caminho, a confiar a esta esperança o futuro da nossa vida e o destino da humanidade. Por isso, não podemos estacionar o nosso coração nas ilusões deste mundo, nem o fechar na tristeza; temos de correr, cheios de alegria. Corramos ao encontro de Jesus, redescubramos a graça inestimável de ser seus amigos. Deixemos que a sua Palavra de vida e verdade ilumine o nosso caminho. Como dizia o grande teólogo Henri de Lubac, “bastar-nos-á compreender isto: o cristianismo é Cristo. Verdadeiramente, não há nada mais do que isso. Em Cristo temos tudo” (Les responsabilités doctrinales des catholiques dans le monde d'aujourd'hui, Paris 2010, 276).*

Na verdade, o Papa Francisco afirmava a convicção da alegria da esperança: «*a fé cristã ou é encontro com Ele vivo, ou não é.*

Juntos, em processo sinodal dinâmico, seremos capazes de continuar a imaginar um futuro diferente para a Igreja Bracarense: alegria contagiante, escuta acolhedora, portas abertas, mãe que busca os seus filhos, centrada no Evangelho, discípula missionária, formação permanente, comunhão pastoral.

A Santa Maria de Braga, Mãe da Igreja, aos santos arcebispos e aos santos e beatos do próprio bracarense, confiamos o nosso querido Papa Francisco.

† José Manuel Cordeiro

Alexandrina, mulher de esperança

25 de abril de 2025

1. Aleluia, o nosso cântico

Continuamos a viver a oitava da Páscoa, e por isso continua a ressoar no nosso coração o anúncio jubiloso da noite da santa Vigília: o Senhor ressuscitou, aleluia! E ainda que a notícia da morte do Papa Francisco nos tenha surpreendido, ela não diminui a alegria pascal. Como disse São João Paulo II, também falecido na oitava da Páscoa: «*Somos o povo da Páscoa, e Aleluia é o nosso cântico*». Assim, acreditamos que com o Papa Francisco acontece páscoa, passagem desta vida para a vida de Deus.

Jesus Ressuscitou e apareceu aos discípulos e, como nos diz o texto do evangelho de hoje, esta era já a terceira vez que Cristo

se lhes manifestava. Contudo, para os discípulos o apelo para voltar ao passado era forte. Perante o extraordinário evento da ressurreição, que eles inicialmente não compreenderam, regressam àquilo que lhes dava segurança: a profissão antiga, a pesca. Podemos ver o contraste entre o evangelho e a primeira leitura: no evangelho vemos os discípulos fechados sobre si mesmos, com medo. Na primeira leitura vemos Pedro e João a falar, sem qualquer receio, perante os chefes do povo judeu dizendo: «*É em nome de Jesus Cristo, o Nazareno, que vós crucificastes e Deus ressuscitou dos mortos, é por Ele que este homem se encontra perfeitamente curado na vossa presença.*»

2. Esperança e coragem

Reconhecer Cristo Ressuscitado transforma a vida, dá-nos esperança e coragem. Foi isso que aconteceu com Pedro, com João e com tantos homens e mulheres ao longo dos séculos. Foi isso o que aconteceu com Alexandrina, que nas vicissitudes da vida, nomeadamente na doença, foi capaz de ver com os olhos da fé, colocando-se ao serviço d'Aquele que nos salva. E Cristo salva vivendo connosco o que a vida nos dá: alegrias e tristezas, esperanças e sofrimentos. A ressurreição de Jesus não é a promessa de uma vida fácil e sem problemas; é, sim, a promessa de que em todos os momentos da vida, quer bons quer maus, temos o Senhor a caminhar ao nosso lado.

As aparições do ressuscitado aos discípulos são uma catequese para nós: elas mostram-nos que é no quotidiano da vida que devemos procurar o Mestre. E Cristo está connosco quando nos reunimos e celebramos a Eucaristia. Cristo está onde está cada ser humano que pratica o bem; Cristo está nos humildes, nos carenciados, nos simples, nos que vivem para amar e se deixam amar por Deus.

3. Mulher transformada em “eucaristia”

É por isso que aqui nos reunimos hoje: Alexandrina foi mulher simples, humilde, disposta a encontrar Cristo, e por isso nela podemos ver alguém que se deixou transformar pela ressurreição de Cristo.

O mesmo convite é feito a cada um de nós: anunciar, sem medo, Cristo ressuscitado nos gestos e palavras do quotidiano da vida, levando Jesus a todos e todos a Jesus.

A celebração da Eucaristia prolonga-se na vida e na adoração eucarística com o culto eucarístico fora da Missa.

Da celebração à adoração e à caridade gratuita na vida é o percurso da nossa fé, como costumava dizer um jovem que morreu há cem anos, com 24 anos, o Beato Pier Giorgio Frassati (1901-1925): «*Jesus visita-me todas as manhãs na comunhão e eu retribuo do mísero modo que posso, visitando os pobres*».

O Papa Francisco na oração de Vésperas no Mosteiro dos Jerónimos, Lisboa 2 de agosto de 2023 indicou vivamente: «*Mas, para nos firmos dia a dia no Senhor e na sua Palavra, não bastam palavras, é necessária muita oração. Gostaria de fazer aqui uma pergunta, mas cada qual responde no seu íntimo: Como rezo eu? Como um papagaio, blá, blá, blá, ou adormentando-me diante do Sacerdócio, porque não sei como falar com o Senhor? Rezo? Como rezo? Apenas na adoração, só diante do Senhor, é que recuperamos o gosto e a paixão pela evangelização. E, curiosamente, perdemos a oração de adoração; e todos, sacerdotes, bispos, consagradas, consagrados têm que a recuperar: recuperar aquele permanecer em silêncio diante do Senhor*».

E numa carta que me dirigiu no dia 16 de abril de 2021, a propósito da vigésima quinta peregrinação nacional dos acólitos a Fátima, o Papa Francisco escreveu: «... Para isso põe todo o entusiasmo da tua idade no encontro com Jesus escondido sob o véu eucarístico. Oferece a Jesus as tuas mãos, os teus pensamentos e o teu tempo, e Ele não deixará de te recompensar, concedendo-te a alegria verdadeira e fazendo-te sentir onde se encontra a felicidade mais completa. Tens o exemplo dos Santos que encontraram na Eucaristia o alimento para o seu caminho de perfeição, senão mesmo da sua vida corporal: nunca ouviste falar da Beata Alexandrina de Balazar? Catorze anos alimentando-se apenas da Comunhão... Quantas vezes eles se comoveram até às lágrimas na experiência de tão grande mistério: que o diga o Santo Cura d'Ars. Viveram horas indescritíveis de alegria diante do Santíssimo Sacramento,

como o pastorinho de Fátima, São Francisco Marto, que escolheste para modelo e protetor celeste».

A beata Alexandrina interceda pelo nosso querido Papa Francisco na hospitalidade do céu. A nós, que peregrinamos juntos na esperança, o Senhor nos conceda a coragem e a confiança no caminho de Páscoa.

† José Manuel Cordeiro

Sê original

II domingo da Páscoa, 27.04.2025

1. Oito dias depois, veio Jesus...

A grande tradição da Igreja chama a este domingo o «domingo *in albis*» (o domingo em vestes brancas). De facto, os baptizados na vigília pascal traziam a veste branca durante toda a semana de Páscoa e no segundo domingo tiravam-na. Hoje, este dia é enriquecido com um nome novo, domingo da divina misericórdia. No entanto, os textos bíblicos da Liturgia da Palavra desenvolvem o tema da fé na ressurreição que se manifesta na comunidade de Jesus.

O texto evangélico narra o que os crentes são chamados a aprofundar a sua fé à luz das aparições de Jesus aos doze e a Tomé. Os elementos principais desta aparição são: a saudação, a missão e o dom do Espírito. A saudação de Jesus «*A paz esteja convosco*» é, propriamente, uma constatação da realização da sua paz. A missão dos discípulos não consiste apenas em anunciar a morte e a ressurreição de Cristo, mas também em continuar a missão que o Pai confiou a Cristo. O terceiro elemento da aparição é o dom do Espírito, o qual é dado aos discípulos para que se cumpra a nova criação. É neste contexto que Tomé exprime a máxima confissão de fé de todo o Novo Testamento. Ele dirige-se a Jesus como o

antigo israelita se dirigia a Yahweh, isto é, como o Senhor (Yahweh) e Deus (Elohim). A bem-aventurança que se segue à confissão de fé ilustra bem o facto extraordinário da aparição do crucificado-reressuscitado; o chamamento da comunidade para acreditar através da escuta e o valor do anúncio do Evangelho: «...felizes os que acreditam sem terem visto». Tudo acontece ao domingo «na tarde daquele dia, o primeiro da semana...Oito dias depois...».

2. Milagre da Esperança

A Igreja, neste oitavo dia da Páscoa, recorda o grande dom do Batismo, do Espírito e do sangue de Cristo.

A primeira leitura apresenta um dos sumários do livro dos Atos dos Apóstolos, que têm como objetivo sintetizar a vida da comunidade nascente. O texto escolhido pela Liturgia refere-se aos milagres operados pelos Apóstolos, sublinhando que o poder divino manifesto em Jesus continua a operar na Igreja, porque os homens e as mulheres são libertados e são restituídos à plena vida e dignidade na sociedade e na história.

A luz da ressurreição torna visível o que parecia escondido pelo pecado. A expressão «dia do Senhor», que escutamos na segunda leitura, indica uma intervenção particular de Deus na história e designa a comemoração do triunfo pascal e o anúncio da parusia que os cristãos já celebram no domingo, o dia do Senhor e da sua Igreja.

O encontro com o Ressuscitado transfigura o coração e a razão e lança-nos um enorme desafio: «não chega só pregar sobre ti, meu Deus, dar-te a conhecer aos outros, desenterrar-te dos corações dos outros. É preciso abrir nos outros o caminho que conduz a ti, meu Deus, e para isso é necessário ser um grande conhecedor da índole humana» (Etty Hilesum).

3. Originais e não fotocópias

O Papa Francisco em 2021 escreveu-me uma carta, enquanto presidente da comissão episcopal de liturgia e espiritualidade, a

propósito da vigésima quinta peregrinação nacional dos acólitos a Fátima: “Sê santo”: é a primeira coisa que te pede Jesus. E a segunda: “sê original”. [...], como te escrevi em 2019 na Exortação apostólica *Cristo vive*, «não serás santo nem te realizarás, copiando os outros. Quando se fala em imitar os Santos, não significa copiar o seu modo de ser e de viver a santidade: há testemunhos que são úteis para nos estimular e motivar, mas não para procurarmos copiá-los, porque isso poderia até afastar-nos do caminho, único e específico, que o Senhor predispôs para nós. Tens de descobrir quem és e desenvolver o teu modo pessoal de seres santo, independentemente daquilo que digam e pensem os outros. Fazeres-te santo é tornar-te mais plenamente tu próprio, aquele que Deus quis sonhar e criar, não uma fotocópia. A tua vida deve ser um estímulo profético que sirva de inspiração para os outros, que deixe uma marca neste mundo, aquela marca única que só tu poderás deixar. Ao passo que, se copiares, privarás esta terra e também o Céu daquilo que mais ninguém poderá oferecer no teu lugar». Enfim, [...], sê santo, sê original! “Todos nascem como originais, mas muitos morrem como fotocópias”: observava o Beato Carlos Acutis. Queria ele dizer que, “embora parecendo diferentes, na verdade acabam por ser iguais aos outros, correndo atrás do que os poderosos lhes impõem através dos mecanismos de consumo e aturdimento. Assim, não deixam brotar os dons que o Senhor lhes deu, não colocam à disposição deste mundo as capacidades tão pessoais e únicas que Deus semeou em cada um”. Por favor, [...], não te deixes cair na mediocridade, que rebaixa e nos torna cinzentos. Mas a vida não é cinzenta, a vida deve apostar em grandes ideais. Não sigas pessoas negativas, mas continua a irradiar à tua volta a luz e a esperança que vêm de Deus! Como sabes, esta esperança não desilude; nunca desilude! Com Deus, nada se perde, mas sem Ele tudo está perdido. Não tenhas medo, pois, de lançar-te nos braços do Pai do Céu, e confiar n’Ele, que providenciará fazer de ti o santo original que Ele quer».

† José Manuel Cordeiro

Atividades pastorais

abril/2025

- 1 - 10h00 – Ig. da Teresinhas Missa 175.^º aniv.
Asilo de S. José
- 3 - 21h00 – Congregados – Via Sacra pastoral universitária
- 5 - 10h30 – Palácio do Raio – Conferências Rusgueiras é: “Entre a vida e a morte: - Crença, culto(s) e assistência”
- 6 - 15h00 – Santa Cruz – Peregrinação penitencial ao Bom Jesus
16h00 – Sé – Peregrinação jubilar do Arc. de Celorico de Basto -D. Delfim
- 10 - 20h00 – Ig. de S. Marcos – Apresentação de livro do Pe. Vítor Emanuel
- 11 - 18h00 – Congregados – Festa da Sra. das Dores
- 12 - 11h30 – Sé – Missa do envio da Cruz para o Brasil
- 13 - 10h30 – Seminário/S – Missa de Ramos
11h00 – S. Pedro de Rates – Domingo de Ramos – D. Delfim
17h00 – Irmandade de Santa Cruz – Procissão Passos
21h15 – S. Lázaro – Vigília Oração Taizé/ 2.^º Encontro Jubilar
- 15 - 21h00 – Valdozende – Celebração ecuménica
- 17 - 10h00 – Sé – Missa Crismal – D. José e D. Delfim
16h00 – Sé – Missa vespertina da Ceia do Senhor
21h00 – Ig. Misericórdia – Procissão Ecce Homo
21h30 – Famalicão – Procissão Ecce Homo – D. Delfim
- 18 - 10h00 – Sé – Laudes e Confissões
15h00 – Sé – Celebração da Paixão do Senhor

- 21h30 – Sé – Procissão do Enterro do Senhor
21h30 – Famalicão – Procissão do Enterro do Senhor
19 - 10h00 – Sé – Laudes e Confissões
21h00 – Sé – Vigília Pascal
20 - 11h30 – Sé – Missa do Domingo de Páscoa
21 - 11h30 – Fiscal – Compasso Pascal
22 - 18h00 – Santa Senhorinha – Festa de Santa Senhorinha de Basto
25 - 10h00 – Balasar – Festa da Beata Alexandrina
26 - 11h00 – Espoende – Visita a biblioteca
27 - 10h30 – Duas Igrejas - VV – Missa da canonização de Carlo Acutis
16h00 – S. Paio de Antas – 900 anos da igreja paroquial
- 28 abr a
1 maio - Fátima – Assembleia Plenária – D. José e D. Delfim

Decreto de aprovação de estatutos

*D. José Manuel Garcia Cordeiro promulgou de-
cretos que aprovam os estatutos de:*

CÁRITAS ARQUIDIOCESANA DE BRAGA, sedeado na paróquia de São João do Souto, Concelho de Braga, Arciprestado de Braga e Arquidiocese de Braga, requerido a revisão dos seus estatutos de acordo com o Cânone 117;

Atendendo a que foram seguidos os trâmites exigidos e examinados os Estatutos, integrados no Processo n.º 204 / 2025 da Cúria Arquiepiscopal de Braga, nada obstando ao deferimento que foi requerido;

D. JOSÉ MANUEL GARCIA CORDEIRO, por mercê de Deus e da Santa Sé Apostólica, Arcebispo de Braga e Primaz das Espanhas, dando cumprimento ao Cânone 314, aprova os **ESTATUTOS do CÁRITAS ARQUIDIOCESANA DE BRAGA**, Concelho de Braga, Arciprestado de Braga e Arquidiocese de Braga, pelos quais se há-de reger de ora em diante, que constam de trinta e oito Artigos, distribuídos por quatro capítulos, exarados em dezassete páginas (incluído o averbamento) autenticadas com o timbre da Cúria Arquiepiscopal de Braga.

Para memória se outorga o presente Decreto, que vai assinado pela autoridade canónica competente e autenticado com o selo branco da Arquidiocese.

O acto fica registado na Cúria Arquiepiscopal na Secção das Pessoas Jurídicas.

Braga, Cúria Arquiepiscopal, 01 de abril de 2025.

IRMANDADE DE SANTA CRUZ, sedeada na paróquia de São João do Souto, Concelho de Braga, Arciprestado de Braga e Arquidiocese de Braga, requerido a revisão dos seus estatutos de acordo com o Cânone 117;

Atendendo a que foram seguidos os trâmites exigidos e examinados os Estatutos, integrados no Processo n.º 100 / 2025 da Cúria Arquiepiscopal de Braga, nada obstante ao deferimento que foi requerido;

D. JOSÉ MANUEL GARCIA CORDEIRO, por mercê de Deus e da Santa Sé Apostólica, Arcebispo de Braga e Primaz das Espanhas, dando cumprimento ao Cânone 314, aprova os **ESTATUTOS da IRMANDADE DE SANTA CRUZ**, Concelho de Braga, Arciprestado de Braga e Arquidiocese de Braga, pelos quais se há-de reger de ora em diante, que constam de sessenta e um Artigos, distribuídos por dez capítulos, exarados em trinta e uma páginas (incluído o averbamento) autenticadas com o timbre da Cúria Arquiepiscopal de Braga.

Para memória se outorga o presente Decreto, que vai assinado pela autoridade canónica competente e autenticado com o selo branco da Arquidiocese.

O acto fica registado na Cúria Arquiepiscopal na Secção das Pessoas Jurídicas.

Braga, Cúria Arquiepiscopal, 08 de abril de 2025.

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE AVIDOS, sedeado na paróquia de São Martinho de Avidos, Concelho de Vila Nova de Famalicão, Arciprestado de Vila Nova de Famalicão e Arquidiocese de Braga, requerido a revisão dos seus estatutos de acordo com o Cânone 117;

Atendendo a que foram seguidos os trâmites exigidos e examinados os Estatutos, integrados no Processo n.º 243 / 2025 da Cúria Arquiepiscopal de Braga, nada obstando ao deferimento que foi requerido;

D. JOSÉ MANUEL GARCIA CORDEIRO, por mercê de Deus e da Santa Sé Apostólica, Arcebispo de Braga e Primaz das Espanhas, dando cumprimento ao Cânone 314, aprova os **ESTATUTOS do CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE AVIDOS**, Concelho de Vila Nova de Famalicão, Arciprestado de Vila Nova de Famalicão e Arquidiocese de Braga, pelos quais se há-de reger de ora em diante, que constam de trinta e nove Artigos, distribuídos por seis capítulos, exarados em vinte e uma páginas (incluído o averbamento) autenticadas com o timbre da Cúria Arquiepiscopal de Braga.

Para memória se outorga o presente Decreto, que vai assinado pela autoridade canónica competente e autenticado com o selo branco da Arquidiocese.

O acto fica registado na Cúria Arquiepiscopal na Secção das Pessoas Jurídicas.

Braga, Cúria Arquiepiscopal, 15 de abril de 2025.

Provisões a corpos gerentes

D. José Manuel Garcia Cordeiro assinou provisões que aprovam os corpos gerentes de:

CONFRARIA DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO, associação pública de fiéis, sita na Paróquia de São Paio de Vilar de Figos, Arciprestado de Barcelos, Concelho de Barcelos e Arquidiocese de Braga; constituídos por:

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: Porfírio Gomes da Silva

Secretários: Manuel Carvalho da Costa

Márcio António Lomba Gomes

MESA ADMINISTRATIVA

Presidente: Arlindo Lomba Miranda

Secretário: Rui Miguel Oliveira Miranda

Tesoureiro: Joaquim Faria Oliveira

Vogais: Maria de Fátima Gomes Costa Miranda

Carlos André Silva Ferreira

CONSELHO FISCAL

Presidente: Manuel da Ponte Miranda

Vogais: Manuel Assunção da Silva Amorim

António Figueiredo Loureiro

ÓRGÃO DE VIGILÂNCIA:

P.e Paulo Sérgio das Neves Flores

Esta homologação é válida de 17 de março de 2024 até 14 de março de 2027. E, para constar, se outorga esta Provisão, registada sob o nº A10074 / 2025.

Esta provisão é emitida, excepcionalmente, tendo em conta razões apresentadas.

Braga, Cúria Arquiepiscopal, 01 de abril de 2025.

CONFRARIA DE NOSSA SENHORA DA ESPERANÇA, associação pública de fiéis, síta na Paróquia de Santa Cristina da Pousa, Arciprestado de Barcelos, Concelho de Barcelos e Arquidiocese de Braga; constituídos por:

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: José António Pereira Costa

Secretários: Luísa Paula Gomes Fernandes
João Joaquim Araújo Matos

MESA ADMINISTRATIVA

Presidente: Patrícia Andreia Martins Loureiro

Secretário: Carlos Alberto Eira da Costa

Tesoureiro: Manuel Coelho Loureiro

CONSELHO FISCAL

Presidente: António Florindo Gomes de Freitas

Vogais: José Carvalho Ferreira
Maria Augusta Almeida Sousa

ÓRGÃO DE VIGILÂNCIA:

P.e João Batista Conde

Esta homologação é válida de 23 de março de 2025 até 23 de março de 2029. E, para constar, se outorga esta Provisão, registada sob o nº A10149 / 2025.

Braga, Cúria Arquiepiscopal, 01 de abril de 2025.

INSTITUTO DIOCESANO DE APOIO AO CLERO (IDAC), sítio na Paróquia de São Vítor, Arciprestado de Braga, Concelho de Braga e Arquidiocese de Braga; constituídos por:

DIREÇÃO

Presidente: P.e Jorge Filipe Vilaça Barbosa
Secretário: P.e Pedro Joaquim Antunes
Tesoureiro: P.e Miguel Paulo Carvalho Simões
Vogais: P.e Manuel Sá Ribeiro
 P.e António Loureiro Lopes

CONSELHO FISCAL

Presidente: Cón. Vítor José Novais
Secretário: P.e Daniel de Sousa Neves
Vogal: P.e José Miguel da Silva Neto

Esta homologação é válida de 01 de abril de 2025 a 27 de outubro de 2026. E, para constar, se outorga esta Provisão registada com o n.º FIPSS20204 / 2025.

Braga, Cúria Arquiepiscopal, 01 de abril de 2025.

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE AGUÇADOURA,
 sito na Paróquia de Nossa Senhora da Boa Viagem de Aguçadoura,
 Arciprestado de Vila do Conde / Póvoa de Varzim, Concelho de
 Póvoa de Varzim e Arquidiocese de Braga; constituídos por:

DIREÇÃO

Presidente: P.e Paulo Sérgio Rodrigues da Silva
Vice-Presidente: Maria da Conceição de Sá Moreira
1º Secretário: Hildeberto Amorim Lino
2º Secretário: José Alberto Torres Escrivães Coelho
Tesoureiro: Manuel Joaquim Ferreira Santos Craveiro

CONSELHO FISCAL

Presidente: Hélder Domingos Mineiro Longras
Secretário: José Ferreira da Costa
Vogal: António Manuel Moreira Andrade

Esta homologação é válida de 08 de abril de 2025 a 24 de outubro de 2027. E, para constar, se outorga esta Provisão registada com o n.º FIPSS20063 / 2025.

Braga, Cúria Arquiepiscopal, 08 de abril de 2025.

CENTRO SOCIAL DE SÃO PEDRO DE AZURÉM, sito na Paróquia de São Pedro de Azurém, Arciprestado de Guimarães e Vizela, Concelho de Guimarães e Arquidiocese de Braga; constituídos por:

DIREÇÃO

Presidente: P.e Manuel Ribeiro Alves

Secretário: José Carlos de Oliveira Teixeira Pinto

Tesoureiro: António Freitas Cardoso

CONSELHO FISCAL

Presidente: Manuel de Macedo Fernandes

Secretário: Carlos Alberto Batista Ribeiro

Vogais: Clemente da Silva Costa

Esta homologação é válida de 08 de abril de 2025 a 08 de abril de 2029. E, para constar, se outorga esta Provisão registada com o n.º FIPSS20217 / 2025.

Braga, Cúria Arquiepiscopal, 08 de abril de 2025.

CONFRARIA DE SANTA HELENA, associação pública de fiéis, sita na Paróquia de São Julião da Lage, Arciprestado de Vila Verde, Concelho de Vila Verde e Arquidiocese de Braga; constituídos por:

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: Manuel Armando da Silva Gomes

Secretários: Vitor Manuel Malheiro Ferreira

Artur Ricardo Pimenta Leão

MESA ADMINISTRATIVA

Presidente: Manuel Joaquim de Oliveira Araújo
Secretário: Benjamim Agostinho da Silva Macedo
Tesoureiro: Carlos Manuel Nogueira Rego
Vogais: Luís Carlos Dias Peixoto
 Carlos Alberto Machado Silva

CONSELHO FISCAL

Presidente: José António Ferreira Alves
Vogais: Cristina da Silva Gomes
 José Manuel Ferreira Oliveira

ÓRGÃO DE VIGILÂNCIA:

P.e Francisco José Ribeiro Rebelo, SSP

Esta homologação é válida de 03 de abril de 2025 até 03 de abril de 2028. E, para constar, se outorga esta Provisão, registada sob o nº A10866 / 2025.

Esta provisão é emitida, excepcionalmente, tendo em conta razões apresentadas.

Braga, Cúria Arquiepiscopal, 15 de abril de 2025.

IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DO CARMO DA PENHA, associação pública de fiéis, sita na Paróquia de Santa Marinha da Costa, Arciprestado de Guimarães e Vizela, Concelho de Guimarães e Arquidiocese de Braga; constituídos por:

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: Manuel Marcos da Silva
Secretários: Vítor Manuel Galhardo Borges
 Carlos de Faria Malheiro Rodrigues

MESA ADMINISTRATIVA

Juiz: Manuel Gerardo Roriz Ferreira Mendes

Vice-Juiz: Rui Armindo da Costa Freitas
Secretário: José Luís Ribeiro
Tesoureiro: José Jorge Correia Lobo
Vogais: Rui Vítor Poeiras Lobo da Costa
 Luís Miguel Salgado Fernandes
 Maria José Mendes Fernandes

CONSELHO FISCAL

Presidente: José Manuel Ferreira Gonçalves Arantes
Vogais: José Casimiro Salgado da Costa
 Fernando Carmo Tavares

ÓRGÃO DE VIGILÂNCIA:

P.e Carlos Lopes de Sousa

Esta homologação é válida de 15 de abril de 2025 até 15 de abril de 2028. E, para constar, se outorga esta Provisão, registada sob o nº A10100 / 2025.

Esta provisão é emitida, excepcionalmente, tendo em conta razões apresentadas.

Braga, Cúria Arquiepiscopal, 15 de abril de 2025.

CONFRARIA DO

SANTÍSSIMO SACRAMENTO, associação pública de fiéis, sita na Paróquia de São Julião da Lage, Arciprestado de Vila Verde, Concelho de Vila Verde e Arquidiocese de Braga; constituídos por:

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: Carlos Augusto Macedo Araújo
Secretários: Filipe da Costa Correia
 Sérgio Sousa Gandarela

MESA ADMINISTRATIVA

Presidente: João Barbosa da Silva

Secretário: José Tiago Gomes Pereira Faria
Tesoureiro: Artur Ricardo Pimenta Leão

CONSELHO FISCAL

Presidente: António Fernando Rodrigues Magalhães
Vogais: Carlos Manuel Coelho Rodrigues
Benjamim Agostinho da Silva Macedo

ÓRGÃO DE VIGILÂNCIA:

P.e Francisco José Ribeiro Rebelo, SSP

Esta homologação é válida de 04 de fevereiro de 2024 até 04 de fevereiro de 2028. E, para constar, se outorga esta Provisão, registada sob o nº A10430 / 2025.

Braga, Cúria Arquiepiscopal, 15 de abril de 2025.

FUNDAÇÃO CENTRO MISSIONÁRIO - FCM, sita na Paróquia de São Víctor, Arciprestado de Braga, Concelho de Braga e Arquidiocese de Braga; constituídos por:

CONSELHO ARQUIDIOCESANO
Adelino Aguiar Martins Ferreira
Ana Margarida Oliveira Gomes
Ana Sofia Gonçalves Dias da Costa
Hugo João Osório Borges
José Milton Ferreira da Silva
Manuel de Menezes Ribeiro
Maria de Fátima Lima de Castro
Sérgio Augusto da Silva Cabral
Susana Maria Lemos Bandeira

DIREÇÃO

Presidente: Sara Isabel Poças Fernandes da Silva
Secretária: Marta Flora Vilas Boas Faria

Tesoureira: Ana Margarida Martins de Carvalho

Vogais: Jorge Filipe Vilaça Barbosa

José Dias de Lima

CONSELHO FISCAL

Presidente: Miguel Paulo Carvalho Simões

Secretária: Emerenciana Gonçalves Silva

Vogal: Maria de Fátima Pinheiro Marcos

Esta homologação é válida de 12 de novembro de 2024 até 12 de novembro de 2028. E, para constar, se outorga esta Provisão, registada sob o nº F20343 / 2025.

Braga, Cúria Arquiepiscopal, 15 de abril de 2025.

CONFRARIA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO, associação pública de fiéis, sita na Paróquia de São Miguel de Roriz, Arciprestado de Barcelos, Concelho de Barcelos e Arquidiocese de Braga; constituídos por:

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: Francisco da Silva Matos

Secretário: Filipe Alexandre da Silva Lima

Secretária: Maria Inês Alves Granja

MESA ADMINISTRATIVA

Presidente: José Pereira São Bento

Secretário: António Júlio Senra Barbosa

Tesoureira: Angelina Prazeres Alves Granja

CONSELHO FISCAL

Presidente: António Nogueira Macedo

Vogais: José Pereira Rodrigues Vintena

Manuel Miranda Gião

ÓRGÃO DE VIGILÂNCIA:

P.e José Barbosa Granja

Esta homologação é válida de 15 de março de 2025 até 15 de março de 2030. E, para constar, se outorga esta Provisão, registada sob o nº A10434 / 2025.

Braga, Cúria Arquiepiscopal, 29 de abril de 2025.

CONFRARIA DAS ALMAS, associação pública de fiéis, sita na Paróquia de Santa Maria Maior de Barcelos, Arciprestado de Barcelos, Concelho de Barcelos e Arquidiocese de Braga; constituídos por:

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: Carlos Alberto Cunha dos Santos

Secretários: José Alexandre Figueiredo Costa
Manuel Gonçalves Fernandes

MESA ADMINISTRATIVA

Presidente: Maria Teresa Gomes Pereira Carreiras

Secretário: Manuel José Ferreira Cardoso

Tesoureira: Luís Miguel Faria Correia da Silva

Vogais: Emília Gonçalves Linhares
Ana Maria Gonçalves da Rocha Fernandes

CONSELHO FISCAL

Presidente: Maria Isabel Gonçalves Silva Fernandes

Vogais: Maria de Fátima Marques Silva
Maria Madalena Gonçalves da Rocha Fernandes

ÓRGÃO DE VIGILÂNCIA:

P.e Manuel da Rocha

Esta homologação é válida de 22 de março de 2025 até 22 de março de 2029. E, para constar, se outorga esta Provisão, registada sob o nº A10040 / 2025.

Braga, Cúria Arquiepiscopal, 29 de abril de 2025.

IRMANDADE DE SANTA MARIA MAIOR, associação pública de fiéis, sita na Paróquia de Santa Maria Maior de Barcelos, Arciprestado de Barcelos, Concelho de Barcelos e Arquidiocese de Braga; constituídos por:

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: Manuel Campinho Coutinho Rodrigues
Secretário: Manuel da Silva Esteves
Secretária: Maria Isabel Gonçalves da Silva Fernandes

MESA ADMINISTRATIVA

Presidente: Maria Armanda Fernandes de Azevedo
Secretária: Maria da Conceição da Rosa Amorim do Rego e Silva
Tesoureira: Belmira da Conceição Pereira Ferraz Ramos Lopes
Vogais: Maria de Fátima Augusto Bernardo Pereira
Maria de Fátima da Costa Araújo Correia da Silva

CONSELHO FISCAL

Presidente: Maria Madalena Gonçalves da Rocha Fernandes
Vogais: Maria Alice Fitas Peres Filipe
Ana Margarida Lopes da Costa

ÓRGÃO DE VIGILÂNCIA:

P.e Manuel da Rocha

Esta homologação é válida de 16 de fevereiro de 2025 até 16 de fevereiro de 2029. E, para constar, se outorga esta Provisão, registada sob o nº A10088 / 2025.

Braga, Cúria Arquiepiscopal, 29 de abril de 2025.

IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO, associação pública de fiéis, sita na Paróquia de São Martinho de

Dume, Arciprestado de Braga, Concelho de Braga e Arquidiocese de Braga; constituídos por:

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: Armando da Silva Balão

Secretárias: Margarida Cristina Fernandes Gomes de Oliveira
Maria da Glória Oliveira da Silva Soares

MESA ADMINISTRATIVA

Presidente: Manuel de Oliveira Gomes

Secretário: Isidro Gabriel Guimarães Carneiro

Tesoureiro: Francisco Brás Gomes Soares

Vogais: Maria Luísa Fernandes Ribeiro Soares
Joaquim Calheiros Pereira de Oliveira
João da Silva Gonçalves
António da Silva Duarte
Manuel Sá Rodrigues
Joaquina da Conceição de Araújo Gomes

CONSELHO FISCAL

Presidente: José Miguel Araújo Gomes

Vogais: Maria Isabel da Silva Neto
Manuel Joaquim Alves da Silva

ÓRGÃO DE VIGILÂNCIA:

Cón. Hermenegildo José das Neves Faria

Esta homologação é válida de 16 de março de 2025 até 16 de março de 2030. E, para constar, se outorga esta Provisão, registada sob o nº A10219 / 2025.

Braga, Cúria Arquiepiscopal, 29 de abril de 2025.

CONFRARIA DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO, associação pública de fiéis, sita na Paróquia de Santa Maria Maior

de Barcelos, Arciprestado de Barcelos, Concelho de Barcelos e Arquidiocese de Braga; constituídos por:

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: Paula Cristina Gomes Caldas

Secretárias: Maria José Faria Gomes

Paula Isabel Vilas Boas Freitas

MESA ADMINISTRATIVA

Presidente: Ilídio Dias de Oliveira Barros

Secretário: Maria da Anunciação Antunes Magalhães Pinheiro

Tesoureira: Maria do Céu Araújo Salgueiro

Vogais: José Pedro Oliveira Dias

Maria da Conceição Fernandes Costa

CONSELHO FISCAL

Presidente: Manuel Gonçalves Fernandes

Vogais: Francisco Manuel Duarte Sousa

Vânia Pinto Gomes

ÓRGÃO DE VIGILÂNCIA:

P.e Manuel da Rocha

Esta homologação é válida de 02 de fevereiro de 2025 até 02 de fevereiro de 2029. E, para constar, se outorga esta Provisão, registada sob o nº A10531 / 2025.

Braga, Cúria Arquiepiscopal, 29 de abril de 2025.

IRMANDADE DE SANTA CRUZ, associação pública de fiéis, sita na Paróquia de São João do Souto, Arciprestado de Braga, Concelho de Braga e Arquidiocese de Braga; constituídos por:

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: António de Oliveira Vieira

Secretários: Fernanda Augusta da Silva Braga da Cunha Gomes
José Alberto Magalhães Sousa Dias

MESA GERENTE

Provedor:	Manuel Fernando da Rocha Rodrigues
Vice-Provedor:	José Pedro Bacelar Ferreira Junqueira de Almeida
Secretária:	Filomena Maria Pereira Alves
Ministro do Culto:	Cón. Vítor José Novais
Tesoureiro:	João Manuel Gomes dos Santos
Vogais:	João Miguel Carvalho Leite José Manuel Salgado da Silva Dias José Ferreira da Costa José Luís Gomes Medeiros
Suplentes:	Maria Armanda do Couto Pedreira Almeida Sousa Pinto José Augusto Pereira da Silva Luís Jorge Santos Grangeia Ana Catarina Bacelar Ferreira Junqueira de Almeida

CONSELHO FISCAL

Presidente:	Manuel José Domingues
Vogais:	Luís Miguel Correia Barbosa Luís Rodrigues Antunes

ÓRGÃO DE VIGILÂNCIA:

P.e António Sérgio Gouveia Garcia Torres

Esta homologação é válida de 12 de abril de 2025 até 12 de abril de 2029. E, para constar, se outorga esta Provisão, registada sob o nº AIPSS10481 / 2025.

Esta provisão é emitida, excepcionalmente, tendo em conta razões apresentadas.

Braga, Cúria Arquiepiscopal, 22 de abril de 2025.

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE FÃO - HOSPITAL E LAR SÃO JOÃO DE DEUS, sita na Paróquia de São Paio de Fão, Arciprestado de Esposende, Concelho de Esposende e Arquidiocese de Braga; constituídos por:

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: Francisco Faria de Moraes
Vice-Presidente: João Filipe Costa dos Santos
Secretário: Manuel Ferreira Vieira
Suplentes: Celestino Fradique Alves;
Celeste Conceição Araújo Sousa
Manuel José do Monte Ferreira

MESA ADMINISTRATIVA

Provedora: Maria Raquel Moraes Gomes do Vale
Vice-Provedor: Isabel Maria de Faria Moraes Pereira
Secretária: Daisi Silva Sobral
Tesoureiro: Raúl da Costa Monteiro
Vogais: Evangelista Jesus Silva
Célia Regina de Araújo Baía Machado
Ana Sofia da Quinta e Costa Neves de Oliveira
Suplentes: Norberto Manuel Pereira da Silva Mota
João Luís Pereira Reis
José Manuel Pires Belo
José Albino Torres Saraiva
Amélia Maria Correia Gaifém Sá

CONSELHO FISCAL

Presidente: Fernando Gil Oliveira Ribeiro Silva
Vice-Presidente: Manuel Costa Lopes Cardoso
Secretário: José António Carvalho Pereira
Suplentes: Joaquim Amândio Gaifem Soares

Gustavo Jorge Pereira Costa
Valdemiro Lopes Cardoso

Esta homologação é válida de 29 de março de 2025 até 23 de janeiro de 2028. E, para constar, se outorga esta Provisão, registada sob o nº AIPSS10482 / 2025.

Braga, Cúria Arquiepiscopal, 29 de abril de 2025.

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE CALDAS DE VIZELA (SÃO MIGUEL), sítio na Paróquia de São Miguel de Caldas de Vizela, Arciprestado de Guimarães e Vizela, Concelho de Caldas de Vizela e Arquidiocese de Braga; constituídos por:

DIREÇÃO

Presidente: Pe Cândido Armindo da Silva Magalhães
Vice-Presidente: José Frederico Rebelo de Sousa Ferreira
Tesoureira: Maria Beatriz Andrade Vasconcelos
Secretário: José Manuel Vieira Carneiro
Vogal: Maria da Conceição dos Santos Cocharra Almeida

CONSELHO FISCAL

Presidente: Mário José Azevedo Oliveira
Secretário: Rui Carlos Ribeiro de Freitas
Vogal: Domingos Xavier Mendes de Freitas

Esta homologação é válida de 17 de março de 2025 a 17 de março de 2029. E, para constar, se outorga esta Provisão registada com o n.º FIPSS20038 / 2025.

Braga, Cúria Arquiepiscopal, 29 de abril de 2025

Imaginar o desconhecido

Bênção dos finalistas, 10 de maio de 2025

1. Jesus, o Bom Pastor: uma bússola para a vida

Em todos os três ciclos do Lecionário lê-se no IV Domingo da Páscoa um texto de João sobre o Bom Pastor. Hoje, o breve texto bíblico-litúrgico mostra dois grupos opostos, os Judeus, que não acreditam em Jesus e os chamados as suas ovelhas, que escutam a sua voz e o seguem. Jesus conhece pelo nome os seus discípulos, isto é, na sua mais íntima essência. No seguimento sintetiza-se todo o percurso cristão. Por causa desta seriedade no seguimento, Jesus promete muito «*Eu dou-lhes a vida eterna e nunca hão-de pecer e ninguém as arrebará da minha mão*». Esta solene declaração do verdadeiro pastor apoia-se na sua proteção absoluta, porque participa sem limites do poder do Pai «*Eu e o Pai somos um só*».

Num tempo de decisões e incertezas, Cristo apresenta-Se como o Pastor que conhece cada um pelo nome e caminha à frente. Escutar a voz do Pastor no meio de tantas vozes. Discernir vocações, caminhos profissionais e projetos de vida exige silêncio interior e escuta profunda.

Jesus é o bom Pastor, ou melhor o único Pastor. Neste Domingo da Páscoa, por proposta do Papa São Paulo VI, celebra-se o Dia Mundial de Oração pelas vocações, acompanhando na oração aqueles que Deus já chamou e que «*seguem o Cordeiro, onde quer que ele vá*» (Ap 14,4).

2. O dom da vida plena (Jo 10,10)

Cristo não promete facilidades, mas plenitude. A vida em abundância não se mede em sucesso, mas em sentido. Os anos de estudo são uma preparação não apenas para um emprego, mas para uma missão no mundo.

Ser pastor da própria vida e da vida dos outros. A universidade forma competências, mas Cristo forma corações disponíveis para o serviço.

Como é que cada um pode ser “bom pastor” nos ambientes onde vai viver e trabalhar? Cuidando, promovendo, escutando.

Portugal «atravessa significativas complexidades sociais como a persistência da pobreza, as dificuldades no acesso à habitação e as desigualdades sociais, com o impacto que tudo isto tem na vida das famílias. Também o acolhimento aos migrantes, com os desafios daí decorrentes, marcam o dia-a-dia [...]. Diante deste quadro, e na proximidade de novas eleições legislativas antecipadas, É urgente um diálogo entre as principais forças políticas para que destas eleições nasça uma estabilidade governativa capaz de restabelecer a esperança dos cidadãos e atender à primazia do bem comum, à justiça social e ao cuidado para com os mais vulneráveis. Apelamos também aos cidadãos para que, no próximo dia 18 de maio, exerçam o seu direito de voto refletido e informado. Votar é um direito e um ato de participação ativa na construção da sociedade que ninguém deve negligenciar» (CEP, comunicado final, 1 maio 2025). Com serenidade, verdade, liberdade e paz, procuremos ser construtores de pontes e não de muros. Sejamos artesãos de esperança.

3. O Jubileu: um tempo de passagem e de graça

O Jubileu é tempo propício para “abrir as portas do coração” e deixar-se encontrar por Deus. Assim como o jubileu bíblico era tempo de recomeço, também este ano pode ser um novo início. Atravessar esta “porta santa” do fim do curso com um coração aberto à novidade de Deus.

A fonte da alegria de todos os eleitos é o Cordeiro-Pastor «O Cordeiro será o seu pastor e os conduzirá às fontes da água viva». O Salmo 99 é um autêntico hino à alegria. A alegria cristã é a força da fé para o nosso confiante peregrinar. Mas, como adverte Sto. Agostinho «Entendamos esta alegria, não a expressemos sem a entender. Não cantemos só com a voz, mas com o coração. A voz do coração é o entendimento».

É muito expressivo um desejo do Papa Francisco: «*Talvez a missão da universidade consista em formar poetas sociais, homens e mulheres que, aprendendo a gramática e o vocabulário da humanidade, tenham o impeto, o brilho que lhes permita imaginar o desconhecido*».

Imaginar o desconhecido é peculiar ao peregrino. A metáfora do caminho evidencia que uma viagem não é só um movimento físico, mas sobretudo um processo de descoberta e de autoconhecimento, onde cada pessoa é chamada a confrontar-se com a suas esperanças, alegrias, medos e angústias.

Sim, hoje, ser peregrino de esperança é um ato de coragem e de confiança. Cada etapa do caminho representa uma fonte de crescimento e de transformação integral e integrada, no dinamismo da peregrinação: partir, caminhar e voltar ao essencial da vida.

† José Manuel Cordeiro
Arcebispo Metropolita de Braga.

Uma onda que ninguém pode conter

1º jubileu do Centro regional da UCP -Braga

1. O Evangelho da Esperança

As leituras pascais que escutamos nas missas destes dias, na proximidade da celebração da Ascensão de Cristo, apontam-nos para o Pentecostes, para a epifania do Espírito Santo, que transforma a vida dos apóstolos e discípulos, tornando-os intrépidas testemunhas do Ressuscitado.

Os primeiros cristãos vão sendo guiados pelo Espírito Santo, o Paráclito, Aquele que ensinará a verdade plena, Aquele que per-

mitirá que compreendamos as palavras e os gestos que Cristo nos legou, tal como ouvimos no evangelho proclamado.

Lemos nos Atos dos Apóstolos que é a inspiração do Espírito que leva Paulo e companheiros a umas cidades e não a outras (cf. At 16,1-10). As decisões são tomadas depois de orarem e pedirem ao Espírito que lhes sugira aquilo que melhor sirva o bem comum (cf. At 1,15-26 e At 15, 22-31). Assim tem sido ao longo de mais de dois mil anos: a Igreja de Cristo, guiada pelo Espírito, com a colaboração dos homens e mulheres de cada tempo, caminha para o Pai, para o Reino dos Céus.

Ao ler os sinais dos tempos, a Igreja vai intuindo o modo como deve propor o imutável Evangelho. O conteúdo do anúncio é sempre o mesmo, mas o modo como esse conteúdo é transmitido tem de se adaptar a cada época, a cada sociedade.

2. Novos areópagos

Neste dia, em que comemoramos os vinte e cinco anos da criação do Centro Regional de Braga da Universidade Católica Portuguesa (UCP), é sugestivo que a primeira leitura nos fale do discurso de Paulo no areópago de Atenas.

A fé cristã foi-se espalhando como uma onda que ninguém pôde conter. Depois de se confrontar com o judaísmo, e com a necessidade de perceber se as tradições judaicas – como a circuncisão – deveriam ser mantidas ou não, a Igreja nascente voltou-se, também devido à rejeição dos judeus, para o mundo grego, o mundo da filosofia.

Paulo, o apóstolo dos gentios, necessitou de tempo para reconfigurar a sua fé, para ver em Cristo o Messias esperado, para passar de perseguidor a portador do Evangelho.

Paulo chega a Atenas, e pelo texto hoje lido, percebemos que procurou conhecer o ambiente em que estava a entrar. Só depois de percorrer a cidade de Atenas, e perceber o modo de vida das pessoas que a habitavam, é que fala em pleno areópago.

E ainda que os resultados do seu discurso não tenham sido os melhores – não são muitos os que aderem às suas palavras – Paulo aprendeu com este episódio. Ele, e depois dele muitos outros, encontraram na filosofia grega um veículo pelo qual foi possível difundir o Evangelho.

Estas são as nossas raízes: as culturas judaica, grega e romana, das quais a Igreja soube recolher aquilo que a ajudaria a anunciar a Boa Nova.

Nos nossos dias, o papel da UCP, e deste Centro Regional de Braga, será oferecer ao mundo o Evangelho de Cristo. Este Centro, e aqueles que nele trabalham e estudam, deve ajudar a Igreja que caminha neste território a encontrar novos modos para que o Evangelho se torne vivo e atuante numa sociedade que é cada vez mais parecida com o areópago de Atenas, pela sua multiculturalidade e grande diversidade de opiniões e ações.

3. Jesus Cristo: verdade, caminho e vida

Lembremos que não anunciamos uma filosofia, um conjunto de normas e muito menos uma ideologia. Anunciamos Cristo vivo, verdade, caminho e vida, que quer estar em relação connosco. Como disse o Papa Leão XIV no encontro com os membros do corpo diplomático creditado junto da Santa Sé: «*a Igreja nunca se pode furtar a dizer a verdade sobre o homem e sobre o mundo, mesmo recorrendo, quando necessário, a uma linguagem franca, que pode provocar alguma incompreensão inicial. A verdade, porém, nunca está separada da caridade, que tem sempre na sua raiz a preocupação pela vida e pelo bem de cada homem e mulher. Além disso, na perspetiva cristã, a verdade não é a afirmação de princípios abstratos e desencarnados, mas o encontro com a própria pessoa de Cristo, que vive na comunidade dos crentes. Assim, a verdade não nos aliena, mas permite-nos enfrentar com maior vigor os desafios do nosso tempo, como as migrações, o uso ético da inteligência artificial e a preservação da nossa querida Terra. São desafios que exigem o empenho e a cooperação de todos, pois ninguém pode pensar em enfrentá-los sozinho*

No estudo, na investigação científica, no diálogo entre as diversas ciências, nos desafios da inteligência artificial, a Universidade Católica é chamada a renovar-se para continuar a proclamar que a fé cristã não é uma coisa absurda ou para pessoas fracas e pouco inteligentes; é chamada a mostrar que Jesus Cristo não é apenas um homem bom ou um líder carismático; é convidada a dizer que Igreja oferece ao mundo de hoje o verdadeiro sentido da vida, a misericórdia, a promoção da dignidade humana, o remédio para as feridas da humanidade, e que esse remédio é o próprio Deus.

Tal como Paulo no areópago de Atenas o desafio é grande e pode trazer o desprezo e indiferença. Contudo, o amor de Cristo, que nos guia pelo seu Espírito, acompanhar-nos-á sempre mostrando-nos o caminho a seguir.

Recordamos com enorme gratidão as encorajadoras palavras do Papa Francisco, em agosto de 2023, no campus da UCP: «*Estamos caminhando “para”. Somos chamados a algo mais, a uma descolagem sem a qual não há voo. Portanto, não nos alarmemos se nos encontramos intimamente sedentos, inquietos, incompletos, desejosos de sentido e de futuro, com saudade do futuro. E aqui, junto com a saudade do futuro, não vos esqueçais de manter viva a memória do futuro. Não estamos doentes, estamos vivos! Preocupemo-nos antes quando estamos prontos a substituir a estrada a fazer por uma paragem em qualquer estação de serviço que nos dê a ilusão do conforto; quando substituímos os rostos pelos ecrãs, o real pelo virtual; quando, em vez das perguntas lacerantes, preferimos as respostas fáceis que anestesiaram. E podemos encontrá-las em qualquer manual de relações sociais, de bom comportamento. As respostas fáceis anestesiaram.*

A Universidade é lugar da busca da verdade, mantendo-se livre de qualquer instrumentalização. Hoje, num mundo de globalização e fragmentação, é ainda mais premente a missão da UCP. A teologia, o *cor/cordis* da UCP, como *fides quarens intellectum*, como a fé que procura a compreensão, deve permitir a todos de perguntar o significado do testemunho de Jesus como o Cristo (*Dominus Jesus*).

Prossigamos, por isso, com viva esperança, procurando e arriscando na peregrinação sempre nova da saudade do futuro.

† José Manuel Cordeiro

Atividades pastorais

maio/2025

- 1 a 3 - Açores – Encontro Nacional da Catequese- D. Delfim
- 2 - 21h30 – Sé – Concerto inaugural do Festival de órgão
- 3 - 11h30 – Barcelos – Festa das Cruzes
- 4 - 16h00 – Nine – Reabertura da Igreja paroquial
- 6 - 09h00 – Lamego – Reunião província – D. José e D. Delfim
- 7 - 09h30 – Centro Cultural e Pastoral – Conselho Presbiteral - D. José e D. Delfim
- 8 - 10h30 – Sé – Jubileu Pessoa com deficiência
- 10 - 18h00 – Largo do Pópulo – Bênção de Finalistas UMinho
- 11 - 11h00 – Passos S. Julião – Missa Festa da Sra. do Rosário – D. Delfim
15h00 – Sé – Ordenações diaconais – D. José e D. Delfim
- 15 - 13h00 – Póvoa de Varzim – EMRC springfest – D. Delfim
- 17 - Casa Sacerdotal – Missa c/ utentes e familiares – D. Delfim
15h00 – Ig. de Sto. Adrião – Famalicão – Missa finalistas da Lusíada – V. N. Famalicão– D. Delfim
- 19 - 19h00 – Seminário – Instituição de Leitores – D. Delfim
- 21 - 14h30 – Centro Cultural e Pastoral – Reunião do Conselho de Arciprestes – D. Delfim
- 24 - 12h30 – Conselho Nacional da Pastoral de Jovens – D. Delfim
- 25 - 11h00 – Ig. de S. Francisco - GMR – Dia Nacional do Bombeiro – D. Delfim

- 28 - 17h00 – UCP – 25 anos do CRBraga
- 30 - 21h30 – Vila do Conde – Conferência “Corpo de Deus: do símbolo à piedade”
- 31 - 09h30 – Cap. da Imaculada – Fraternidade Cristã das pessoas c/ Deficiência
14h30 – Congregados – Apresentação de livro sobre irmandade

Decreto de aprovação de estatutos

*D. José Manuel Garcia Cordeiro promulgou de-
cretos que aprovam os estatutos de:*

**SOLIDARIEDADE - GRUPO CULTURAL E RECREA-
TIVO MARTIM DE FREITAS**, sedeado na paróquia de São Pedro de Freitas, Concelho de Fafe, Arciprestado de Fafe e Arquidiocese de Braga, requerido a revisão dos seus estatutos de acordo com o Cânone 117;

Atendendo a que foram seguidos os trâmites exigidos e examinados os Estatutos, integrados no Processo n.º 275 / 2025 da Cúria Arquiepiscopal de Braga, nada obstando ao deferimento que foi requerido;

D. JOSÉ MANUEL GARCIA CORDEIRO, por mercê de Deus e da Santa Sé Apostólica, Arcebispo de Braga e Primaz das Espanhas, dando cumprimento ao Cânone 314, aprova os **ESTA-
TUTOS do SOLIDARIEDADE - GRUPO CULTURAL E
RECREATIVO MARTIM DE FREITAS**, Concelho de Fafe, Arciprestado de Fafe e Arquidiocese de Braga, pelos quais se há-de reger de ora em diante, que constam de trinta e nove Artigos, distribuídos por seis capítulos, exarados em vinte e uma páginas

(incluído o averbamento) autenticadas com o timbre da Cúria Arquiepiscopal de Braga.

Para memória se outorga o presente Decreto, que vai assinado pela autoridade canónica competente e autenticado com o selo branco da Arquidiocese.

O acto fica registado na Cúria Arquiepiscopal na Secção das Pessoas Jurídicas.

Braga, Cúria Arquiepiscopal, 20 de maio de 2025.

Provisões a corpos gerentes

D. José Manuel Garcia Cordeiro assinou provisões que aprovam os corpos gerentes de:

COMUNIDADE CATÓLICA SHALOM com sede na CE 040 Km 16 Divineia, 61 700 - 000 Aquiraz do estado do Ceará - Brasil e em Portugal **ASSOCIAÇÃO CENTRO CATÓLICO DE EVANGELIZAÇÃO SHALOM** com sede na Rua D. Gonçalo Pereira, 93, da Paróquia de São Tiago da Cividade, Arciprestado, Concelho e Arquidiocese de Braga; constituídos por:

GOVERNO LOCAL

Responsável Local (Presidente):	Andréia dos Santos Assis
Ecónoma Local (Tesoureira):	Maria Clara Ruocco Andre
Coordenadora (Secretária):	Magda Maria Couto da Silva Graça

Esta homologação é válida de 04 de abril de 2025 até 04 de abril de 2028. E, para constar, se outorga esta Provisão, registada sob o nº A112188 / 2025.

Braga, Cúria Arquiepiscopal, 06 de maio de 2025.

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE AGUÇADOURA,
 sito na Paróquia de Nossa Senhora da Boa Viagem de Aguçadoura,
 Arciprestado de Vila do Conde / Póvoa de Varzim, Concelho de
 Póvoa de Varzim e Arquidiocese de Braga; constituídos por:

DIREÇÃO

Presidente: Pe Paulo Sérgio Rodrigues da Silva
Vice-Presidente: Maria da Conceição de Sá Moreira
1º Secretário: José Alberto Torres Escrivães Coelho
2º Secretário: José Carlos Gomes de Amorim
Tesoureiro: Hildeberto Amorim Lino

CONSELHO FISCAL

Presidente: Hélder Domingos Mineiro Longras
Secretário: José Ferreira da Costa
Vogal: António Manuel Moreira Andrade

Esta homologação é válida de 06 de maio de 2025 a 24 de outubro de 2027. E, para constar, se outorga esta Provisão registada com o n.º FIPSS20063 / 2025 A.

Braga, Cúria Arquiepiscopal, 06 de maio de 2025.

A. F. CPM - ASSOCIAÇÃO DE FIÉIS, associação privada de fiéis, sita na Paróquia de São Vítor, Arciprestado de Braga, Concelho de Braga e Arquidiocese de Braga; constituídos por:

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: José Carlos Freitas Marques
Secretária: Maria José Marques Macedo
Secretário: Daniel da Cunha Ferreira

DIREÇÃO

Presidente: Paulo Gonçalves Pereira da Mota
Secretária: Maria do Carmo Oliveira Guerra Fontes